

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA
ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA



ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

João Ribeiro



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA
ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

 CURIOSIDADES VERBAIS
ESTUDOS APLICÁVEIS À LÍNGUA NACIONAL

3.^a Edição

Rio de Janeiro 2008

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Diretoria de 2008

Presidente: *Cícero Sandroni*

Secretário-Geral: *Ivan Junqueira*

Primeiro-Secretário: *Alberto da Costa e Silva*

Segundo-Secretário: *Nelson Pereira dos Santos*

Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

COMISSÃO DE LEXICOGRAFIA DA ABL

Eduardo Portella

Evanildo Bechara

Alfredo Bosi

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Muniz Sodré de Araújo Cabral

Diretora Executiva

Célia Portella

Coordenador-Geral de Pesquisa e Editoração

Oscar Manoel da Costa Gonçalves



Revisão: *Vania Maria da Cunha Martins Santos, Denise Teixeira Viana,
Paulo Teixeira Pinto Filho, João Luiz Lisboa Pacheco e Sandra Pássaro*

Projeto gráfico: *Victor Burton*

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

R369 Ribeiro, João.

Curiosidades verbais / João Ribeiro. – 3. ed. – Rio de Janeiro:
ABL : Biblioteca Nacional, 2008.

238 p. ; 21 cm. (Coleção Antônio de Moraes Silva, v. 6)

ISBN 978-85-7440-111-9

I. Língua portuguesa. I. Academia Brasileira de Letras II. Biblioteca
Nacional (Brasil) III. Título. IV. Série.

CDD 469.08

 CURIOSIDADES VERBAIS

Sumário

| | | |
|-------|-------------------------------|----|
| | ADVERTÊNCIA | 3 |
| I | AS FRANJAS..... | 5 |
| II | AS MÁQUINAS | 8 |
| III | ANIMAIS..... | 11 |
| IV | CERTOS NOMES | 14 |
| V | NOMEN & OMEN | 17 |
| VI | SEMÂNTICA | 20 |
| VII | A NASAL..... | 23 |
| VIII | EUFEMISMO..... | 26 |
| IX | DOESTOS..... | 30 |
| X | DINHEIRO E OUTRAS COUSAS..... | 33 |
| XI | ASTROLOGIA | 37 |
| XII | AS CORES..... | 40 |
| XIII | AINDA O ESPECTRO | 43 |
| XIV | A MULHER | 48 |
| XV | AS TERRAS | 51 |
| XVI | OS PONTOS CARDEAIS..... | 54 |
| XVII | MEYER & Co..... | 57 |
| XVIII | OS GESTOS | 59 |

| | | |
|---------|---------------------------------|-----|
| XIX | AINDA A SEMÂNTICA..... | 62 |
| XX | NOMES DE MULHER | 65 |
| XXI | VÁRIA SEMÂNTICA | 68 |
| XXII | METAMORFOSE | 72 |
| XXIII | VOGAL ÁTONA..... | 75 |
| XXIV | ROUPAS | 78 |
| XXV | AINDA A SEMÂNTICA..... | 81 |
| XXVI | O FRANCESISMO | 85 |
| XXVII | ENCRUZILHADAS | 88 |
| XXVIII | A FAMÍLIA..... | 91 |
| XXIX | ONOMATOPEIAS | 94 |
| XXX | ONOMATOPEIA INFINITESIMAL | 97 |
| XXXI | H ^m | 101 |
| XXXII | TABU | 104 |
| XXXIII | TOTEM | 108 |
| XXXIV | FALSAS APARÊNCIAS | 111 |
| XXXV | PAI E MÃE | 113 |
| XXXVI | ALOTROPIA | 115 |
| XXXVII | APÓLICE | 118 |
| XXXVIII | GRANADECES | 121 |
| XXXIX | GAÚCHO | 124 |
| XL | AINDA O GAÚCHO..... | 127 |
| XLI | AS TERRAS | 130 |
| XLII | ANALOGIAS | 133 |
| XLIII | ONOMATOPISMO | 136 |
| XLIV | OS NÚMEROS..... | 140 |
| XLV | O CINCO | 142 |
| XLVI | AINDA OS NÚMEROS | 145 |
| XLVII | MAIS NÚMEROS | 148 |
| XLVIII | VOZES ESCOLARES | 151 |
| XLIX | JUNGLE | 154 |



| | | |
|------|-------------------------------|-----|
| L | METEOROS..... | I57 |
| LI | MONÇÃO..... | I59 |
| LII | ESPÉCIES | I62 |
| LIII | JANGADA..... | I65 |
| LIV | O TATU | I67 |
| LV | A LISONJA | I70 |
| LVI | SAUDADE | I72 |
| | NOTA FINAL | I76 |
| | PÁGINA ESQUECIDA | I78 |
| | NOTA SUPLEMENTAR (1927) | 208 |

∞ Apresentação da 2.^a edição

M. CAVALCANTI PROENÇA

João Ribeiro não foi autor de ciência frigidificada. Seus livros conservam, anos decorridos, aquele calor humano que caracteriza os escritores de vocação, contemporâneos dos leitores de qualquer tempo, pois, pelo muito que de si puseram nos seus escritos, neles continuam vivendo.

Por isso, neste, como em outros volumes, além das verdades científicas, instáveis por natureza, encontramos o definitivo e o permanente – a atitude diante dos estudos, como decorrência de uma atitude diante da vida.

Desde logo impressiona em João Ribeiro a variada e numerosa leitura, patente nas citações, mas cujo conteúdo foi incorporado em um sistema pessoal de pensar e viver, o que transforma erudição em cultura.

Do contínuo aprendizado que lhe foi a existência, dois segmentos se desenvolveram: um, de conteúdo intelectual – a ironia, que é adoça-

mento da agressividade; outro, de natureza emotiva, a tolerância, que é perdão para a “turba dos mais ignorantes do que eu”.¹

A leitura do livro, tão agradável e proveitosa, dispensa-me de citações ou recomendações. Saliente-se, apenas, o que o singulariza entre a maioria dos contemporâneos: a humildade científica, tantas vezes revelada, haja vista a confissão pública de ter feito crítica sem “muita brandura”¹ a Leite de Vasconcelos, adversário agressivo a quem oferecia “o respeito e a admiração que merece como homem de estudos”.¹

Incapaz de usar alheia plumagem, enumera o rol de autores, em cujos trabalhos se inspirou para as suas notas, pois “tudo me cabe quanto à aplicação e comentário na língua nacional”.¹

Este *Curiosidades Verbaes* deve ser situado em linha fraterna com o seu famoso *Frases Feitas*, que ambos lhe definem o gosto pelo estudo da linguagem oral, a língua viva do povo, em constante dinamismo evolutivo, como as suas implicações do folclore, da sociologia e da etnografia. Que foram também terreno onde João Ribeiro estendeu suas lavouras.

Pois, todo esse longo itinerário cultural, ele o percorreu pelo desejo puro de saber, de conhecer e explicar o mundo que o cercava, a sua terra e o seu povo. A familiaridade com os clássicos e com os modernos, bem demonstrada na *Seleção Clássica* e em *Autores Contemporâneos*, deu-lhe a convicção de que muito brasileiro de hoje é termo velho de Portugal, que dele já se esqueceu. A designação de *noruega*, dada ao “terreno que não é soalheiro e apanha pouco sol”, corrente e moente entre caipiras paulistas, e, daí, frequente nos livros de Monteiro Lobato, Mestre João Ribeiro vai encontrá-lo em poetas do século XVI.² Do mesmo modo, a propósito de *considerar*, que vem como ideia associada à astrologia, surge o horóscopo, anota, de caminho, a presença do tema em Shakespeare, no *Rei Lear*, em Jorge Ferreira de Vasconcelos,

1  Nota Final.

2  Os Pontos Cardais.

na *Eufrosina*, e nos *Diálogos* de Amador Arrais.³ O muito saber não lhe dá soberbia; daí, não desmerece a poesia de Manuel de Cabeceiras, desafiando o Diabo, que lhe propunha um *trabalíngua*, formando e conjugando os verbos *tatupebar* e *tatubolar*, no pretérito e no futuro.⁴

Livro fácil, ensinando com alegria, realizando o milagre estilístico da difícil facilidade, que só a cultura, e não a erudição, consegue estruturar. Se fosse necessário um termo único para identificar-lhe o assunto, diríamos que é livro de Semântica, a ciência do significado das palavras, definida na semiótica linguística como “relação entre objeto e signo”. E vemos que a atual dicotomia “denotação” e “conotação” já era assunto em que meditava, sentindo o *halo* de imprecisão das palavras, que “dizem algo mais do que parecem dizer”⁵; reconhecido o fato, está lançada a base de uma nova conceituação da sinonímia e, mesmo, da disposição dos verbetes num dicionário de sinônimos, como os atuais de Bailly ou de Antenor Nascentes, para exemplificar.

Na “Advertência” que se segue, João Ribeiro se refere às curiosidades verbais, que seriam embalsamadas em livro. Diria melhor se usasse o verbo adormecer, pois que apenas aguardam o leitor para recomeçar o seu magistério. E magistério vem do *magis*, que entra no verso de Vergílio: *Quo magis laetere*.⁶

3  *Astrologia*.

4  *O Tetu*.

5  *As Franjas*.

6  “Para que mais te regozijes”.

∞ Apresentação da 3.^a edição

EVANILDO BECHARA

AS CURIOSIDADES VERBAIS COMO NOVIDADE LEXICOLÓGICA

Ao leitor desprevenido este livro de João Ribeiro se inclui na bibliografia de obras de semântica, de que são exemplos as *Frases Feitas* e vários estudos do mesmo autor estampados em revistas especializadas ou não. O próprio João Ribeiro refere-se a estas *Curiosidades* como modestos artigos destinados a leitores que se interessam por questões de nossa língua desde que redigidos com amenidade. Não passam essas notas – di-lo João Ribeiro em mais de uma passagem – de disquisições, de *sultos* que procuram captar o interesse do leitor, enquanto ele, autor, descansa da pesquisa de temas mais especializados.

Todas essas modestas alusões disfarçam a novidade que inauguram as *Curiosidades Verbais* entre nós como o primeiro livro que estuda o léxico não como fazem os manuais de semântica, partindo do significante para investigar as alterações do significado, mas, partindo do significado para levantar as significantes que integram o campo se-

mântico ao de dado significado. Este caminho inverso representava um novo tipo de investigação, que passou a ser conhecida pelo nome de Onomasiologia, designação inaugurada, no domínio da Filologia Românica, com o trabalho do lingüista austríaco Adolf Zauner¹, sobre “Nomes românicos de partes do corpo”, publicado em 1902. Nosso autor, como sabemos, estava a par das novidades européias no campo dos estudos lingüísticos, especialmente na Alemanha, França, Inglaterra e Itália, e, assim, esse tipo de pesquisa não lhe passaria despercebido.

Manuel Said Ali, assíduo leitor das *Curiosidades*, também nos legou, entre as décadas de 30 e 40, eruditos estudos onomasiológicos sobre “Refeições”, “Nomes de cores”, “Nomes de partes do corpo”, “Nomes de animais marinhos”, todos reunidos nos dispersos *Investigações Filológicas*.

Embora João Ribeiro tenha declarado que, ao pensar escrever as *Curiosidades Verbais*, idealizara tomar por modelo o *Romance of words*, de Ernest Weekley e *The making of English*, de Henry Bradley, a verdade é que o livro ficou entre estudos onomasiológicos, temas gerais como o capítulo “A nasal”, “O francesismo”, “Tabu”, “Totem”, e questões etimológicas.

Quanto a este último assunto, cabe lembrar que apesar dos esforços dos investigadores nacionais e estrangeiros, a etimologia portuguesa era uma das menos estudadas do mundo românico. Isto explica que muitas das origens de vocábulos discutidas e aceitas nas *Curiosidades* estão rejeitadas pela ciência moderna. Neste caso está, por exemplo, *somítico* (cap. IX) explicado como alteração de *sodomítico*, quando hoje se prefere dizer que é de origem desconhecida; *desejar* (cap. X) não procede da família de *sidera* (estrelas); no mesmo capítulo, repete-se a

1  Adolf Zauner, *Die romanischen Nomen der Körperteile. Eine onomasiologische Studie*. Erlanger, 1902.

relação de *pecunia* com *pecus*, o gado, mas recentemente o indo-europeísta Benveniste,² como lembrei em artigo de 1999, recolhido em *Na Ponta da Língua* 5 (Rio de Janeiro, Editora Lucerna, pág. 137), mostrou à saciedade, que o significado original de *pecus* era “bem móvel”, e não “gado”, assim *pecunia* primeiro significou “fortuna”, “riqueza” e só depois passou do sentido geral para a fortuna em gado, conforme a estrutura social e as formas de produção; no final do cap. XXI opta pela velha origem árabe do termo *macabro* “dança macabra” em vez de filia-lo ao francês *macabre*, “dança da Morte”, que é a lição corrente nos melhores mestres; no cap. LV despreza, para a origem de *lisonja* a boa proposta do velho fundador da etimologia românica, o alemão Frederico Diez, para filia-la a *losango*, filiação que hoje é desprezada; no cap. final (LVI) afasta-se da etimologia mais aceita para *saudade*, abraçando, com reservas – é verdade – um improvável étimo árabe.

No capítulo das emendas às *Curiosidades* ocupa lugar especial o dedicado a *granadeces* (cap. XXXVIII), porque a explicação que dá João Ribeiro à palavra é totalmente infundada, por nascer de erro do texto da edição de Valmar de um verso do poema medieval *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio, repetido na edição do erudito Padre Augusto Magno. Os versos Provezendo Tas santas granadeces, são explicados pelo editor: “argumentando as tuas santas excelências”.

Aí entra João Ribeiro para dizer que “uma cousa *granada* é a que atingiu o seu máximo valor e, assim, perfeitamente aplicável às excelências e virtudes da Virgem.”

2  Emile Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, 2 vols. Paris, ed. De inuit, 1969.

3  Afonso X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Ed. De Walter Mettmann, 4 vols. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1959-1972.

Na edição de Walter Mettmann³ *granadeces* é corrigido para *grãadeces* “*grandezas*”, nada tendo que ver com granado, de *granno* “grão”, como supunha a explicação de João Ribeiro.

Com muita felicidade o prefaciador da 2ª edição destas *Curiosidades Verbais*, o competente e saudoso Manuel Cavalcante Proença, definiu esta obra: “Livro fácil, ensinando com alegria, realizando o milagre estilístico da difícil facilidade, que só a cultura, e não a erudição, consegue estruturar”.

Esperamos que esta 3ª edição continue o sucesso das anteriores, conquistando a simpatia e o proveito dos leitores que desejam conhecer a riqueza, os segredos e as potencialidades da Língua Portuguesa.

 CURIOSIDADES
VERBAIS

ADVERTÊNCIA

Ao começar no mês de agosto do ano passado as – *Curiosidades Verbais* – tive o cuidado de prevenir que era meu intento reuni-las num livrinho de vulgarização para amadores de bagatelas.

Os estudos da linguagem constituem uma espécie de distração para muita gente, desde que não reclamem demasiado esforço e atenção.

E, parece-me, as – *Curiosidades Verbais* – satisfizeram quase sempre a esse desejo tão reconhecido hoje de estudar “sem lágrimas” as disciplinas mais fatigantes. A semântica é o aspecto que mais polariza a atenção.

O livro premeditado chegou assim à última página sem maior destino. E estará terminada a tarefa quando as notas de jornalismo tomarem a feição grave de opúsculo.

Só o conjunto nos dá a perspectiva dos nossos próprios erros de desenho e de execução.

Teria realmente agradado essa modesta série de estudinhos?

Parece que sim. Recebia constantes e numerosos testemunhos dos que me liam. E ler é já um favor.

Demonstravam ainda igual interesse as advertências úteis e sensatas que me enviaram e também as toleimas e zangas de zoilos que revelam algum espírito, exceto em gastar estampilhas do correio por tão pouco.

Acolhi todas essas manifestações como significativas, sempre a meu favor.

Despertar a curiosidade era o único propósito das *Curiosidades Verbais*.

Não todos, porém muitos de nós, jornalistas, fazemos livros, viciosos e inúteis provavelmente, com os retalhos, mais ou menos escolhidos do labor quotidiano.

Escrevendo para S. Paulo a respeito do livro e do jornal, disse eu que hoje o livro ordinariamente não passa de jornal empalhado para os efeitos falaciosos da eternidade.

As gazetas desaparecem no dia seguinte. O livro dura um pouco mais e apodrece lentamente. A diferença é que a um mata a morte súbita, a outro, a consumpção lenta.

É difícil aos mais sábios e prudentes achar motivos de escolha e preferência entre as duas fatalidades que, afinal, se resumem na morte.

Contudo, todos queremos um pouco de longevidade no curso transitório das coisas, e, por isso, imaginamos a excelência dos livros, ainda que destes poucos escapem à mortandade geral.

Dessa ilusão é que nasce, creio eu, a vontade de escrever livros e de concatenar páginas dispersas.

Digamos e confessemos que essa vaidade pueril não transtorna nem compromete a ordem pública.

E não é impossível qualquer compensação inesperada. Há, pelo mundo, toda espécie de manias excêntricas, não sendo a pior delas colecionar livros, folhetos e ridicularias tipográficas.

Deve remontar ao Egito essa aptidão generosa para múmias em desafio da imortalidade.

As — *Curiosidades Verbais* — serão embalsamadas em livro, quando aparecer um editor de bastante coragem para esse empreendimento sagrado.

P. S. Esse editor apareceu muito pronta e gentilmente: os Srs. Weisz-flog Irmãos, beneméritos das letras nacionais.

1927.

I

AS FRANJAS

Comecei a escrever estas páginas para descansar um pouco, mas, segundo a regra do trabalhador, carregando pedras.

Essa variedade é a que apresento hoje, comovido com a triste sorte dos leitores. Se algum deles sentir-se lapidado e malferido pode retirar-se a tempo neste balbuciar de prólogo da tragédia.

Não espero numeroso auditório. Não é da minha tarefa o vício do escopelismo gramatical, tanto menos o é, quanto os pedregulhos que arrojados são de matéria leve e de pequeno alcance.

Há, entretanto, muita gente que se apraz com as questiúnculas de linguagem e para esse público de galeria é que resolvi rabiscar algumas páginas quase recreativas.

Não busquem unidade nem coerência nesse desporto de horas vagas e só endereçado às almas ociosas.

O que vou fazer consiste em lembrar coisas sabidas ou esquecidas, com um ou outro raro ineditismo, sem espanto.

Buscarei amenizar a tortura e o suplício das “curiosidades verbais da linguagem”.

Os temas andam nos especialistas, os exemplos nas autoridades de grande tomo, às vezes rebarbativas. Tiro dessa rigidez o que possa aproveitar aos leigos e distraídos, sem ênfase nem pedantismo, sem o charlatanismo dos que andam totalmente a notar os atrasos alheios e a proclamar as novidades próprias.

Nada de rigores técnicos, nada de elocução abstrusa e solene ou de neologismos helênicos da alta ciência.



A *primeira observação* que faço é que as palavras nunca são precisas e exatas. Cercam-se ordinariamente de um *halo* que esfuma as linhas de contorno; sempre dizem algo mais do que parecem dizer.

Essa observação é a mesma do filósofo americano William James, o criador do *pragmatismo*. Foi ele quem criou na psicologia e no estudo das ideias e expressões o termo *fringe*, que acho admirável e de constante aplicação ao nosso intento.

Toda palavra e ideia tem o que ele chama *fringe*, isto é, uma franja. Há sempre alguma coisa além das suas próprias fronteiras; exprime o que exprime, mas projeta a mais uma zona de expansão imponderável.

Em geral, os técnicos rigoristas, sistemáticos e ciosos dos seus métodos desconhecem essa verdade que devia ser elementar.

Abominam as franjas.

Reduzem tudo ao $a + b$ da sua cartilha, fabricam leis inquisitoriais e princípios sem-fim; das coisas e dos seres não conhecem mais que a anatomia, as formas e as ilusórias aparências.

Em linguagem esse erro é comum e mesmo trivialíssimo. É um excesso de objetividade que desespera.

Não seguimos absolutamente esse caminho sem franjas, sem luz difusa e sem atmosfera.

Entendemos que a ideia, o pensamento paira acima desses inúteis rigores dos cientistas.

Convém filosofar, arrazoar, contradizer, delirar um pouco, fora do silabário magistral que ordinariamente acusa certa falta de espírito.

Evidentemente, com esse programa, vou desagradar aos mestres.

Que belo!

Não desejo outra coisa com as pedras com que vou lapidando a paciência pública.

Aí estão as palavras preliminares que se me afiguram as mais próprias para encetar as minhas rápidas palestras sobre as “curiosidades de linguagem”.

A minha companhia bibliográfica é excelente.

Ver-se-á que não estarei só, senão quando cair em algum disparate, o que não é coisa rara na longa história das minhas fraquezas.

II

AS MÁQUINAS

Emerson, excedendo o alcance da rasteira filologia dos técnicos, escreveu, uma vez, que a linguagem era a “poesia fossilizada”.

Disse bem. Todas as línguas crescem pela metáfora e pelas comparações e analogias. Os pensamentos elementares (Elementargedanken) são muito mesquinhos e escassos, e de um punhado de noções primitivas foi que o homem ajuntou o tesouro inexaurível e crescente do vocabulário.

Por isso também tinha razão Novalis ao dizer que os versos eram poesia da poesia – pois que eram poesia em relação à linguagem comum, que é já a poesia feita e mineralizada.

A língua é uma série de imagens e às vezes de imagens de outras imagens, a ponto de acabar num estado espectral e fantástico. As realidades primitivas, de tanto andarem, no curso do tempo se adelgaçam e perdem o ar de família da época originária.

O povo inculto não dispõe dos recursos de erudição que fazem viajar à Grécia e às línguas clássicas para importar uma nova expressão para as coisas novas.

Assim, as máquinas mais simples e antigas, certos engenhos da mecânica vulgar, foram batizados com nomes de animais, seres auxiliares do homem.

Essa tradição proto-histórica naturalmente se acha obliterada pelo tempo, mas o uso e costume tradicional preservou o processo rudimentar, muito mais poético e imaginoso que o dos neologismos gregos da ciência.

Assim tivemos uma série de criações interessantes que são ainda vulgares: as *muletas* de *mu* ou *mula*, como por igual processo se derivou o *cavalete*, armação de madeira que lembra o cavalo.

A *cabra* produziu a *cábrea*. Da fêmea do grou fez-se a *grua* ou guindaste.

As traves em cruz da cumeeira chamam-se *asnas* pelo poder de resistência do animal e daquela composição da carpintaria.

Quando se inventaram as armas de fogo, seguiu-se o processo antigo e clássico dos romanos que tinham *ariete* (*ários*, o carneiro) e na guerra de assalto às muralhas cobriam-se com grandes escudos como sob a concha de uma tartaruga, a essa tática chamavam *testudo* (nome latino da tartaruga). As armas de fogo foram batizadas com os nomes terríficos do *falcão*, *falconete*, e do animal fabuloso *basilisco* que matava só com o olhar. Falcão, falconete, basilisco e ainda colubrina (cobra) serpentina – são nomes da artilharia antiga.

O *mosquete* (*muscatu*) é o nome de um gavião.

Outras máquinas mais pacíficas cederam à mesma corrente. A *quelba* é a *cunícula*, diminutivo de coelho.

A *zorra* (raposa) é um pião e também um carrinho de rodas maciças para grandes pesos.

Entre nós, carros de mudança são *andorinhas*, como também o são as mulheres que frequentemente emigram ao serviço das modas ou do contrabando.

A *cegonha* é máquina que eleva a água dos poços. De igual metáfora nasceu o *alcacruz*.

O *galo* sempre no alto das torres (e daí o *galarim*) é o relógio dos ventos.

A arte náutica possui os *burros*, cabos da mezena, as *raposas* e quejando vocabulário tomado à zoologia.

Há mesmo uma antiga espécie “caçar a boi” que era defesa nas antigas Ordenações portuguesas.



Não quero prolongar essa enumeração que suspeito ser já um tanto fastidiosa, mas que deixa entrever o uso e processo tradicional do povo na criação de metáforas expressivas.

A espingarda tem o *cão* e o *gatilho*; o parafuso não dispensa a *porca* retorcida.

Basta por enquanto de arsenal e de ferros-velhos.

Vejamos outros aspectos, pondo um intervalo *sem palavras* por higiene e para não excitar a dupla cólera dos gênios antigramaticais e dos gramáticos sempre litigantes e insatisfeitos.

III

ANIMAIS

Ainda há pouco, em páginas precedentes, aponteí, por breves exemplos, o emprego que sempre fez o povo dos nomes de animais para designar os engenhos e máquinas primitivas.

A história natural forneceu-lhe intuitivamente os recursos de derivação e criação de palavras novas.

Agora, examinaremos outro curioso aspecto da questão.



Os nomes de animais não serviram apenas à mecânica popular, mas igualmente à medicina.

Grande número de doenças foram apelidadas desde remotíssimos tempos, segundo a sugestão, a analogia ou qualquer endereço lógico que fornecia a história natural.

Basta citar aqui alguns nomes de si mesmos tão expressivos que dispensam qualquer explanação: o *pólipo* (polvo), a *elefantíase*, espécie de lepra que enruga e engrossa as pernas; o *câncer*, que é o caranguejo, e as nevroses ou manias dos indivíduos que se julgam lobos (licantropia), cães (cinantropia).

Nas crianças, são familiares o *sapinho*, a *coqueluche* (que é uma onomatopeia e arremedo do canto do galo), o leve inchaço resultante de quedas conhecido com o nome de *galo*.

Certas manifestações da avaria são entre o vulgo conhecidas com os nomes de duas alimárias muares.

O *cobreiro* ou *cobrelo* era atribuído à passagem de uma cobra sobre as vestes humanas.

O próprio *músculo* significa “ratinho”, pois que *musculus* é um diminutivo de *mus* (rato). E na gíria o *lagarto* é a designação do *muque*, o bicípite do braço. *Lagarto* é ainda um animal.

As pessoas que conhecem a história do português sabem que *perna* era no latim a perna de porco, e *rosto* era apenas o bico de ave (*perna* e *rostrum*). A palavra de gíria *bicanca* lembra a formação de *rosto*, bico de ave; e ainda é corrente o *pernil* de presunto.

É, pois, muito grosseira e rústica a anatomia primitiva.

Progredimos muito mais do que imaginara Darwin. Voltando às doenças, podemos lembrar a *fome canina* (de cão), a *bulimia* (em grego, fome de boi) e a *faimcale* dos franceses, que era o mesmo que fome de cavalo (*fames caballi*), conhecida na medicina da Idade Média.

De certos mentecaptos diziam que tinham aranhas, vermes ou moscas nos miolos, principalmente o diziam os italianos, segundo o testemunho de Ducange (*qui itali musca in cerebro nominantur*).

A *esquinência* (angina) é uma palavra grega que significa o estrangulamento do cão, quando o animal estira a língua para respirar (*kinanche*).

A história da medicina poderia ainda oferecer casos vários da adaptação popular.



Outro aspecto frequente ou curioso é o da utilização dos animais como termos de injúria: canalha (matilha de cães), perro, porco e mar-rão, que se trocavam entre si mouros, cristãos e judeus.

Capricho é a teimosia, as negaças, o caracolar desordenado da cabra.

Diz-se *amuado* (feito *mu*) do sujeito intratável que está emburrado ou embezerrado.

Mulato, nome dado aos homens mestiços de raça branca e negra, parece ter-se derivado do sentido primitivo de *mulato*, jumento, ainda em uso no tempo de Gil Vicente.

Se beato immaculato
Me emprestasse o seu *mulato*.
Clerigo da Beira

Avacalbado é recente, mas já leva as lampas a essa nomenclatura depreciativa.

Não é preciso insistir em derivações vulgares como as de *gatuno*, *agatanbar* que se ajuntam a certos costumes felinos.

Em concorrência os *ratos* fornecem novos símiles: ratoneiro, etc.

Vamos dar por finda a pequenina zoologia da semântica.

Quando escrevi dos instrumentos mecânicos, esqueci o *cachorro* (espeques) e o *macaco*, que suspende grandes pesos, como o dos bondes descarrilados.

Em cousa alguma pretendi esgotar a matéria, mas apenas apontar a fecundidade dos neologismos populares, sem grego e sem lágrimas.

Às vezes não são quantitativamente exatos, mas pela qualidade cedem o rigor técnico e científico.

IV

CERTOS NOMES

Os nomes de pessoas atraem sempre a atenção, justamente por serem hoje uma espécie de expressões vazias, supérfluas e sem sentido.

Não foram assim na sua fase ante-histórica, em que tudo havia de significar alguma coisa.

Dessa fase de origens obscuras e remotas em seu momento de formação, falaremos em outra oportunidade.

Queremos por agora estudar alguns nomes já cultos e históricos, seguindo o sentido que lhes deram, os homens, desde os tempos bíblicos.

Como o assunto é vastíssimo e daria para volumoso tratado, limitaremos por agora o nosso entretenimento aos nomes que se explicam pelas circunstâncias do nascimento e entraram no calendário batismal.

Foi o método que seguiu Kleinpaul em curioso livrinho sobre o mesmo tema.

As condições do nascimento influíram na onomástica primitiva.

Um fato a notar é, por exemplo, o dos gêmeos. Esaú e Jacob foram gêmeos antiquíssimos, e Jacob significa “o que veio no calcanhar” do outro (*supplantavit*), isto é, o gêmeo que nasceu por último.

Dizem hoje os cientistas que o último deve ser o mais velho, tendo sido o primeiro gerado na madre.

O novo testamento ainda nos dá outro nome de gêmeo e é o do apóstolo Tomé. No Evangelho de S. João escrito em grego (como, aliás, os outros), diz-se pleonasticamente que Tomé era cognominado Dídimo (cap. II, v. I6). A frase é um pouco inexata porque *Tomé* em

hebraico significa gêmeo, e gêmeo em grego é Dídimo. S. João repetia em grego o que já estava na denominação hebraica. Não se compromete a versão latina: “*Thomas qui dicitur Didymus*”.

Nós não temos da palavra gêmeo (latina) senão o derivado Geminiano que indiretamente aponta ao signo de *Geminis*.

O nome *Zuinglio*, o reformador suíço, também significa gêmeo.

Os judeus também costumavam dar ao filho que nascia regularmente depois de outro já morto, e como para substituí-lo o nome de *Chaim* ou *Chajim* ou então *Seth* que substitui o desventurado Abel, vítima da inveja do irmão, na primeira família da cosmogonia mosaica. *Chahim* (pronuncie Xaim) significa a vida, verdadeira substituição da morte; dessa circunstância nasceu o nome latino e cristão *Vitus* (de –*vita*), que se alterou em *Guido* (como vemos na expressão muito posterior, dança de S. Vito ou de S. Guido). *Vito* é o Seth dos hebreus.

Outra circunstância infeliz é a do parto difícil, e essa eventualidade foi frequente na *gens Julia* de que descendeu Júlio César.

Daí o nome apropriado pela cirurgia da operação cesariana, a cesarotomia.

Na Bíblia vemos que o último filho de Rachel que quase lhe custa a vida foi por ela chamado *Benoni*, isto é, o “filho da minha dor”, mas Jacob, mais cheio de esperanças que a esposa, mudou-o para *Beniamim* (filho da mão direita, isto é, da felicidade).

A apresentação da criança ao nascer de modo anormal pelos pés, deu origem ao nome latino de *Agrippa* e ainda hoje a medicina conserva a designação de *agrippinus partus* para tais casos.

O espanhol reservou o nome de *Enciso* ou *Encisso* para os filhos que fizeram muito sofrer as mães ao vir à luz. Não conheço ou não sei dizer se há ou houve igual nome entre os portugueses nem sei explicar o uso castelhano que desconheço.

Aos filhos que nasciam causando a morte das mães os romanos deram o nome de *Servius*.

Esse grande rei da idade heroica de Roma era etrusco e provavelmente etrusca devia ser a expressão que se tornou vulgar. A lenda, aproveitando a afinidade com a palavra *servus*, atribuía-lhe a origem de um deus e de uma escrava.

Na antiguidade clássica não era cousa rara denominar originariamente os filhos sem pais com as belas palavras propiciatórias de “graça ou presente de Deus”.

Assim se formaram *Theodoro*, *Dorotheu* que significa exatamente “presente de Deus”, *Fedór*, *Fedóra*, são formas russas da mesma palavra; a latina é *Deusdedit* ou *Deodatus* donde os derivados modernos Deodato, Dieudonné. São também de indivíduos de origem desconhecida os nomes hebraicos *Jonathan*, *Nathan*, *Matheus*, *Mathias* contraído de *Mattathias*, e assim *Mattaniah*, todos presentes dados pelo Jeová dos homens.

Claro está que essa explicação só se refere às origens de tais nomes, hoje universalmente adotados sem dano da legitimidade. No provérbio é *Matheus* muito cioso da prole: “*Matheus, primeiro os teus*”.

V

NOMEN & OMEN

Se eu fizesse o propósito de tratar exaustivamente de nomes próprios, não sairia do mesmo lugar durante um ou dois anos.

Não tenho, porém, outro intento que o de distrair os leitores, menos pela excelência e mais pela variedade dos temas.

Contudo, falarei ainda uma vez de um nome próprio que me é caro e certamente o mais popular na pia de batismo: o nome João.

Para essa popularidade contribuíram os muitos santos que ilustraram e honraram esse apelido: João Batista, o precursor, João, o jovem discípulo amado. João, o evangelista que ninguém crê que fosse o apóstolo, e outros que desde cedo iluminaram a igreja cristã.

O nome hebraico era Jehohanan, no antigo e no novo testamento, com o sentido de “graças a Deus”. Já os israelitas haviam-no encurtado para Johanan. Os tradutores gregos daí tiraram *Iôannes*, suprimindo a aspiração que aparece em outras línguas com as letras *b* ou *v*: Giovanni (italiano), Ivan (russo), Johannes ou Johann (germânico). E há quem escreva *Jokanan* em várias línguas cultas.

Os alemães ainda abreviaram o nome: – *Hans*.

Também assim o fizeram os portugueses sob a antiga forma *Eane*, que se atraiçoa em *Eannes*.

Em nossa língua sabidamente a terminação *es* nessa espécie indica a filiação. Vasques é filho de Vasco, Rodrigues, filho de Rodrigo, Peres ou Pires, de Pedro, Martins (Martines) de Martinho, etc.

Assim Eannes, filho de João, é um patronímico, como dizem os gramáticos.

Quem conhece a história literária portuguesa sabe que um antigo cronista se chamava Gomes Eannes de Azurara ou de Zurara.

Esse mesmo Eannes conhecemo-lo na forma espanhola que é Yanez, nome familiar aos que estudam a história do descobrimento do Brasil; Yanez Pinzon foi um dos que primeiro aportaram às plagas brasileiras.

Outra contração do nome antigo formou Ennes, que é de uso moderno e atual.

O mesmo patronímico em outras línguas é *Johnson, Hansen e Hnsen*.

É tão vulgar e plebeu que o nome se generalizou para inúmeras frases feitas: João-ninguém, João Fernandes, João de Vigo e outros Joões, mesmo históricos, como o João das Regras.

A mais popular das histórias do *folk lore* é a de João e Maria (Hans e Grete entre os alemães).

De caminho, notemos que só no conto é *Grete* o correspondente a Maria. *Grete* é uma abreviatura familiar de *Margarete*, e Margarita donde deriva significa pérola e é nome persa que os gregos apropriaram.

Por serem numerosos os Joões campônios e descalços, a arte náutica e a anatomia popular acharam a palavra *joannête*.

Na Alemanha, diz Kleinpaul, o grito *Jóhann!* basta para chamar um cocheiro. Por *Manél*, português, traduz um *Meyers Sprachführer* o nome do criado de hotel.

Não só isso. Nos formulários de casamento e nos catecismos, *Hans* é um nome qualquer, indefinido, como Fulano ou Sicrano.

Assim lê-se naqueles livros a fórmula: “João queres receber Maria por legítima esposa?”

O alemão diz, na verdade, Hans, mas em vez de Maria, *Grete*, que é Margarida, nome tão popular como o de Nossa Senhora.

Aqui, no Brasil, ou antes, no Rio de Janeiro, por matraca e facécia, apelidam as negrinhas que passam com o nome de *João*.

A preferência do nome é provável que resulte da própria vulgaridade. Tudo que é indistinto deve ser João, no *folk lore*, nas histórias e na psicologia popular.

O filólogo A. Bähnisch, a respeito desse nome, conta a curiosa história que vamos repetir.

Copenhague, capital da Dinamarca, não é uma cidade muito grande. Averiguou a administração local que havia mais de 50.000 (cinquenta mil) *Hansen* e isso criava sérios embaraços ao serviço público. Determinou, pois, o Governo, em 1874, por um decreto real, sugerir aos habitantes da cidade o recurso a outros nomes, e para isso nomeou uma comissão de sábios, que organizaram uma lista de 1.600 nomes autenticamente nacionais e daneses.

O filólogo não diz nada acerca dos efeitos da recomendação oficial. Provavelmente ficou letra morta na legislação dinamarquesa.

VI

SEMÂNTICA

As questões de origem parecem menos interessantes que as da metamorfose e desenvolvimento de sentido das palavras.

Mas, como observa Fritz Mauthner, há formidáveis transformações, todavia insensíveis, que passam silenciosamente sem o menor reparo, por isso que falamos a linguagem do momento (*momentsprache*), presente e efêmera.

Ainda hoje chamamos *lâmpada* (diz ele) ao que os gregos e romanos chamavam *lampas*. Mas a sensação que despertava foi sofrendo variações enormes; a ideia do aparelho de iluminação sucessivamente a azeite, a óleo, a petróleo e enfim a eletricidade, foi representando imagens sucessivas e variadíssimas, encobertas pelo vocábulo imóvel e sempre o mesmo – *lâmpada*.

Afinal, essas variações não afetavam o essencial.

Quando, porém, examinamos a história de outras palavras que sofreram metáforas mais ousadas, começamos a sentir a distância percorrida e até mesmo a perder o sentimento do caminho andado.

Tomemos para exemplo a palavra – *calamidade* – que todos conhecemos e não vem ao intento definir.

Era primitivamente um termo da agricultura. *Cálamo* é o caniço, a cana ou talo do trigo. Sucedia por vezes cair nos campos forte granizo que quebrava os talos dos trigais. Para o lavrador era a *calamidade*, a destruição da seara.

Essa praga do campo e da agricultura passou à cidade e ao sentido comum de infortúnio ou desgraça geral.

Ninguém mais se lembraria dos *cálamos* que foram as primeiras vítimas da intempérie.

Outro exemplo.

As metáforas, por vezes, nobilitam palavras rústicas ou grosseiras. Hoje falamos do *estro* dos poetas, em estilo erguido.

Estro, porém, era um inseto daninho, o tavão (*astrum*), uma espécie de mosca ou *mutuca*, que, picando os cavalos, os punha em desespero e furor.

O *estro* é, pois, um desombestiar do poeta, arrebatado pelo entusiasmo da inspiração.

Pégaso, que foi o mais poético de todos os cavalos clássicos, devia gostar dessa mortificação fecunda.

Ainda outro caso de alteração radical no sentido dos vocábulos.

Idiota, entre os gregos *idiôtes*, era chamado o homem particular por oposição ao que tinha ofício ou encargo.

Mais tarde e por igual razão, eram chamados assim os que formavam a maioria do povo. Nesse sentido encontramos nos nossos clássicos o termo por vezes ligado a outro – “o povo idiota”, para designar os leigos e toda gente não letrada e alheia à república ou ao governo.

Fixou-se, então, o sentido de que *idiota* era o não-letrado, o que não sabia ler nem escrever. Havia nas aldeias portuguesas juízes *idiotas*, simples juízes de paz e de quem não se exigia mais que os bons costumes, a experiência e a probidade. Eram naturalmente idiotas os leguleios e *lhalgalés* (da soletração *l-h-e*). = São aqueles gregos mui rústicos, *idiotas*, ignorantes e sem letras “dizia Pantaleão de Aveiro, no seu *Itinerário*, X.

Hoje, em vez de *idiota* dizemos aqui no Brasil *analfabeto*; e eis que me ocorre uma ideia aproveitável.

Não seria conveniente à propaganda da instrução volver ao costume antigo de chamar de *idiotas* todos os analfabetos?

Não sou um entusiasta da *alfabetização* geral, nem creio nos seus apregoados milagres, mormente na política, mas ofereço a sugestão aos apóstolos e propagandistas.

Para concluir.

Entre os romanos *varus* era o indivíduo, de pernas tortas, ou muito abertas, o que coxeava, o zambro. E *coxear*, andar obliquamente para um lado, era *varicare*. Um peso mais considerável que o aleijão pode obrigar um indivíduo a sair da linha reta e isso é *prevaricar*.

Aludi ao dinheiro que é peso e deus moderno; mas poderia ser Baco ou Vênus pela cartilha antiga que ainda tem os seus adoradores fanáticos.

Ao concluir, estou na situação de Tristan Derème. Publicando os seus versos – *La Verdure dorée* – deixou que um amigo lhe pusesse este prólogo:

Monsieur Derème au coeur trop tendre
Par ses propos nous fait dormir
Ah! que de graces á lui rendre!
Il nous épargne de l'ouir.

VII

A NASAL

Por que é a negativa sempre nasal?

Eis aí uma sutileza que despertou a atenção de Herman Paul, Fritz Mauthner e Prantl.

Negamos principalmente pelo nariz, pelo órgão do olfato, o mais sensível talvez às contrariedades do ambiente.

Essa conclusão decorre da própria crítica da linguagem.

Podíamos entregá-la a um romancista como Leo Spitzer.

É necessário prover-se de certa argúcia e de disposições de coragem metafísica para acostar as sutilezas daqueles filólogos citados.

E, ao que me parece, argumentam com muita agudeza e penetração.

Há três linguagens que coincidem nas suas origens: a do gesto, veemente mas imperfeita, a do *tom*, musical e apaixonada, e a da palavra, mais expressiva e mais fria.

Ainda hoje concorrem, mas é evidente que a última, sem eliminar as primeiras, conseguiu adiantar-se às outras.

Em qualquer caso, o homem primitivo não falava por solilóquios. Comunicava, e portanto dialogava.

Nas origens, portanto, a frase era e devia ser uma afirmativa.

Para começar, ninguém nega. A negação é sempre uma resposta, neste caso especial, uma repulsa.

Uma cousa inaceitável, presume-se, devia ser indicada por um gesto ou pelo tom de voz, como ainda é hoje entre as naturezas simples.

O gesto bastava e basta para repelir, *grosso modo*, uma cousa ou uma ideia desagradável.

Entretanto, depois que o homem se achou de posse do variado instrumento de língua, a violência do gesto e da repulsa pôde ser articulada em vozes.

Essa gradação do tom ou do gesto é tão natural que não desapareceu ainda.

Hoje, a pergunta e a dúvida só existem pelo tom.

– Você vai amanhã.

– Você vai amanhã?

A escrita dispõe apenas de um sinal – ? – diferenciador.

Entretanto, uma frase é afirmativa e outra dubitativa.

A negação começou pelo mesmo processo. Os judeus, nota Fritz Mauthner, negam frequentemente por certas proposições positivas. Falando-lhes acerca de qualquer negócio que não aceitam ou não lhes convém, dizem: – *Parto amanhã para a América*.

A ironia basta como expressão negativa que, quando formal, toma a expressão *ae, ain*.

Mas, o caso geral é que a negativa expressa a repugnância, como diante de um mau sabor ou de um mau cheiro. A repulsa faz-se necessariamente por um movimento expiratório e nasal.

As pessoas mal-educadas escarram ou cospem; mas é mais sutil e delicado repelir por uma voz nasal, expiratória.

– *Hum!*

– *Non!*

Assim se diz em todas as línguas: non, ne, no, not, nein, nicht; nunquam, nunca, nada, nenhum, nie, nem, nenny, etc.

Os nossos índios diziam *intio, timan*.

Bem dizia o Padre Vieira, analisando o palíndromo da negativa *non*:

“Terrível palavra um *non*, não tem direito, nem avesso...”



No fundo, é uma voz imitativa e nasal da repulsa pelo olfato, depois de haver a expressão mais grosseira da repulsa pelo gesto.

As vozes nasais podem produzir-se à *bocca chiusa*.

E tapam o nariz, além de fechar a boca.

E mesmo para exprimir a recusa temos a frase: *torcer o nariz*. A gíria de agora no Brasil diz – *cheirava!* – sugestão do olfato para negar.

VIII

EUFEMISMO

Nem tudo se pode dizer, eis uma boa regra de ética social.

Mas não tanto as cousas, como principalmente as palavras, é que estão incluídas naquela discreção.

Evitemos o termo cru, indecente, ou mesmo convencionalmente desonesto.

Há palavras inocentes, condenadas sem apelo, como as há grosseiras e dignas de repulsa.

Os homens de boa educação lavram em seu único tribunal o *index prohibitorum*.

Pouco adianta descobrir injustiças e malquerenças viciosas ou inexplicáveis.

Cícero notava desde a alta antiguidade o costume de apontar as cousas com palavras encobertas (*tectis verbis*) e o diapasão é ainda hoje o mesmo.

Um vocábulo honesto pode muita vez degradar-se até a ignomínia. A palavra que mais geralmente designa a mulher errada era a denominação casta das donzelas.

A ironia fez apodrecer o vocábulo.

Há que contar igualmente com o exagero a *pruderie* da gente hipócrita.

O eufemismo é um dos processos vitais da linguagem.

As *précieuses* do salão da Rambouillet, no século XVII, abusaram imensamente das metáforas pudicas que não correspondiam ao teor libérrimo da sociedade do tempo.

Assim é que em vez de *casar*, diziam *donner dans l'amour permis* e ter filhos era *transmettre son sang*.

Esse gongorismo deixou alguns vestígios na língua francesa.

Era e foi de todos os tempos e de todos os povos. Uma tia-avó de Herder (ele é quem o conta), falava dos seus pés, dela, só com licença da palavra (*meine Fuesse, mit respekt zu sagen*).

Há em português certas palavras que julgamos brutais e impolidas. E, entretanto, de algumas delas usamos os derivados sem atinar com o sentido do termo principal: e assim podemos polidamente falar de *cueiros*, de *recuar* e *acuar*.

Em Gil Vicente, o mesmo termo que serve a essas derivações, por vezes aparece velado pelo circunlóquio *salvanor*, *salvonor* (salvo o onor... das pessoas presentes). Neste exemplo, onde aliás não se respeita o pudor das palavras:

Diz Nabucodonosor
No *sideraque* e *miseraque*
Aquele que dá grã traque
Atravesse-o no *salvanor*.

(*Pranto de Maria Parda*)

G. VIC., III, 371.

E ainda no *Auto da Feira*, I, 156 e outros lugares.

E assim figura igualmente nos versos de Dom Francisco Portugal (o antigo) no Cancioneiro geral de Garcia de Rezende:

As damas no *salvanor*
Me beijem...

Dessas irreverências tratei nas *Frases feitas*, I, 115.

Esse falso respeito pela anatomia humana estende-se a órgãos inocuos e decentes.

Não só os pés para a tia de Herder. Nos Estados Unidos, a palavra *perna* (leg) foi banida da fina sociedade, mesmo tratando-se da perna de uma ave nos jantares de boa companhia.

E. Weckley, no seu interessante *Romance das palavras* — conta-nos que as senhoras mestiças de Barbados também não admitem que se fale em *peito* (breast) de peru (aceitam apenas o *seio*, como palavra decente).

— “I take a little turkey *bosom*, if you please”.

Os franceses fazem cousa parecida. Em 1829 o termo *mouchoir* (lenço), numa adaptação do *Otelo*, de Shakespeare, na Comédia francesa, excitou o riso e a reprovação geral.

Na Irlanda, em Dublin, foi pateada uma peça de Synge, em que se falava em *mudar de roupa* (shift).

A expressão foi julgada insuportável, apesar de ser já um eufemismo que substituiu *smock*, considerado impolido e grosseiro.

Há um Estado do Brasil em que não é possível falar em *pinta*. “Uma *pinta* no rosto” causaria o mais absurdo escândalo.

Em outros Estados, *sujeito* ou *indivíduo* são formas grosseiras de referência a qualquer pessoa.

Remédio eficaz contra a impolidez eventual dos vocábulos é o neologismo grego.

Sabem-no os médicos que não hesitam, sob essa capa, dizer coisas que seriam impossíveis na linguagem comum entre pessoas educadas.

Por sua vez, quando esses neologismos se vulgarizam, começa o trabalho de inventar outros menos vulgares.

É um trabalho de Sísifo. O povo aceita como gentis e misteriosas as palavras exóticas, e a prova está em numerosos casos da literatura.

Se fosse mais conhecida a etimologia de *orquídea*, ninguém a traria na lapela sem algum constrangimento.

A orquídea vive do seu mistério helênico.

A florzinha que se chama miosótis, tem esse nome que significa — *orelha de rato* —, muito prosaicamente.

Entretanto, a ignota beleza do vocábulo foi aproveitada por um dos nossos poetas, Teixeira de Melo, para título de um seu livro de versos.

As – *Orelhas de rato* – não causaram dano à poesia.

Por influxo da raça negra, a palavra *beijos* não entra na poesia brasileira. Diz-se – *lábios* – em verso e também em prosa rústica.

No século XVIII um acadêmico português condenou por torpe a expressão *esmerar*, hoje nobilitada pelo melhor uso. Evidentemente havia alusão a *emerder*, limpar as criancinhas dos dejetos involuntários.

IX

DOESTOS

Vimos, ainda há pouco, certas curiosidades do *eufemismo*, isto é, da tendência normal que nos aconselha a repulsão de cousas e de palavras rústicas e grosseiras.

Agora, temos que estudar algumas dessas expressões, que o eufemismo encobre e que pertencem ao vocabulário descomposto e desenvolto do xingamento.

A escassez de recursos verbais fez com que ainda uma vez e com evidente injustiça o povo apelasse para os nomes de animais.

Nas civilizações primitivas os animais são *totems* e nada envolvem de depreciativo entre epítetos de pessoas.

Não é preciso insistir sobre esse vocabulário de doestos e impropérios dos povos cultos: burro, besta, cavalo, asno, azêmola, sevandija, jumento, vaca, cachorro, cão, porco, toupeira, aplicados pela indignação e a cólera contra o gênero humano.

Alguns desses são por assim dizer técnicos e especializados: *porcos* e *marranos* eram os nomes de desprezo contra os judeus e os sectários de Mafoma, talvez pela ojeriza que tinha essa gente à carne de porco.

No norte do Brasil chamam ao diabo de: *cão*, o cão do inferno.

E ainda ali *gambá* e *saruê* (um marsúpio) entram na larga sinonímia dos borrachos, amadores da *pinga*.

Gato e *rato* deram os derivados gatuno e ratoneiro, sinônimos de ladrão reles de migalhas de casa.

O costume de xingar com os nomes de animais desde a Idade Média era passível de pena, conforme o título XXXIII da *Lex salica*, e é cu-

rioso que entre injúrias, notadas na lei, estejam os nomes de *vulpecula* (raposa) e *lepus* (lebre) que hoje seriam doestos inócuos ou insignificantes.

Os alemães xingam também com as partes do corpo (*bund fot*, que não cabe traduzir) e só conheço nessa espécie um termo nosso dialetal, o *garganta* (= mentiroso).

Uma destas partes, a *cauda* no cão é um órgão que simboliza principalmente a submissão e o medo. Dessa palavra desde a Idade Média se formaram termos *covarde*, *covardia*, em outras línguas *codardo*, *coward*, *cowardice*, derivados de *coda*, *cola*, *cauda*.

Fried. Brinkmann a propósito, lembra a asnidade do Bluteau que deriva ingenuamente *cobarde* do alemão *Kuh* + *Bart*, o que dá em resultado: barba de vaca!

Nas antigas Ordenações afonsinas registram-se impropérios que não é possível transcrever, mesmo com a forma arcaica que os caracteriza. Basta-nos citar o termo *somítico* que hoje se aplica ao sujeito avarento e mesquinho, mas que era grande injúria afrontosa aos bons costumes, visto como *somítico* é uma alteração de *sodomítico*.

Protegia-se também o judeu converso, arrependido, contra o epíteto de *tornadiço*.

As mulheres não são poupadas. São bichas, galinhas, e *tarascas*. A *tarasca* era uma serpente de grandes proporções, artificial e mal enjabrada que aparecia nas antigas procissões.

Ainda na época clássica *tratante* é uma palavra honestamente empregada para os que se dedicavam ao *trato* de mercadorias, ao comerciante.

Os povos pelas suas comidas prediletas também recebem apelidos depreciativos, o francês Jean *Potage*, o inglês Jack *Pudding* e o alemão Hans *Wurst* (*Wurst* = salsicha).

Aqui ocorre uma informação com sabor da atualidade. Os castelhanos, nas antigas lutas tradicionais contra os portugueses, davam a estes o apelido de *chamorro*s.

Chamorra era a mulher do povo que trazia no antigo Portugal os cabelos cortados como *à la garçonne*; mas não proponho o termo abominável sob pretexto de vernaculismo.

Os soldados portugueses eram uma espécie dos *round heads* de Cromwell, não tinham a cabeleira longa e aristocrática.

A caricatura internacional apropriou-se também de certos símbolos depreciativos.

John Bull, é o povo inglês, grosso, forte e temeroso como o touro. Provém essa alcunha de uma sátira – *The history of J. Bull* – atribuída a um amigo de Swift (século XVII).

Marianne, a República francesa, tornou-se popular, graças a uma estatuetta de barro, figura de mulher, de barrete frígio, que se vendia por alguns soldos no tempo da revolução francesa. Também aplicaram o nome *à guilhotina*.

Jonathan simboliza os Estados Unidos. No tempo da revolução da independência americana, Washington, quando se via abarbadado por qualquer dificuldade, costumava dizer: “Vamos consultar o irmão Jonathan”.

– *We must ask brother Jonathan...*

Jonathan era de fato um homem avisado, amigo do herói e Governador do Connecticut. Jonathan Trumbull foi realmente o conselheiro mais assíduo do General Washington.

Dizem ainda que o outro apelido do povo *yanquee*, o *Uncle Sam* foi tirado por facécia das iniciais *U. S. Am.* (United States of America), se é verdadeira a anedota.

Falamos acima da palavra *marrano* ou *marrão*; está ligada à fórmula de *anathema-maranatha*, bíblico.

X

DINHEIRO E OUTRAS COUSAS

A lavoura foi sempre a profissão primitiva e fundamental, criadora de todas as riquezas.

Por isso mesmo, é incalculável o número de vozes que nasceram da vida dos campos, do trato das terras e dos rebanhos.

O homem primitivo olhava e examinava o firmamento *sidéreo* para auspiciar os segredos da natureza. Daí se originou *considerar*, que significava examinar as estrelas (*sidera*), e assim nasceu também o primeiro *desejar* da esperança (*de – siderare*). Era o céu quem fazia os prognósticos felizes. Senão o céu, pelo menos a luz.

Outros acreditam que o *desejo* é, como a saudade, a simples separação (*dissidium*), sentimento da distância e da impossibilidade.

A agricultura povoou de vozes novas o escasso tesouro das palavras antigas. Os homens bons eram lavradores:

Aos bons reys Sancho e Diniz
Chamavam-lhes lavradores.

Assim escreve Sá de Miranda, em uma das suas *Cartas* repetindo a opinião do vulgo.

A lavoura é por excelência o trabalho *labor*; o homem *lavra* a terra e o mesmo ofício exercem as mulheres nos seus trabalhos de costura, que no antigo português era *lavarar*. As rendas de *lavarinto* e os lavores arguiam o mesmo mister de *lavarar*; assim o diz Dionisa no *Filodemo* de Camões:

Ora hi polas almofadas,
Que quero um pouco *lavarar*.

O *lavarinto* das rendas pode ser o labirinto clássico.

Mais tarde os navegantes com os seus lenhos *lavram* os mares. É o mesmo trabalho do campo generalizado a todas as coisas na vida lusitana.

Vinha já da herança latina essa nobreza dos lavradores.

Os antigos romanos tomaram à lavoura e aos rebanhos numerosas expressões que granjearam sentidos novos, conforme a civilização ia reclamando do antigo acervo dos vocábulos.

O primeiro que vamos examinar é assaz conhecido. É a *pecúnia* que deriva de *pecus* (o gado), que foi a primeira moeda nas trocas primitivas. E as moedas mais antigas que foram cunhadas em metal traziam a imagem significativa do *boi*, sinal dos valores.

A *pecúnia*, sendo a fortuna privada, produziu o *pecúlio* que é a de cada um. E de *pecúlio* tirou-se *peculiar*, privativo, e ainda *peculato*, o furto dos dinheiros públicos.

A palavra *rival* deriva de *riva* e *rivum*. Os lavradores que ocupavam as margens opostas dos rios, *rivales*, contendiam como sempre foi usual entre proprietários vizinhos. Daí, a sentença de Ulpiano que elucida o termo tratando do aproveitamento das águas entre ribeirinhos. “*Si inter rivales, id est qui eundem rivum aquam ducant...*”.

Hoje, os rivais não disputam por essas primitivas fronteiras, e era já assim no tempo de Cícero.

No campo a encruzilhada de *três vias* ou caminhos chamava-se um *trivium*. Depois, na Idade Média, a expressão passou às escolas para indicar o curso elementar de três matérias, a aritmética, a gramática e a geometria.

Destarte nasceu o adjetivo *trivial* por indicação de cousas rudimentares e comuns.



Os tradutores latinos da Bíblia vulgarizaram uma expressão campestre, só conhecida dos lavradores: a *tribulação* ou *atribulação* aplicando-a à consciência e às cousas do espírito.

Os lavradores conheciam apenas o *tribulo* que era um chicote ou mangual de bater o trigo. A *tribulação* era esse procedimento rústico e não a penitência da alma que hoje é.

As palavras *feliz* e *felicidade* (de *felix* por *fertilis*) queriam dizer no antigo latim arcaico, a fecundidade do solo, das plantas e do gado.

Estólido é um epíteto que traduz a ação do *stolum*, isto é, o galho enfraquecedor que era preciso podar na árvore.

Igual exaltação sofreu o termo *egrégio* (derivado de *grex*, *grei*, rebanho). O mesmo significa o epíteto *generoso* que quer dizer de bom sangue, de boa raça (*genus*).

Assim, pouco a pouco, o vocabulário rural passou a adquirir os aspectos da vida citadina.

Por vezes, a alteração chegava ao cúmulo de representar exatamente o oposto do ponto de partida.

Maturus, maduro, era inicialmente o fruto verde, temporão ou precoce. A palavra tem a mesma origem e raiz de *matinal* ou *matutino*, isto é, o daquilo que chega cedo, madruga e se antecipa.

Hoje, é exatamente o contrário e diz-se *maduro* o que já atingiu a sua máxima expansão.

Outro caso semelhante e mais singular ainda é o do termo *abrigo*.

Abrigo era o lugar ao ar livre, exposto ao sol, e por isso dizia Plínio, que a árvore do buxo se dá bem nos lugares soalheiros ou nos abrigos (*Bux amat aprica*).

Hoje nós nos abrigamos, não ao sol, mas em lugar fechado, à sombra. Essa atrevida metáfora pode explicar-se pela evolução gradual no emprego do vocábulo: exposição ao sol, isto é, ao calor e depois na estação do frio ao calor da lareira, em casa fechada.

Então, o abrigo passou a ser contra o frio e o vento, como o é na linguagem marítima em que *abrigo* é porto e remanso.

A palavra *indigitar* agora tem o sentido de apontar com o dedo (*digitus*) contaminação casual. Vem de *Indigete*, um deus auspiciador dos romanos, usado pelos poetas que frequentam a mitologia. Empregou-a nosso Bento Teixeira na *Prosopopeia*:

E por ventura sou *Deus indigete*
Nascido da pro genie dos humanos...
est. 50.

XI

ASTROLOGIA

A astrologia foi uma superstição vivedoura que desde a mais remota antiguidade empolgou a atenção e a curiosidade dos homens.

Ainda na idade moderna o Papa Júlio III e o astrônomo Kepler eram astrólogos convencidos.

De modo geral, ninguém nega o influxo dos astros sobre a terra. No fenômeno das marés, o mais aceitável de todos, além de outros pode achar-se exemplo dessa obscura influência do céu e dos planetas.

A astrologia, porém, não se contentando de ascendentes vagos e imprecisos, instituiu um sistema positivo de princípios divinatórios que deviam governar os acontecimentos e os destinos do homem.

Vimos já em outra ocasião, como os lavradores, para auspiciar as boas colheitas, *consideravam* o prospecto das estrelas (*con-siderare* = examinar o firmamento sidéreo).

O fato mais importante da astrologia judiciária, como lhe chamavam, era a construção do *horóscopo*.

O *horóscopo* representava o estado do céu, no momento em que nascia o indivíduo. Ali estava escrito e prescrito todo o destino da criatura.

Essa arte divinatória sem embargo de ser proibida ou condenada pelas leis (a de Justiniano), pelos doutores da Igreja, ridiculizada depois por homens eminentes, sábios e poetas, por Shakespeare, no *Rei Lear* (I sc. 8) triunfou e triunfa ainda em todos os obstáculos.

Brandl-Pracht, a quem não se pode negar certa autoridade, escreveu, há pouco tempo, um compêndio de astrologia matemática, com grande aparato de erudição, que é um tanto popular na Alemanha.

Para ele, os corpos celestes são magnetes gigantescos, cuja ação se difunde em todo o universo.

Com ele estão A. Kniept, que escreveu a *Física Astrológica*; Alexander Bethor, de Munique, que tratou o fundamento da astrologia na história natural.

Essa astrologia, estilizada pelos modernos oculistas, pouco ou quase nada nos aproveita agora.

Foi a astrologia antiga que nos deu um grande número de derivações interessantes.

A nossa fonte de informação é a história da língua.

Havia, por exemplo, o *astre*, a boa fortuna, e o *desastre*, a infelicidade, a falta de astro ou estrela. Hoje, só a segunda palavra sobreviveu ao dilema da sorte.

Encontramo-las, as duas, nos antigos clássicos como na comédia *Eufrosina*, de Jorge Ferreira, neste diálogo:

- “Acabado isso, é noite, são *desastres*.
- Não seriam senão *astres* se vós quizesseis...”

ATO V, sc. II.

Num dos diálogos (o IX), em que Amador Arraes trata das ditas e desditas, lê-se:

São *astres* e *desastres*, fortunios e infortunios.

Dependem desses vocábulos várias derivações: *astroso*, *desastroso*, etc.

O influxo dos planetas denuncia-se em várias expressões triviais, de todos conhecidas:

– *Lunático*, louco. *Aluado*, com o mesmo sentido: demente por influxo da lua.

– *Marcial*, do planeta Marte, deus da guerra. Ligavam esse epíteto ao ferro: *aque martiales*, águas marciais, isto é, ferruginosas.

– *Jovial*, alegre, de Jove ou Júpiter.

– *Soturno*, melancólico. De Saturno; a alteração da primeira vogal (soturno) deu-se por influência analógica de *noturno*.

– *Mercuriaes* chamavam os alquimistas aos líquidos por inconstantes e rápidos. Daí o *mercurius vivus*, o azougue, o *mercurius vegetabilis*, o espírito de vinho, etc.

– *Vênus* deu as derivações conhecidas.

O antigo horóscopo apresentava duas feições essenciais, a dos *signos*, do zodíaco e a dos *planetas*, astros errantes.

Os signos determinavam a sorte ou o futuro do indivíduo; daí a palavra *sina* (de *signa* = os signos).

Os planetas, porém, podiam por sua interferência modificar, para bem ou para mal, o influxo dos signos.

Num dos mais antigos documentos da língua portuguesa, que é a descrição da Batalha do Salado contra Albofacem, mostra-se o poder dos planetas:

“As constellações do céu se mudam mui toste (cedo) segundo o corrimento do céu das *pranetas*... e se ora houvemos maa costellaçon, avel-a-emos boa”.

Assim está no antigo *Livro das Linhagens*.

Um bom planeta podia anular o mau signo e vice-versa. Desta circunstância nasceu uma frase portuguesa que presumo ser quase desconhecida no Brasil: “*passar uma perneteta*”, passar dificuldades ou perigos inesperados.

E também por isso e outras ninharias brigou comigo o filólogo Leite de Vasconcellos. Mas, espero ainda um signo favorável para apaziguar o iracundo Endovélico da praia ocidental.

Por influxo da igreja os nomes da semana não incluem os dos planetas. Não é, todavia, inútil lembrar que os árabes numeram os dias dizendo o primeiro (domingo), o segundo, o terceiro... não será pois uma conjectura exagerada pensar que influíram um pouco, obliquamente, na língua vernácula.

XII

AS CORES

Os nomes de cores representam um dos problemas mais delicados e difíceis na história da linguagem.

E isso por certas razões que não se acham bem explicadas.

A primeira é que os nomes latinos que deviam constituir a regra da herança do vocabulário, aqui, desaparecem como por encanto ou ficam reduzidos a visível subalternidade.

Outra razão é que os nomes variam com o sentimento, averiguadamente mudável, das cores, e isso constitui matéria de pesquisas antropológicas e históricas.

E esse sentimento da cor parece estar ligado ao progresso da civilização.

Sábios e eruditos que se têm ocupado do assunto chegaram a conclusões inesperadas. Verificaram, por exemplo, que o *azul* é uma cor moderna, em vista da ausência de sentimento dessa coloração nos povos selvagens e mesmo no tempo de Homero.

Nos poemas homéricos falta o *azul*, que é substituído por *glauco* ou *ciânico*, expressões aproximativas e insuficientes. O mesmo foi observado no Zend-Avesta, no Rig-Veda, e nos antigos textos bíblicos. Nesses antigos documentos literários, o *vermelho* e o *amarelo* são as cores mais impressivas, ao passo que o verde e o azul, o violeta, são mais ou menos grises ou negros.

Os índios tupis do Brasil não distinguiam o azul do preto, que expressavam com uma palavra comum para ambas as cores — *una*.



Entretanto, os insetos, parece que têm mais fino e exato sentimento das cores, sem o que seria impossível admitir o *mimetismo* que os faz por imitação da cor das plantas e do próprio ar.

No homem, o sentimento da cor revela-se gradual, moroso, confuso e contraditório.

Os romanos substituíram o *glauco* e *ciânico* de Homero, por *cerúleo* que é, apenas, a cor do céu indistintamente.

Esses fatos despertaram a atenção e diligência de grandes sábios.

Contribuíram para tais estudos: Geiger, Magnus, Darwin, Wallace, Gladstone e outros.

A obra que reúne todos os dados e pesquisas é a de Marty – sobre a evolução do sentimento das cores.

O *íris* só impressionava os gregos com três cores; com cinco se acha definido na Idade Média e hoje nele contamos sete cores e admitimos ainda certas raias invisíveis, além do espectro.

Essa variedade não se confirma apenas na história humana, mas na história particular de cada povo, conforme teremos de ver na língua portuguesa.

Causas de ordem social podem acidentalmente alterar o conceito de cor, quando aplicada ao homem ou às raças. Há, porém, influxos menos ponderáveis que tornam incerta a percepção da cor exata.

Não queremos e nem podemos entrar no exame de tamanha complexidade. Apontaremos os fatos mais impressionantes e gerais, deixando a interpretação aos que com maior argúcia podem penetrar o mistério.

Lamentamos não ter à mão uma excelente nota de Rui Barbosa sobre os nomes de cores na língua portuguesa. A nota acha-se em um livro – *Lições de cousas* – que traduzira do inglês. Aí teríamos algum material aproveitável no estrito sentido do vernaculismo – o que constitui não pequena dificuldade.

Para não exceder os limites desses pequeninos estudos, transferimos para o próximo título o exame das palavras que designam as cores conhecidas.

Excluímos dessa relação os matizes e *nuances* que a moda tornou vulgares: *creme*, *fraise*, *marrom* e quejandos, oriundos das modas e provavelmente aceitáveis nos vocabulários vindouros.

XIII

AINDA O ESPECTRO

A imprecisão das cores ou antes do sentimento e percepção delas é indescritível quando subimos ao exame das origens e dos radicais das palavras.

Entretanto, as cores têm cada uma a palavra que as exprime, ao passo que os tons da escala musical nunca tiveram expressão vocabular.

O *ré*, o *sol* e o *si* são sílabas iniciais tomadas a um hino da igreja e não passam de artificiosa e tardia convenção.

Na escala das cores, estas guardam os nomes que lhes são próprios: o *azul*, o *verde*, o *amarelo*, ainda que houvesse naturalmente grandes hesitações enquanto se formava e educava o sentido da vista.

Sem querer sutilar com teorias vãs o estado de alma do homem primitivo, parece que a sensação rudimentar seria a do claro-escuro que dá o relevo dos objetos. Mas, esse claro-escuro não envolve apenas a noção das cores opostas, branco e negro.

Na história da língua verifica-se, contra as formas latinas que seriam as normais, a interferência e o predomínio de algumas expressões exóticas e adventícias, que nos vieram dos germanos e dos árabes.

Contudo, as diferenças mais assíduas são relativamente modernas.

Em Camões vemos o epíteto — *roxo* — em lugar do que chamamos — *vermelho*. Ele dizia o *Mar roxo* (mar Vermelho), como dizia o *sangue roxo* e a *roxa aurora* (I, 82 e IV, 60).

A noção do *roxo* hoje é a da cor violácea, mistura de vermelho e azul, com predomínio do azul.

A forma latina mais próxima é *russus*, russo, que, para os homens de hoje, equivale à cor branca e designa certa coloração branca do pelo do cavalo.

Dizia-se também e ainda se escreve, Frederico *Barba-roxa* por barba vermelha. (Barba-rossa, sendo *rosso* em italiano vermelho e em alemão *rotbart*; *rot* é vermelho.)

Dos mesmos radicais *rubius*, *rubus* e *russus*, as derivações modernas afastam-se do antigo significado. Assim, *ruivo* é o louro avermelhado e assim se disse “manhã *ruiva*, manhã de *chuiva*”, num provérbio rústico de além-mar. Entretanto, também diziam – olhos *ruivos* – dos olhos encarniçados, ou como já dizemos francesmente – olhos injetados.

Eis aí uma amostra de variações interessantes em que do mesmo radical se formam as noções de vermelho, roxo e louro e até branco.

Com a cor branca há os mesmos dislates. Não tomamos o designativo geral do latim, mas de uma palavra *blanc*, que é do alemão arcaico (o antigo alto-alemão), porque o alemão moderno, como o inglês, usam expressão diferente (*weiss* e *white*).

O antigo alemão só empregava *blanc* para designar a cor dos objetos polidos e luzidios, de modo que a única expressão portuguesa que corresponde a este caso é a da frase “armado de ponto em branco”, que se dizia do cavaleiro e do animal ajaezado e brilhante, preparado para a luta ou para as justas e torneios.

Os latinos deixaram-nos duas expressões: *alvo* (de *albus*) e *cans* (de *canus*), que só exprimem a cor em casos especiais: a *alva* dos olhos, o pão *alvo*, romper *d'alva*.

Mas *alvo* não é o nome geral da cor. A outra forma *cans* só designa os cabelos e a barba branca. O nome geográfico *Alpes*, desde a antiguidade, queria significar os montes alvejantes ou nevados.

Quando Vaz Caminha escreveu a famosa carta acerca do descobrimento do Brasil, disse que os índios eram *pardos*. Então, a palavra era

equivalente do castanho, bruno (*brown*) avermelhado. E assim era o leopardo. Hoje *pardo* não tende ao vermelho, mas ao preto.

Pardo deriva do latim *pallidus*, descorado.

Vimos já que os gregos e assim os romanos tinham o sentimento exato do *azul*, de que se aproximavam por imagens imperfeitas – glauco, ciânico e cerúleo. Falando da Juno *glaucopis*, disse o tradutor brasileiro Odorico Mendes:

a *olbicerulea* Deusa.

O termo *azul* veio do Oriente e dos persas, com forma *lazurerd*, coloração de certa pedra, lápis *lazulli*; primeiro adotada em França a palavra, pareceu que aquele *l* era um artigo e então se disse *l'azur*. A forma *azur* passou às línguas romanas.

Os godos e germanos introduziram a forma *blau* (fr. *bleu*, ingl. *blue*), que só existe em português, como termo técnico na arte do brasão. O *blau* é representado por linhas horizontais e paralelas, nos escudos. A frase *ouro sobre o blau*, que é da heráldica, ficou fixada em “ouro sobre azul”.



Não se pense que essa questão das convenções heráldicas tenha pouco peso. Que o tem, e grande, prova-o a existência de um certo sentido de *verde*, tanto no francês como no português, o que deu lugar à notável controvérsia entre Jeanroy e Carolina Michaëlis.

Jeanroy dizia que não há *olhos verdes*; que esses verdes são *vairs* (derivado de *varius* e não de *viridis*). Realmente os olhos verdes representam uma mescla pintalgada como o *vair* do brasão, com listras de vária cor. Em português existe ainda o adjetivo *veiro*, que se aplica a coisas listradas.

João de Barros, falando de certo escudo, usa o termo *verde* com o sentido de *vair*, *veiro*, na – *Crônica do Imperador Clarimundo*.

Carolina Michaëlis sustentou, porém, que na península ibérica havia e há *olhos verdes* sem questão alguma e que muito admirados dos poetas foram frequentes vezes tidos por traidores e desleais.

Esta exceção que a grande filóloga pediu para a península fez-me lembrar a atitude do venerável Dom Frei Bartolomeu dos Mártires que também pedia no Concílio de Trento o casamento dos padres, atentos os costumes portugueses.

Vendo que não obteria a concessão, replicou o santo homem:

– Ao menos para os de Braga!

Sujeitas a influxos de ordem social, as cores empregadas para caracterizar o pigmento das raças, naturalmente sofreram alterações insólitas ou excessivas.

Acima notamos que *pardo* não é mais castanho e sim uma mistura de branco e negro. O mesmo vai sucedendo ao *moreno* (de mouro), que vai passando à cor da gente preta.

São excelentes brasileirismos, os de *brancarana* e *sará*, quase branco.

O nosso poeta Bittencourt Sampaio, traduzindo os poemas da escravidão de Longfellow, adotou a expressão brasileira *brancarana* (mestiça que passa por branca pela alvura da pele) correspondente à palavra *quadroon girl* que estava nos versos do poeta americano.

A própria expressão *preto* por *negro* é já uma metáfora de *pletus* ou de *apretado* (apertado, hoje) cheio, por oposição a *vazio* = branco. A física diz-nos o contrário do uso da linguagem. O branco contém todas as cores, e o preto, nenhuma. Contudo, dizemos “em branco” (aludindo certamente ao papel), o que não contém nenhuma mancha ou sinal.

Do mesmo modo dizemos que a rua, a praça estava *preta* de gente.

Da mesma sorte o louro (*luridus*), apenas designava a palidez do semblante e não a cor dos cabelos, devendo conjecturar-se que nesse leve matiz entrou o influxo da palavra *ouro* (*l'ouro*), análogo ao *l'azur*. O latim dizia *flavus* e *fulvus* para a mesma cor e as línguas romanas ado-

taram geralmente a forma *blond*, *biondo*, *blondo*, de origem germânica, provável mas hipotética.

O *amarelo* veio de palavra arábica, mas já conhecida dos fenícios no Mediterrâneo: o *âmbar*, de que se derivaram: *ambarillo* e *amarelo*, cor de âmbar.

Quiseram derivá-lo de *amarus*, amargoso, bilioso, mas essa etimologia não se conforma senão em especial sentido e é a menos aceitável.



Do que acabamos de ver, em rápido excuro, vê-se que os nomes de cores foram sempre incertos e mudáveis e que a educação do sentido visual progressiva e perpétua, ainda pode oferecer novas surpresas no futuro.

Nos textos anteriores à Vulgata, estava a imagem da transfiguração de Jesus, indicada a veste “alva como a luz” (*alba sicut lux*), a Vulgata introduziu a alteração “alva como a neve” (*sicut nix*). Erasmo havia corrigido o texto grego de S. Mateus XVII (ὄς το φὸς), correção que não prevaleceu, porque dizemos vulgarmente alvo ou branco como a neve.

XIV

A MULHER

Seria interessante fazer o que ainda não se fez, o estudo da influência da mulher na linguagem brasileira e portuguesa.

A linguagem da mulher em toda a parte confunde-se com a das crianças pela delicadeza da expressão e pela doçura da prosódia.

A mulher na sociedade foi e tem sido a causa de quase todos os *eufemismos*. A ela ou pelo menos ao seu influxo se deve a tendência para evitar as expressões cruas, grosseiras ou obscenas.

A ela, mãe ou irmã, pelo contato com as crianças, deve-se a criação dos diminutivos hipocorísticos, como chamavam os gregos, ou os *noms de caresse*, como dizem os franceses.

Os *hipocorísticos* são os nomes de pessoa, reduzidos a monossílabos ou reduplicados, na intimidade e na carícia familiar. Assim os nomes contratos, tão comuns outrora, *Rui* em vez de Rodrigo e *Mem* em vez de Mendo, são criações familiares que se perpetuaram na onomástica popular.

E tanto assim era que impossível parecia associar um título qualquer que fosse àqueles nomes, o título sendo demasiado solene. Dizia-se Dom Mendo (e não dom Mem) e os castelhanos ao seu Rui de Bivar, o *Cid*, quando ajuntam dom dizem Dom Rodrigo de Bivar, e jamais Dom Rui de Bivar.

A intimidade exclui a grave cerimônia dos títulos.

Todos os hipocorísticos como Zezé, Mimi, Tatá, Tetê e mil outros, naturalmente nasceram de bocas femininas ou infantis.

Alterações fonéticas, trocas de letras que pareceram mais suaves ou fáceis também inculcam a origem feminil. Em França, pelos meados do século XVIII, as mulheres entenderam de dizer Bernabé em vez de *Barnabé*. A primeira dessas duas prosódias, diz um filólogo, é a “des gens polies, surtout les femmes”.

O fenômeno é aqui de *desassimilação* segundo os gramáticos, isto é, a variação de uma vogal quando aparece repetida, recurso de elegância muitas vezes.

As “preciosas” francesas alteraram em seu tempo e em seus salões grande número de vozes tradicionais. Entre elas era costume trocar o *r* intervocálico por *s* e diziam *pese*, *mese* por *pére*, *mére*. Um erudito do tempo escreveu, a propósito das meninas de Paris, “parisinæ mulierculæ pro pere discut pese”.

Essa alteração que parecia pedantesca sobreviveu ainda em duas palavras: *chaise*, que é palavra de mulher, ao lado de *chaire* e *besicle* em vez de *bericle*, como era e devia ser (do latim, *beryllum*).

As mulheres elegantes da Inglaterra têm palavras próprias ou escolhidas e não concedem boa acolhida a certos vocábulos de uso geral.

Por exemplo, o adjetivo *commom* (*comum*) no sentido de plebeu ou vulgar é da afeição delas, ao passo que na boca de um homem pode parecer afeminada afetação.

O filólogo dinamarquês linguista de grande autoridade e que felizmente escreve sempre em inglês ou alemão, fornece-nos alguns documentos do influxo feminino na língua inglesa.

Um homem diz: “It is very *good* of you.”

As mulheres, polidamente, preferem dizer: “It is very *kind* of you.”

Os adjetivos *pretty*, *nice* são, para assim dizer, um quase monopólio das mulheres, ainda que sejam termos gerais para toda a gente.

Essas preferências femininas acabam por triunfar da rudeza dos homens.

Criando a linguagem infantil abriram novas fontes de neologismos que entraram para o tesouro do léxico. As letras *visíveis* na boca materna são as labiais *p* e *m*. Daí *papá* e *mamá* e *papar* e *mamar*, os dois primeiros modos da refeição infantil.

Acresce que no domínio românico os dois órgãos do corpo mais impressionáveis principiam por aquelas letras: *pé* e *mão*.

O *m* –, sobretudo, pelo movimento dos lábios, lembrava a sucção da teta materna.

O mais curioso é que essa alternativa das labiais *p* (ou *b*) e *m* e a dental *t* veio inconscientemente a servir de tipo e modelo a numerosas criações populares, *teco-meco*, *tique-mique*, *tango-mango* e outras, que estudei no meu livro das *Frases feitas*.

Não se pretende dizer que sejam femininas ou infantis aquelas frases, mas derivam do habitualismo criado pelo molde primitivo.

Os chamados nomes hipocorísticos de que falamos, ou nomes de carícia com que foram alterados os nomes próprios, traduzem o mesmo processo infantil da reduplicação: *Mimi*, *Bebé*, *Bibi* são acomodações labiais de *Emília*, *Isabel*, *Beatriz* ou *Bibiana* ou de outras formas arbitrárias.

Para a criança, como para os surdos-mudos, as labiais são as letras visíveis e também as primeiras que conseguem pronunciar, e é na boca materna que elas aprendem esse hieróglifo.

E também a gente grande, pois que a labial estabeleceu preferências perfeitamente explicáveis na história da língua. Assim é que preferimos a palavra *boca* à forma clássica *os* dos latinos e achamos *beijo* melhor que *osculum*.

Pelas terras do norte brasileiro diz-se mais comumente *boquinha* em vez de *beijo*, e é ainda a labial a letra preferida, a mais dinâmica e expressiva.

Outro aspecto do influxo feminino e das crianças é a linguagem dos gestos, tão conhecida, que escusado é insistir sobre os seus recursos habituais.

Os homens são mais rudes e se eles fossem a elas a linguagem teria mais suavidade e gentileza.

AS TERRAS

Os nomes das terras, povos e lugares constituem um dos mais interessantes capítulos da etimologia.

O assunto é vastíssimo, como se pode deprender do número considerável de vocábulos designativos de relevos terrestres, das cidades e dos países de todo o orbe.

Mas, nessa congêrie enorme de termos, podemos examinar certos aspectos especiais à guisa de classificação que nos deixe tomar pé no dedalo inextricável dos nomes geográficos.

É apenas um método de repouso.

Tomemos, para principiar, os pontos cardeais: leste, oeste, norte e sul.

O *orient*e ou levante tornou-se designativo das terras asiáticas que confrontam com a Europa. Essa expressão, porém, diverge com as várias línguas, afetando formas estranhas ou pouco familiares.

Oriente é *ost* em alemão e daí o nome *Áustria*, que significa “império do oriente” (*oster-Reich*). Devíamos dizer *Ostria*, mas provavelmente *Áustria* é uma transcrição de origem francesa em que o som *o* pode ser representado por *au*.

Para nós, *Áustria* parece incluir a raiz latina *Austrum*, que designa o sul, o que seria erro neste caso, mas é de fato o sul em outros derivados modernos como *Austrália*, terra do sul.

Chamava-se *Áustria*, isto é, *Ostria*, ou império do oriente, a parte oriental do império franco-romano desde Carlos Magno. *Áustria* é, pois, um erro prosódico por *Ostria*. Autriche (Ost Reich).

Não é mais possível corrigi-lo.

Esse mesmo erro perdura no nome do reino medieval *Austrásia* (oposto a *Nêustria*) hoje apenas de recordação histórica.

A mesma palavra *Ost* aparece com a forma *Esth* na recente república *Estônia*, nos confins da Prússia oriental.

Os estônios eram já conhecidos na antiguidade; Tácito denominava-os *Aestm*, e eram eles os que vendiam aos fenícios e romanos o âmbar súcino, o alambre.

Entre os alemães o mar Báltico é chamado mar oriental (*ost-see*).

Anatolia era em grego a terra oriental, do lado do sol nascente (*Anatolê*). No evangelho de Mateus (II, I) diz-se que os magos vieram do oriente para adorar o menino Jesus (*Magal apó Anatolôn...*) o oriente aqui não é a Anatólia atual mas a Arábia, segundo a exegese bíblica. A palavra todavia é a mesma.

O *Japão* é a “terra do oriente” (*Nitus sol. Hon*, nascer = *Nippon*); na Idade Média o nome mais vulgar entre os viajantes era *Cipango*.

No Brasil a língua geral dos índios deu *Coaraci* em vários topônimos.

As terras do ocidente por vezes tomaram a denominação que lhes era indicada. Os termos *West*, germânico, *Vesper*, latino, HESPEROS, grego, *Garb*, árabe etc. figuram na nomenclatura das terras e dos povos.

E assim se explicam os nomes Westfália (terras baixas do oeste) Visigodos (godos ocidentais, em oposição a Ostrogodos, godos do oriente).

Apesar de verificado o erro de que as Antilhas não representam uma prolação das Índias, os ingleses ainda as chamam *Índias ocidentais*.

(*West-Indien*) e mesmo nas línguas modernas os aborígenes da América ainda são chamados *Índios*. Modernamente uma convenção útil dos etnólogos assentou em denominá-los AMERÍNDIOS, palavra internacional bastante usada pelos estudiosos.



Hesperos, o ocidente, a tarde, o poente, deu-nos várias formas antigas e modernas, *Hesperias* e *Hispania*.

Para os gregos antigos a Itália era *Hesperia*, e para os Romanos ao ocidente coube o nome de *Hispania*, se bem que a verdadeira etimologia de *Span*, nome do coelho, muito comum na região, seja a mais provável e a mais seguida hoje. Em qualquer caso, os romanos sempre relacionaram o sentido de *Hispania* à posição ocidental dessa península.

O ocidente para os árabes era *Al-garb* ou *garabe*, donde vem o nome português *Algarve*. De *garab* na forma participial formou-se o *Magreb* (Marrocos).

A forma fenícia, correspondente a *garb* e *ereb* (o fenício e o árabe são línguas congênicas, semíticas), e deste *Ereb* adotado pelos gregos *Erebos* (noite) parece derivar o nome *Europa*, que será assim o ocidente, para aqueles povos asiáticos. A etimologia popular aproveitou o nome na formação do antigo mito (*ereb*, o sol posto, o anoitecer) que a fábula poetizou na lenda do rapto de Europa por Zeus.

A fábula foi elaborada por sugestão da palavra fenícia, pois era fenício o rei Agenor, pai da Europa que fugiu para as terras do sol posto pela sedução da divindade grega.

XVI

OS PONTOS CARDEAIS

Para quem escreve sobre assuntos que excedem a leitura superficial, mas agradável, do folhetim jornalístico, há sempre a desconfiança de que está cometendo a impertinência de *falar difícil* a propósito de coisas fáceis.

Confesso que em mim essa desconfiança não existe, de modo algum. Tenho constantes e valiosos testemunhos de que as *Curiosidades verbais* são perfeitamente suportáveis e mesmo apetecidas, salvo uma ou outra rara demonstração anônima a que todos nós da imprensa estamos habituados.

Sou apenas um vulgarizador provavelmente inábil de erudição à velha maneira de Kleinpaul, um Oscar Weise, Kluge, e outros de maior especialidade que me dão toda urdidura e trama dessas pequeninas notas efêmeras.

Prosseguindo no exame dos nomes geográficos e completando as indicações anteriores quanto à orientação *Leste-Oeste*, vamos dizer alguma coisa sobre o rumo de Norte-Sul.

O Norte para a antiguidade era uma noção de pequena importância, mais do céu estrelado que da terra, por isso que a civilização antiga, quase toda debruçada sobre o Mediterrâneo, se estendia no sentido dos paralelos, sendo o Norte, mais ainda que o Sul, a região desconhecida, inabitável e impérvia dos bárbaros. Essa região da morte e dos gelos tinha em seu firmamento um ponto luminoso, a estrela polar, espécie de farol para os navegantes mediterrâneos. Como ficava para além dos montes, chamou-se em certo tempo a *tramontana*, na língua

dos pilotos genoveses e venezianos, os primeiros que regularizaram as grandes navegações do Levante e Poente no mundo medieval.

A estrela polar ficava para além dos alpes (transmontes).

Daí a frase “*perder a tramontana*”, perder o norte, o rumo certo.

O termo grego *hyperboreo* tem origem análoga; não deriva exatamente de Boreas (vento norte) mas de Oros, monte (donde, orografia, etc.) e os povos *hiperbóreos* eram exatamente os transmontanos para os gregos.

Houve, pois, uma confusão da etimologia popular de *Boréas* por *Fóréas* (arcaico) e *orea*, *oros*. Assim nos ensinam os melhores mestres da língua helênica.

Essas considerações excedem o domínio da linguagem vulgar. E assim também *meio-dia* como equivalente de Sul (*midi*, merídiés, meridionalis), que só se entende nas terras do norte, onde no meio-dia atingem o sol e as estrelas a altura máxima.

Há, destarte, denominações clássicas para Norte e Sul (bóreas, sentrião; austro, meio-dia), que não oferecem particularidade notável na linguagem popular por serem de *uso* literário ou técnico.

Os termos comuns são *Norte* e *Sul*, ambos modernos e de origem medieval e germânica, e que se popularizaram com a revelação das terras para um e outro lado, fora do estreito âmbito greco-romano, e também graças às grandes navegações atlânticas.

De *Norte* conhecemos o nome de país *Noruega* (Norweg, Norway), que não necessita explicação.

Esse nome encontra-se no sul do Brasil com um sentido curioso, e, todavia, muito legítimo.

Os nossos lavradores chamam *Noruega* o terreno que não é soalheiro e apanha pouco sol. *Noruegas* são baixadas, gretas úmidas que servem a poucas plantas. A palavra veio de Portugal, mas lá é desconhecida agora. Nos tempos clássicos (século XVI) foi empregada discretamente, e um poeta burlesco, Antônio Prestes, chamava *noruega* a um sujeito noturno e que poucas vezes era visto de dia.

O Sul, assim como o Norte, apresenta-nos na língua árabe certos aspectos muito interessantes. Os árabes e outros povos semíticos tomam a sua orientação normal, olhando o sol nascente, e daí dizem à *direita* em vez de Sul, e à *esquerda* em vez de Norte. Esse modo de ver (a que não estamos acostumados, nós outros, povos atlânticos) determinou algumas denominações extravagantes de suas terras.

Assim o Iêmen (*el-Iemen*), quer dizer à *direita*, isto é, o Sul. Dá-se aqui nova complicação: para os semitas, hebreus ou árabes, a mão *direita* não é só o Sul, é o símbolo da felicidade. Em artigo anterior vimos que esse *Iêmen* é o *Iamin*, bíblico, e *Ben-Iamin* é o filho da mão direita, o filho da felicidade.

O *Iêmen* é, pois, a terra feliz, fértil e arborizada, em oposição ao deserto próximo. Os gregos adotaram a expressão árabe, terra feliz, traduzindo-a em *Eudaimon*, e os romanos por igual *Arabia Felix*. O *Iêmen* é a Arábia feliz, da mão direita e do Sul.

A mão *esquerda* é o Norte e por isso os árabes denominam a Síria: a mão esquerda que vem a ser o Norte, na língua deles *El-Scham*. Os sírios ainda conservam o nome e chamam-se a si próprios *Shâmi*, e não têm mais a consciência do termo e de suas origens.

No Brasil temos derivados que falham no português europeu: o *nortista*, filho do Norte, o *sulista*, *sulino* e o *nordestino*, de compreensão fácil. Explicam-se pela extensão enorme das nossas terras que necessita desses vocábulos.

XVII

MEYER & CO.

Como diversão aos nomes geográficos, aproveito o momento de agora para dizer alguma cousa do nome *Meyer*, que entre nós ganhou foros de cidade e é tão popular como outro qualquer apelido português.

Aqui mesmo, temos um grande subúrbio *Meyer* ou *Méier*, que é quase uma cidade importante, e a avenida Niemeyer para os lados do sul.

Meyer, *Méier*, *Mayr* é tudo o mesmo nas línguas germânicas. O nome é lá tão comum como João, ou Sousa ou Silva nas terras portuguesas.

Os alemães são pela terça parte *Meyer*, o resto sendo *Müller* ou *Schultze*. E para distinguir os filhos dessa família enorme, formaram-se numerosas composições: o velho, o novo (*Altmeyer*, *Neumayer*), o legítimo (*Echtmeyer*), o alto e o baixo (*Obermeyer* e *Niedermeyer*) etc.

A cousa presta-se ao ridículo. Na Silésia às crianças choronas chamam *Heulmeyer*.

Enfim, um erudito alemão, Franz Meyer, escreveu um tratado sobre o seu apelido e achou cerca de mil derivações.

O que há de curioso neste nome tão extensivamente e tão profundamente alemão é que deriva do latim por uma parte, e mais recentemente do hebraico por outra parte, não tendo pois nenhuma origem germânica como se poderia imaginar.

O *Meyer* primitivo, na Idade Média, era o administrador de casas ou de bens, era o *majordomus*, o mordomo. O título abreviado de *major* deu

no alemão *Meyer*, como deu no francês *maire*, nome comum hoje mais ou menos equivalente a *prefeito*. A prole foi extraordinária.

Eram tão numerosos os *meys*, administradores, rendeiros, feitores, mordomos, que deles nasceu uma situação jurídica, o direito do *meyr*, o *meyerrecht* aplicado ao regime da propriedade em arrendamento.

Ceder ou restituir um bem nessa espécie é *bemeirn* ou *abmeirn*, dois verbos alemães de uso.

Como sucede com a inversão dos valores no progresso humano, hoje há muito *Meyer* que é proprietário e não mordomo.

Os escravos tornaram-se donos e senhores.

Essa é a história dos *Meyers* de origem latina, isto é, dos que procederam do *major* medieval.

Outra, porém, é a ascendência histórica e legendária dos *Meyers* judeus. Um deles é o fundador da casa Rotschild que se chamava Mayer Anselm Rotschild, o qual não sei se é o nosso mordomo ou o nosso patrão.

Deixemos de lado a questiúncula impertinente.

Outro judeu ilustre é o grande compositista Meyerbeer, que nos deleita ainda com as suas obras-primas, os Huguenotes, a Africana, o Profeta e mesmo com a suave Dinorá.

O nome *Meyer* na língua hebraica, *Meir*, significa brilhante, esplendente. Os judeus tiveram sempre em grande conta e estima um nome que recorda o sacrifício e o heroísmo de um *Meir* do tempo dos romanos e da destruição de Jerusalém por Tito.

Um judeu, assim chamado, quando viu tomada a sua cidade santa, lançou fogo ao Templo e deixou-se morrer abrasado sob ruínas.

Josephus, nas Guerras judaicas registra o nome desse herói, em grego: *Méiros*.

Este é o *Meyer* hebreu que vem confundir-se com o *major* latino em uma só expressão fraternal.

Como hoje os *Meyers* são também muito brasileiros, acredito não ter abusado da paciência dos leitores.

XVIII

OS GESTOS

Poder-se-ia supor que há o mínimo de verbalismo na linguagem dos gestos.

Muito pelo contrário, o *gesto* diz mais que outras quaisquer palavras, breves ou numerosas; e os povos mais loquazes são também os que mais gesticulam.

Demais, há gestos que suprem todos os vanilóquios.

Um beijo, por exemplo, vale muito mais que um discurso ou um período ciceroniano.

Agora direi apenas de três gestos antiquíssimos, que vivem ainda com a mesma intensidade de outrora.

São gestos de *desprezo* ou *desagrado* e estão compendiados em três versos do satírico latino, Aulo Persio.

Na sua sátira primeira ele invoca o deus Jano feliz por ser bifronte e não se poder fazer-lhe pelas costas o gesto da *cegonha*, as *orelhas de burro* movendo as mãos, nem *deitar a língua de fora*, como fazem os cães...

O Jane, a tergo quem nulla *ciconia* pinsit,
Nec manus *auriculas* imitari mobills albas,
Nec *linguae* quantum sitiati canis...

Eis aí os três gestos que era costume fazer por trás das costas, aos indivíduos odiados ou malquistos.

O gesto da *cegonha*, que se fazia com o dedo índice e depois com o braço imitando o longo colo daquela ave, confundiu-se e perpetuou-se com outro obsceno e incivil que não vem a propósito esclarecer.

O segundo gesto equivalia a um atestado de estupidez da vítima, pondo-se as duas mãos à altura das orelhas e abanando-as com a mobilidade que tem aquele órgão na espécie asinina.

Igual concorrência sofreu de outro gesto semelhante e injurioso contra os maridos enganados.

O terceiro gesto, da *língua de fora*, permaneceu intacto e sem variações no correr dos séculos. Era sempre o mesmo e com o mesmo sentimento foi usado muitos séculos antes do satírico latino.

Na quase pré-história de Roma, quando os gauleses tomaram a cidade e a destruíram, foi esse o gesto que um gaulês anônimo fez a Mânlio Torquato, o defensor do Capitólio.

Devemos considerar esse soldado desconhecido como o verdadeiro precursor de Cambronne.

O fato vem relatado em Tito Lívio (livro VIII).

As *orelhas de burro* envolveram de infável gesto a realização de *orelhas de papel*, estúpido castigo usado desde a Idade Média nas escolas de antanho.

A antiguidade, porém, da *língua de fora* é mais respeitável. Não é despropósito ligá-la à pena bárbara da *glossotomia* dos gregos, a *elinguatio* dos primeiros tempos de Roma, e entre os hebreus era o castigo dos que comiam a carne de porco (II Macabeus VIII e XV).

O exame do folclore em vários povos, antigos e modernos, poderia alongar o paralelismo que apenas esboçamos.

A verdade é que ainda parece usual entre as crianças e as meninas de mau gênio.

Como desforço, é um castigo de enorme suavidade quando se compara à *deslinguação* bárbara da antiguidade clássica.

Há gestos de desagrado que se modificaram com o tempo e os costumes. Vive ainda nos teatros a *pateada* (deriva de *pata*) com os pés e o *nariz de papelão*, que em Florença punham os acusados e condenados perante o juiz, substituído pelo *carão* ou nariz emendado com os dedos e a mão espalhada, como sinal de repreensão ou de fiasco.

A curiosidade mais excêntrica na linguagem dos gestos é que ela passou inteiramente às crianças, que guardam e formam na história presente o *survival* do homem primitivo.

XIX

AINDA A SEMÂNTICA

Um dos encantos da história da linguagem consiste em acompanhar a vida mudável e pitoresca dos vocábulos, através do tempo e do espaço.

Uns deterioram-se, mingam e desaparecem. Outros mudam de emprego, sobem, são promovidos, ao passo que ainda alguns decaem da hierarquia nobre e se mesclam aos plebeísmos mais vulgares.

Os “marechais” foram primitivamente os que tomavam conta da cavalaria (“mareschalk”), “condestáveis” eram oficiais da estribaria (“comesstabuli”).

O “sargento” até há um século era capitão e hoje é pouco mais* que soldado raso. Em todo caso foi sempre um servo (*servientem*) ainda que primitivamente dispusesse as tropas em ordem de batalha.

De um clima para outro as palavras crescem e desnaturam-se ou mudam inteiramente de feições.

Em português, para exemplo, a “aragem” é um vento brando, em francês é tempestade, “orage”. Ambos derivam de um diminutivo de aura – “auraticum”. Em *aragem* há o influxo de *ar*.

Nas línguas modernas “contar” não é só enumerar (“computare”), é também “narrar” uma história. O mesmo observamos no alemão em “erzaelung”, conto, narração, derivado de “zahl”, número. Ainda no inglês “teller”, pagador, contador, tem a mesma origem que “tale”, conto, narração. Explica-se essa uniformidade pelo fato de que os pri-

* No original: menos.

meiros contos seriam enumerações de fatos e circunstâncias de qualquer acontecimento, na informação dos que os relatavam.

Outra curiosidade digna de nota é que certas representações teatrais envolvem o sentido originário de iguarias ou comidas. A palavra “sátira” (em latim antigo “satura”) queria dizer literalmente uma salada ou mistura de vários condimentos. As “sátiras” eram em diálogo e primitivamente representadas pelos campônios, em cena rústica.

A “farsa” é um recheio e para confirmá-lo basta lembrar o verbo francês “farcir”. O mesmo se há de dizer da composição espanhola, a “zarzuela”, que deriva de “zarza”, que é como “salsa”, pimenta mais antiga que a especiaria da Índia.

Registremos ainda “sainête”, deriva de “sagina”, gordura, e que literalmente deve significar um “bom-bocado”.

Donde provém essa uniformidade? Parece-me, a título conjectural, que todo esse “menu” (perdão, minuta ou cardápio) deriva da palavra “comedia”, que adquiriu por inconsciente contágio o sentido que tinha “comedere”, latino, isto é, comer, alimentar-se.

Claro está que a palavra “comedia”, grega, pouco tinha que ver com essa inesperada metamorfose. Mas, “comedia” era o canto (“ode”) nos festins (“komos”).

Tudo, pois, se resume em comes e bebes.

Essa ideia geral dominou as várias formas de derivação semântica.

A “comida” é de máxima importância na vida dos homens. Hoje ao ler aos nossos autores antigos estranhamos ver a palavra “convite” com o sentido único que tinha e que era de banquete, sentido que ainda perdura no termo “conviva”.

O “companheiro” que é hoje um termo geral e extensivo era simplesmente aquele que comia e compartia conosco o mesmo pão (“cum-pane”).

E comer o mesmo pão equivalia a “acompanhar” (“cumpani-are”).

Da mesma maneira aqueles servos ou peões que recebiam o pão e a água do mesmo senhor, eram dele os apaniguados (de “pan” e “água”), segundo antigos etimologistas excessivos, porque bastava para autorizar a palavra o latim *panificare*.

Do seu mísero salário tiravam a vida e o nome.

O inglês tem igualmente o “messmate”, palavra pleonástica em que os dois elementos expressam a alimentação (“mess” ou “mate”, no latim medieval “missum”, no inglês “meat”, no francês “mets”) e é palavra de uso militar e naval.

O mesmo quer dizer “matalotagem” (comida), “matalote” (fr. matalot). Os clássicos sempre se serviram da expressão “matalotes” para indicar os companheiros de viagem, no mar. Hoje preferimos a palavra “marinheiro”, mas a “matalotagem” continua a ser a provisão de boca nas jornadas e viagens.

Sem abandonar esse veio que é riquíssimo, lembremos que outrora o “jantar” era “almoço”, isto é, a primeira alimentação (“jentare, lat”) antes do meio-dia. E o almoço era apenas uma dentada (“ad-morsum”) com a mesma origem do “morceau”, francês, um bocado, um bocadinho.

Entre os romanos chamavam-se “párocos” certos comissários que deviam dar na província provisões de lenha, sal, aos funcionários de estado que passassem em serviço do governo. Esses provedores foram com a designação que tinham de “párocos” aproveitados na organização da igreja cristã.

A eles refere-se Horácio numa das suas sátiras (a quinta do livro primeiro) em que descreve a viagem que fez de Roma a Brindisi e aponta as provisões: “ligna, salemque” (lenha e sal) que cabia dar-lhe o “pároco”.

A palavra que é grega foi adotada pela “Lex Julia” e sempre depois usada no sentido oficial até que dela lançou mão a igreja.

NOMES DE MULHER

Aproveito a efeméride de setembro, dia da *margarida*, nome dado pelos persas à pérola, para cumprir um dever adiado: o de falar um pouco dos nomes de mulher.

O principal é o nome de Maria, que é o da mãe de Jesus e é o mais comum em toda a cristandade.

“Há muitas Marias no mundo”... diz uma frase feita.

Tantas são elas!

Há um derivado composto de Maria e Ana, da família sagrada, daí *Mariana*, e, o que é raro, foi o nome feminino que precedeu, na origem, o masculino, *Mariano*, se não o quiserem derivar de um mero adjetivo.

Aliás, o feminino por vezes é o étimo dos masculinos como se deu em poucas palavras: *pomba* (*palumba* de *columba*) existiu por muitos séculos antes do masculino *pombo*, muito sem graça.

Nomes compostos de dois outros é frequente nas línguas germânicas. *Elfrida* vem de *Elisabeth* e *Frederica*. *Ludemila* é um nome da história literária e foi dado pelos pais *Ludwig* e *Emília* à menina que se tornou célebre.

Uma curiosidade que talvez ignorem muitos leitores é que em Portugal as mouras e mulheres de estirpe árabe, frequentemente se chamavam *Axa* de *Aixá* (*Aischá*), uma das esposas de Maomé. *Tamanha* foi a frequência do nome que entre portugueses, em outro tempo, *Axa* se tornou a designação plebeia, genérica de qualquer mulher (como sucede a *Fulano* e *Fulana*). Os dicionários registram a palavra como proverbial e comum pela aplicação que dela fizeram, e sobrevive em alguns anexins antigos “*Axa* tomou banho, tem que falar todo o ano”.

Os nomes antigos usados em Portugal eram duros e feios e hoje parecem insuportáveis: *Urraca*, nome de princesas e rainhas, *Tareja* melhorado para *Teresa* (depois da santa), *Briolanja*, tomado ao romance de Amadis de Gaula, e dessa procedência é ainda *Oriana*. Não parecem agradáveis Ximena (Simoa), Izeu (de Isolda e Tristão, antiga lenda medieval), Mecia (Messias), Sancha, Lindarifa, Berengaria, Hermengarda, etc.

Alguns podiam ser revividos sem temor: Melisenda, Branca-Flor, Aldonsinda, Mafalda (que é o mesmo que Matilde).

Dos nomes antigos os que mais persistiram foram Beatriz, Leonor, Elvira (Geloira) e Laura.

Parece que Beatriz deveu sua vida longa aos versos de Dante.

O mesmo sucedeu a *Laura*, que foi uma invenção de Petrarca, pois é uma tradução latina improvisada de Daphné (o loureiro).

Dois nomes árabes conseguiram, ao contrário, de Aischá, absoluto êxito e foram *Elvira* e *Leonor* (Eleonor).

Eleonor, *Leonor*, *Leonora* derivam do árabe *Ellinor* e significa: o Senhor é a minha luz (*El-Nur a luz*) e segundo Kleinpaul é a epígrafe do Sura 24 do Alcorão, onde se revela a inocência de Aischá.

Vejam pois o destino dos nomes!

Elvira é nome árabe e espanhol; teria provavelmente desaparecido se não fosse perpetuado pela lenda do *Don Juan* e pelos versos de Lamartine.

Elisabeth, nome bíblico que todos conhecem da história da família de Jesus. Significa: a adoradora de Deus. Foi um dos nomes mais fecundos em suas derivações: Elisa, Else (do alemão), Lisa, Iza e Ilza; Beth e Betty, Isabel, Bella (italiano). Em certo tempo os poetas gongóricos e arcádicos com evidente mau gosto, formaram *Belisa*.

Não é descabido lembrar que os poetas, abusando dos anagramas, criaram nomes novos: *Nize* de Inez, *Belisa* de Isabel, *Natércia* de Catarina, *Armia* de Maria, *Aônia* de Joana e outros. *Alice* de proveniência inglesa é talvez o anagrama de Célia.



E dizem que a *Iracema* do romance de Alencar é o anagrama de *América*.

Entre os nomes de mulheres convém apontar uma curiosidade da devoção espanhola. Notando talvez o abuso que se fazia do nome sagrado de Maria santíssima, passaram os espanhóis a designar as suas filhas pelas várias invocações de Nossa Senhora: *Mercedes* (Nossa S. de las) *Dolores* (N. S. de los), *Carmen*, *Candelária* etc. Daí a graciosa coincidência de terem algumas espanholas nomes que soam como se fossem masculinos: *Rosário* (N. S. do), *Pilar* (N. S. do) *Remédios* (N. S. dos).

Não é inútil insistir ainda na influência das artes e da literatura na moda dos nomes. *Laura*, *Alice* (depois dos romances de W. Scott), *Iracema* e *Diva* (de José de Alencar), *Hermengarda* (Alex. Herculano), *Elvira* (Byron e Mozart), *Esmeralda* (V. Hugo), *Aída* (Verdi), *Gioconda*, *Fornarina*...

Os romanos costumavam dar às mulheres nomes diminutivos: *Messalina*, *Agripina* (de *Messala* e *Agripa*) e segundo essa tradição fizemos *Mar-ina*, *Josef-ina*, etc. (Veja *Marina* no *Condestável*).

VÁRIA SEMÂNTICA

Os estudos modernos da linguagem conseguiram destruir um grande número de etimologias pitorescas que a princípio eram aceitas como excelentes, ou, pelo menos, razoáveis.

A disciplina de hoje funda-se no exame da história do vocábulo, nas leis de transformação fonética e na comparação com outras línguas congênicas.

Homens de vasta erudição, como fora Menage, não escaparam à sátira de Molière nem à férula dos filólogos modernos.

Em outro tempo dizia-se que *água* vem de *aqua* porque *aqua vivimuns*, dela vivemos.

Lucus viria de non lucendo, segundo um gramático antigo.

O rigor do método moderno põe embargo à fantasia dos arqueólogos improvisados.

Exemplo curioso nesta espécie é o da palavra *nojo*.

Nada mais natural que atribuir-lhe a origem de *náusea*, palavra latina. Entretanto, as leis fonéticas não favorecem essa derivação.

Examinando-se a variante *enojo*, de *enojar*, *anojar* e as formas congêneres do francês *ennuier* e *ennui* e de outros dialetos latinos, chega-se à conclusão de que *nojo* está por *ennojo* e que o étimo latino é *in odio* e *in odiare*, dizendo-se das cousas que nos molestam, nos caem em ódio ou nos maltratam.

Assim, toda essa família românica explica-se por *in odio* e não por *náusea*.



Acresce que o sentido da palavra antiga — *nojo* — era muito mais forte e veemente que o de hoje. *Nojo* era o mal físico, o dano e ofensa. Destarte podia dizer um clássico, João de Barros:

“O pelouro vinha tão morto que caindo num barril de pólvora não fez *nojo* algum.”

Outro exemplo do *Cancioneiro geral* II, 27:

Recobramos los sentidos
sendo já noyte fechada
assy chegamos com nossos *nojos* crescydos
a pousada.

É evidente que mais tarde e por influxo do latim literário *náusea* a palavra foi contaminada por um sentido de simples repugnância, como sucedeu ao *ennui* francês.

Neste sentido era mais própria a palavra *entejo* e *entojo* de tédio (*intædiare*) que se aplicou especialmente às mulheres.



Outra palavra que suscitou origens esdrúxulas foi *capela*. Quis-se logo derivá-la de *caput*, como de fato se derivam capelo, *capela* de flores, grinalda, e *chapéu* que é uma forma francesa de capelo.

Mas, *capela* no sentido de pequena igreja, ermida ou santuário, tem origem muito diversa. Veio de França desde o século V e está ligada à história e à lenda de S. Martinho, de Tours. A primeira *capela* foi um santuário de relíquias onde se guardou a *capa* de S. Martinho, aquela mesma que num terrível inverno ele dividira com uma pobre quase desnuda.

A *capa* do santo foi venerada e suscitou peregrinações à ermida que a guardava. É desta *cappa* medieval que derivam todas as capelas do oci-

dente, com o sentido de igreja e ainda com o de orquestra e banda de música religiosa, cujo regente na Alemanha ainda é o *Kappelmeister*.



Um dos meus colegas que se dá o mau gosto de ler essas curiosidades chamou-me a atenção para o sentido estranho que em certos clássicos se nota com o emprego da palavra *inundar*.

Assim, por exemplo, lê-se num deles que a “artilharia *inundou* a fortaleza inimiga”, isto é, destruiu-a, até os alicerces.

O sentido é um exemplo de curiosa metáfora, encaminhada por analogia da palavra – *alagar*.

Dizia-se, de fato, *alagar* uma torre, *alagar* uma casa por arrasá-la, demoli-la, reduzindo-a ao nível do chão.

E assim registram os dicionários exemplos desse uso: “o terremoto *alagou* a cidade”. Gonçalves Viana achava difícil qualquer explicação, nas suas *Apostilas*.

O fato, porém, deriva de que *alagar* se formou de *lago* e em tempos mais remotos a palavra e o conceito de *lago* não envolvia a ideia de água, mas de simples depressão do terreno.

Assim foi o profeta Daniel atirado *ao lago dos leões*, isto é, à furna em que jaziam. “*Et miserunt eum (Danielen) in lacum leonum*”. E lançaram-no ao *lago* dos leões.

O lago era a depressão, a furna e buraco no solo. Os clássicos disseram: Daniel no *lago* (como o disse o padre Manuel Godinho, entre outros).

O mesmo diz um poeta do *Cancioneiro Geral*:

Tu que as portas abriste
do *lago* do desconforto...

II, 83.

Daí o sentido de — *alagar* — equivalente a deprimir, arrasas.

Mas, como o vocábulo envolvia também a ideia de *água*, alagar e arrasas, encher de água, tornaram-se sinônimos, conforme o caso.

De *alagar* com água passou-se a *inundar*, conservando o sentido primitivo, que era só do primeiro dos dois vocábulos.

Numa pequenina série de estudinhos que fiz sob o título — *Lendo o dicionário* — tratei do sentido duplo, seco e molhado, da expressão *alagar*, e notei de caminho a frase dos mareantes e pilotos com que designam o farol que está abaixo do horizonte, mas reverberando sobre as águas. Dizem então do farol que se acha *alagado*.

Casos tais de contaminação de sentido constituem uma das feições da semântica. O francês *fauve* tomou o sentido de *bête fauve*; em português a palavra *meia* absorveu todo o significado de *calça meia*: (calções) e *meias-calças*: ou também *meias de couro* que cobrem a perna abaixo do joelho.

A contaminação pode levar a distâncias inesperadas; a palavra greco-latina *pandura*, instrumento musical de cordas, é responsável de numerosas derivações, bandurra, mandola, mandolina, bandolim, banjo (corrupção de origem negra) e *pandeiro*, que não tem cordas.

Aí, a contaminação é material, de pura forma e de som; a que resulta das ideias é mais sutil e difícil de discernir sem o auxílio da comparação e da história.

Sem elas não poderíamos saber como Shakespeare tirou *Caliban* por sugestão de *Canibal* quando por aquele tempo os espanhóis vulgarizaram derivando o termo dos aborígenes *Caribas*.

Os melhores etimologistas até há pouco diante do vocábulo *macabro* (dança macabra) imaginaram a *chorea macchabæorum*, pura invenção porque nas danças macabras que se conhecem os *macchabeus* brilham pela ausência. Tem razão o padre H. Lammens em derivá-la do árabe *maqbir* plural de *maqbara*, túmulo, cemitério. Não houve contaminação de *chorea macchabæorum* a não ser nos miolos dos etimologistas.

METAMORFOSE

Num dos seus preciosos livros no estudo da linguagem, o velho arcebispo Trench consagra inteiro capítulo ao que ele chama a “moralidade nas palavras”.

Há, sem dúvida, um fundo ético na vida dos vocábulos e nem todas as línguas professam o escrúpulo das palavras que não desejaríamos possuir. Assim os gregos tinham um vocábulo para exprimir a alegria com o mal alheio, “epichairekakia”, que Cícero sentiu faltar ao latim e interpretou com o circunlóquio – *voluptas ex malo alterius* – a volúpia do mal de outrem. Este mau sentimento é infelizmente humano e os alemães têm a palavra própria – Schadenfreude – que é a mesma dos gregos e que Carlyle sentiu dificuldade em traduzir no seu vernáculo.

Os dicionários não têm grande culpa no registro de tais perversidades. O nosso dicionário da Academia, que está em elaboração, seguindo o exemplo de outros, incluiu o verbo execrável “abacinar” que significa cegar um indivíduo, metendo-lhe pelos olhos tições de ferro candente. Era um suplício medieval, e a palavra que é italiana traduz a tortura terrível que nunca existiu em terras portuguesas.

Saindo desses casos patéticos podemos considerar variações éticas menos deprimentes.

Muitos vocábulos da idolatria pagã passaram à igreja cristã, a própria igreja era a “eclesia”, isto é, a assembleia popular de Atenas; “sacramento” era entre os romanos, um depósito em dinheiro na mão do “Pontifex” nas contendas civis, obrigação sagrada. A igreja utilizou

numerosos vocábulos do gentilismo: Pontífice, sacerdote, pároco, basílica, templo, com maior ou menor alteração de sentido.

Realmente o *pontífice* a princípio foi o construtor do *Pons sublicius*, a ponte sobre o Tibre, mas a função e dignidade eram religiosas. O *Pároco* era o provisor de lenha e sal aos viajantes de caráter oficial. O *templo* consagrado a Deus está em vernáculo consagrado especialmente ao culto das igrejas dissidentes como a dos protestantes.

A palavra que designa geralmente a mulher transviada e pública é um exemplo de degeneração extrema e de ironia popular, pois que era a expressão própria das criaturas virginais e inocentes.

Não admira essa perversão quando de “cristão” se deriva “cretino” e ainda em nosso linguajar plebeu do extremo sul, “cristo” é o tolo por ser vítima e “cristear” é enganar os ingênuos.

O mundo profano também fundou a ética das palavras modernas com o vocabulário antigo. O inglês designa o “avarento” pela palavra “miser” (miserável) e também qualificamos de “miséria” uma quantidade pequena de qualquer coisa que podia ser mais abundante.

A palavra “paixão”, observa Trench, inverteu o valor primitivo. Hoje, dizemos “apaixonado” o homem de ação, embora odiosa ou excessiva. Ao contrário, o sentido de “paixão” era negativo e só de sofrimento. Assim, deve entender-se a “paixão” de Cristo, que era a da vítima e não do algoz.

Nos graciosos versos de H. Heine bem se percebe o sentido ativo de *passion* aí comparado ao amor, pelo preciosismo da condessa:

Die Liebe ist eine *Passion*.

O “talento” era valor grande em dinheiro, mas não a capacidade mental como é hoje em dia. Parece que o sentido novo deriva da parábola que está em S. Mateus (XXV) em que o “talento” representa a capacidade de semear e recolher o fruto. Assim diz o arcebispo de

Trench; outros o contestam, atribuindo o sentido atual à palavra italiana “talento” que desde a era arcaica nas línguas românicas significava a vontade, o pendor e a inclinação (a voz grega “talanton” significava balança).

Essa objeção contra o arcebispo acha-se confirmada ainda pelo uso da palavra no antigo português. No *Leal Conselheiro* lemos (pág.)...

“Triste e ‘sem talente’ se parte hum do outro.”

“Sem talente”, isto é, sem vontade ou contra a vontade.

E ainda hoje sobrevive a expressão na frase: “A seu talante”, ao seu arbítrio e querer.

Vimos, ainda há pouco, a displicência de Cícero, que não achava palavra latina para o prazer do mal de outrem: agora, inversamente, proclamava que os gregos não dispunham de palavra que traduzisse — “inepto” — mas, não porque lhes faltasse o homem inepto, ao contrário pela razão de ser assaz comum naquela eruditíssima nação dos gregos (eruditissima illa græcorum natio).

A nossa ética nacional aceitou a derivação latina, bipartindo-a em duas: “inapto”, o que apenas não é apto a qualquer fim ou ofício, e “inepto”, o que não tem aptidão alguma.

Não conheço outra língua que tenha criado esse eufemismo — “inapto” em vez de “inepto”.

Em regra, as palavras negativas de formação recente diminuem a veemência das mais antigas: inverdade, sem razão, amoral, são criações modernas de maior polidez e suavidade. Um desses vocábulos negativos é o *indesejável* de origem norte-americana (undesirable) com que aquele povo designa os imigrantes que não convém acolher.

Uma curiosidade é a acentuação vária em negativas como *impio*, o que não tem piedade, e *ímpio*, o que não tem fé. Outra sutileza é a dupla prefixação negativa *des* e *in* em *desinquieta* = inquieto e no linguajar plebeu *desinfeliz* = infeliz.

XXIII

VOGAL ÁTONA

As palavras portuguesas que recebemos da tradição e do contato dos primeiros civilizadores só aparentam certa fidelidade na escrita. A prosódia, porém, é nossa e inteiramente distinta e diversa do falar lusitano.

Esse matiz diferencial constitui o *sotaque* brasileiro que lutou muito para ganhar independência e liberdade.

Conservamos ainda alguns nomes indígenas deturpados pela prosódia europeia.

A língua dos índios não possuía, por exemplo, caso de junção imediata de duas consoantes. Assim, dizia *Serigipe, Paranambuco*. Os portugueses, desses nomes fizeram segundo a sua prosódia, *Serigipe e Parnambuco* ou Pernambuco. Assim, é um caso de prosódia lusitana Parnaíba em vez de Paranaíba.

São vestígios da prosódia europeia que ainda sobrevivem no uso corrente.

Uns poucos de brasileirismos acusam a intervenção europeia: *crueira, traíra, gravatá*, ou *graguatá*, em lugar de *curuera, taráira, garauatá*.

Não temos na realidade vogais átonas ou breves, senão em raríssimos exemplos e ainda hoje não distinguimos os valores prosódicos do *o* = *u*, *e* = quase *i* e o *i* breve de pronúncia difícil.

O caso mais grave e sensível é o do tratamento da vogal – *e* – que, quando átona, os brasileiros o sabem pronunciar fielmente.

A vogal – *e* – quando átona, isto é, não acentuada, tem um som especial que se aproxima do – *u* – pronunciado de modo surdo e muito breve. Compare-se a prosódia da palavra *pessoa* nos dois países da língua comum.

Nós pronunciamos segundo a palavra escrita, ao passo que os portugueses dizem *pussôa* ou *p'essoa*, e dizem muito bem, pois a língua é a deles.

Mas é bem certo que não herdamos essa pronúncia do *e* — átono e os próprios portugueses tiveram a este respeito muitas vacilações antes e mesmo depois da disciplina literária e gramatical do idioma.

Esse é o aspecto que nos interessa examinar, porque é ao mesmo tempo diferencial entre os dois países.

Em tais casos, os portugueses de outro tempo não sabiam muito bem se deviam dizer *e*, *i* ou *u* ou mesmo *o* átono com o som de *u*.

Ainda existem palavras que acusam nitidamente essa vacilação: *posponto* ou *pesponto* (ambas pronunciadas *pusponto*), *lumiari* ou *límiari*, a palavra *cecém* (pronunciada naturalmente *çucem*) ainda conserva a pronúncia hesitante em *Sucena*. Por muito tempo se disse com indiferença *romance* e *rimance* e *fermoso* antes de *formoso*.

É bem possível que a ideia de *rima* influísse na forma.

Há, porém, outros exemplos de igual teor. A palavra *peçonha* (pronunciada *puçonha*) substituiu a verdadeira, que seria a mais prosódica *poçonha*, pois vem do latim *potionem*, beberagem, bebida. Idêntica alteração nota-se em *torrão* (turrão) que é um derivado de terra (terrão).

Os neorreformistas da grafia não corrigiram esses usos, mas estabeleceram que se devia escrever com dois *ss* a palavra *socegar* que passou à forma nova *sossegar*.

A razão estava perfeitamente de acordo com a forma histórica do vocábulo. De fato, os quinhentistas escreviam *sessegar* e a palavra derivava do latim *sessicare*. Mas, se essa era a escrita, a prosódia era diferente: em vez de *sessegar* dizia-se *socegar* pelos motivos já alegados de que o *e* átono soa como *u*. E na ignorância da etimologia passou-se a escrever *socegar* (sucegar) conforme a mesma prosódia popular que fez *sumana* por *semana*.

Temos, pois, dois vestígios do *e* átono pronunciado *u* em dois vocábulos que persistem literariamente: *socegar* e *cecém*, sem que seja possível já agora a correção que se faz para outros.

Junte-se a essas *lumiár* por *limiár* (*liminaris*) de que falamos acima.

Outro aspecto dessa prosódia pode ser esclarecido com as formas históricas e antigas em *ter*, *per*, *fer*, átonas.

O povo mistura várias prosódias com a deslocação do *r* que figura nessas palavras: *determinar* ou *detreminar*, *preciso* ou *perciso*.

Essa inversão era comum na língua antiga: *fermoso* e *fremoso* ocorrem na poesia e na prosa arcaica e só se corrigiu para *formoso* quando a disciplina gramatical revelou que se devia escrever *formoso*, porque a palavra derivava naturalmente de *forma*.

Mas essa era apenas uma questão de escrita, pois o *e* átono soava e soa como *u* e *fremoso* e *formoso* pronunciavam-se *frumoso*.

A inversão do *r* faz quase indistintos no falar português os vocábulos *perfeito* e *prefeito* que se pronunciavam ambos *prufeito*.

Por essa mesma razão, os portugueses, no século XIX, escreviam como os brasileiros – *perguntar* – mas pronunciavam, segundo a regra, *pruguntar*. Os reformistas de lá mandaram que se escrevesse *preguntar* (o que não alterava a prosódia, sendo o *e* átono). Agora escrevem *preguntar*, pronunciando, como sempre, *pruguntar*.

Ora, os brasileiros que leem de conformidade com a escrita, ainda há pouco usual, *perguntar*, reagiram contra a novidade ortográfica.

Em parte alguma a questão gráfica deve alterar a prosódia; mas houve alguns brasileiros que se deram ao ridículo de escrever *preguntar*.

Para os portugueses a questão era de nonada, pois que *perguntar* e *preguntar* (etimológico) sempre soam a mesma cousa, mais ou menos *perguntar*, da mesma sorte que *fremoso* ou *fermoso* sempre soavam *frumoso*.

Com essas linhas quisemos unicamente mostrar que simples acidentes prosódicos podem gerar palavras novas, como é o caso dos vocábulos vivos, *cecém*, *peçonha*, *sossegar*, *lumiár*, *torrão*, e outros que derivam exclusivamente da pronúncia.

XXIV

ROUPAS

As notas marginais que vamos fazendo aos fatos da linguagem, sob o aspecto semântico, muito de propósito se afastam das chamadas *questões gramaticais* que tanto excitam o furor dos polemistas habituados às matérias da espécie *objectionable*: como é certo? como se deve dizer?

Evitamos essa futilidade, que nos obrigaria a ser prolixos.

Temos, entretanto, recebido sugestões úteis, de que faremos proveito.

Preferimos sempre o domínio mais severo das ideias.

A *indumentária*, em nossa língua, revela, na absoluta pobreza de originalidade, o mais franco latrocínio de formas e de expressões estrangeiras.

A palavra geral *roupa* tem a mesma origem de *roubo*. Significa a rapina pelo saque, a pilhagem de guerra. As *roupas* são os despojos da luta ou do banditismo. Vem do germânico, *rauba*, no *baixo-latim*, desde o nono século, *raupa*. O botim frequentes vezes consistia em alfaias e peças de vestuário, e por isso originou a expressão comum: *roupa*. Com o sentido de despojo de guerra e de pirataria sobreviveu na antiga expressão proverbial: *roupa de francês*, bens de piratas e corsários. A afinidade entre *bens* e *roupa* é naturalmente explicável, como o é a de *fazenda*, *bens*, e *fazenda*, pano de vestidos.

Às vezes é o único bem que se possui.

Outra forma de *roupa* é o francês *robe*, que possuímos por adoção em *robe de chambre*.

Quase todos os termos de indumentária apresentam, como a *roupa de francês*, verdadeiros furtos e empréstimos forçados de outras línguas,

desde o *chapéu*, que é francês (*chapeau*), até o *sapato*, que é de origem incógnita.

Camisa é uma palavra céltica, antiquíssima, *camicia*, latinizada na Idade Média, e é convizinha de *cama*, leito de dormir, desde aqueles tempos. Registrou-a Isidoro de Sevilha.

De origem céltica são as bragas; *braca* ainda persistente (pescar trutas a *bragas enxutas* — é um provérbio) e ainda em *braguilhas* ou *barguilhas*.

Da forma *Jack* e *Jacques*, nome de pessoa, derivado de Jacob, formaram-se *jaco* (paletó, jaco e depois *saco*), jaqueta, jaquetão, etc. Não é exemplo único, porque de *José* também se fez *josezinho* (capote sem mangas).

De uma forma derivada de *pala*, manto, originou-se *paletó*, *paletó* (paletoque, espanhol).

As *calças* vieram mediatamente do latim *calceare*; enfiava-se pelos pés; *calce*, calcanhar; daí a extensão dada à palavra *calçar* e *calçado*, que se aplicam a sapatos e meias.

As *calças* podiam ser meias, isto é, *meias-calças*, o que aqui vale a uma só parte, como no francês *bas*, que é *bas-de-chaussé*; como também podiam representar a parte superior, que era a dos *calções*, acima da *meia* (meia-calça).

Outra espécie de paletó é ainda exótica; *redingote* era o vestido de montaria (*ridingcoat*, a veste de cavalgar).

As *cuecas* estão explicadas pela sílaba inicial, pouco adequada a qualquer dissertação. *Ceroulas* é a palavra árabe *sarawil*, palavra tão geral nas línguas semíticas que já a empregavam São Jerônimo e Isidoro de Sevilha, com a forma latinizada, *saraballa*; eram então propriamente calças amplas e compridas, da cintura aos pés (*fluxa et sinuosa*, como a definia Isidoro, aqui citado, segundo o glossário de Eguilaz).

Nas excelentes anotações de Vicente Garcia de Diego, em contribuição para o léxico etimológico hispânico sob n.º 532, mostra o filólogo as transformações da palavra árabe *sarawil*, calções, que produziu *zara-bueles*, *zaraquelles* (no Levante) *zaroules* em Galícia e Portugal. *Ceroulas* — em nossa língua foi o último termo dessa evolução fonética.

Como quer que seja, tanto *ceroulas* como *calças*, ao contrário das togas e vestes talares, naturalmente incômodas aos cavaleiros, generalizaram-se com o crescente emprego da cavalaria na Idade Média.

Foi menos uma moda e mais uma adaptação à comodidade.

Não queremos falar de outras importações da indumentária: *rocló* (roquelaure), *smoking*, *frac*, *gravata* (croata) que são meros estrangeirismos, velhos ou novos.

Escrevi, lá acima, que *sapato* não tem origem conhecida. Realmente, sempre passou e passa ainda por árabe, como derivado do vocábulo *sabat*; mas, autoridades de grande peso dizem que essa pretensa palavra arábica é uma adaptação do grego *diabathron*, sandálias de mulher, já usadas desde muito antes da era clássica, entre os romanos. Num fragmento de Nevio, lê-se *Diabathra in pedibus habebat*, trazia nos pés as sandálias. Não é coisa estranhável, pois a cultura e o povo árabe adotaram muitas expressões gregas: química (alquimia), alambique, etc.

Modernamente ganhou grande prestígio entre as roupas menores as *pijamas*; por influxo do inglês que recebeu a palavra na Índia da língua hindustânica *pae-jama* = veste das pernas. O *Hobson Jobson* inclina-se a crer que foram os portugueses da Ásia que veicularam o vocábulo. Não há, porém, testemunho positivo que acredite essa suposição; o certo, porém, é que a pronúncia nossa é viciosa e devemos dizer *paijama*, como já escrevem alguns escritores contemporâneos.

Uma curiosidade final, digna de nota, é a afinidade e analogia entre *casaca* e *casa*, ambas envolventes do corpo humano, e também *capa* e *cabana* (*cappana*), revestimentos e abrigos do indivíduo.

São vestes e casas protetoras.

Como vimos, não há quase uma expressão idiomática e vernácula em toda a indumentária, tomada a prestações de outros povos.

Hoje, pedimos ao inglês as modas do homem, como pedimos a Paris as modas femininas.

AINDA A SEMÂNTICA

A semântica, isto é, o estudo das ideias, deixa-nos a impressão fundamental de que o vocabulário é mesquinho e paupérrimo comparado aos infinitos recursos do espírito.

É que o vocábulo cresce por intuscepção, da mesma maneira que morfológicamente cresce por flexões e justaposições.

Em rigor lógico, cada palavra contém uma só ideia, exclusivamente a princípio, e depois outras muitas ideias por afinidades novas e inesperadas.

De algumas poucas palavras desenvolvem-se conceitos novos e variadíssimos. E isso se verifica em todas as categorias dos vocábulos, sem excluir os que parecem intangíveis e privilegiados como os nomes de pessoas e de lugares.

Vejamos.

Um dos fatos mais frequentes na história da língua é a mudança de categoria dos nomes. Os exemplos são vulgaríssimos e assaz conhecidos, como os dos verbos transformados em substantivos: os “haveres”, os “viveres” e outros. Os adjetivos que perderam a função originária: o “tenente”, o “lente”, o “doente” (de “tener”, “ler” e “doer”), processo fecundo em derivações novas e imprevistas.

Menos comum, todavia, é o emprego de “declive” que devia ser um adjetivo “terra declive”.

Dessa espécie é “anátema”. Era um adjetivo grego, vulgarizado pelas palavras do Novo Testamento: “Seja anátema!” (“anathema sit”), seja separado, excomungado e posto longe, literalmente. Dizia-se a

princípio das vítimas expiatórias nos sacrifícios do gentilismo. Hoje “anátoma” é um substantivo equivalente à maldição, execração. O mesmo sucedeu a “paradoxo”: doutrina paradoxal, discurso paradoxo.

No sentido da etnologia, o anátoma era o “tabu”, a coisa em que não se devia tocar e nem às vezes pronunciar-lhe o nome. Todos os povos, antigos e novos, selvagens e bárbaros têm os seus “tabus” de que ainda existem vestígios na civilização mais apurada. Falaremos em tempo dessa curiosidade.

A transferência mais curiosa na função das palavras é a do emprego dos “nomes próprios” de pessoas e de lugares. Todos os que delectam o assunto sabem que, por exemplo, “Arlequim” foi um cômico e saltimbanco “Harlequino” das farsas italianas; mais remotamente, era o nome de um dos muitos diabos dos “mistérios” ou representações medievais.

A raposa, sendo animal astuto e hábil, tomou em quase toda a Europa o nome batismal de “Reginaldo” (“Reginhart” – forte no conselho ou na experiência) e assim se explicam os nomes de Renard, Ronald, Reineke, que designam a golpelha (*vulpes*) a raposa.

Por toda parte e por um quase consenso unânime deram nomes gratos a um animalzinho sanguinário e carniceiro, indigno de tamanha lisonja: os portugueses chamam-no “doninha” (de “dona”), os franceses “belette” (talvez diminutivo de “belle”, belezinha), o italiano “donnola” como os portugueses, os bávaros, “Schoen tierlein” (o animalzinho formoso), o no antigo inglês “fairy”. Parece que um terrore secreto ditou essas louvaminhas imerecidas.

Passemos aos nomes de pessoas.

Eis a derivação de “Marionete”, boneca; de Marion (Maria); de “sandwich” do Conde de Sandwich, do século XVIII, que inventou e tornou popular essa espécie culinária.

“Panfleto”, no antigo francês “pamphilet”, é tirado de um veemente poema satírico da autoria de “Pamphilus”, da Idade Média. O sufi-

xo “et” (pamphilet) era então de muito uso nas derivações de nomes, e assim diziam “Isopetes” os fabulários imitados de Esopo. Chamamos “boneca”, no espanhol “muñeca”, a uma caricatura da forma humana, como é a bruxa, a “mona”; de “mono”, o macaco. Os ingleses apelidam-na “doll”, que é um caricioso diminutivo de “Dorothy” (Doro-teia), derivação análoga à de “marionete”.

Tivemos no português clássico a palavra “pantalonas” (pantalons, francês), calças longas, da cintura até os pés. Era o nome de um personagem, assim vestido, das comédias venezianas; vinha de “Pantaleão”, nome muito frequente na cidade das lagunas, onde se venera “San Pantalone”, de predileção regional; por igual analogia outro santo local “Elmo” (Erasmus), do sul da Itália, autorizou o nome de “Santelmo” para o fogo-fátuo, que os navegantes portugueses chamavam quase por igual maneira “São Pero Gonçalves”, santo nacional.

Todos os povos costumam escolher nomes cristãos que destinam ao ridículo ou ao desprezo: o alemão diz “ein dummer Peter”, o francês “Colas” (Nicolas) “Nicodème”, o inglês ‘Ninny’ (abreviatura de Innocent). Não é preciso aqui juntar os Calinos, Simplicios, etc.

Foi ainda Nicolas que deu o diminutivo *nickel*.

Os nomes de lugares pelos produtos fabris ou naturais tornaram-se elementos constantes de derivação: majólica (Malhorca), sardinha (de Sardenha), thaler e dollar (de Joachimstal, onde havia minas de prata), bronze (de Brindisi).

Seria fatigante e inútil para a melhor parte dos leitores desenvolver a história dos vocábulos do mesmo jaez: cobre (Chipre), pergaminho (Pergamos), arminho (mus armenius), florim (Florença), pêssego (persicus, da Pérsia), casimira, madrasto e madapolão (Cachemira, Madapolan e Madrasta, cidades da Índia), musselina (Mossul), bizante (Bizâncio), polca e mazurca, que significam mulher polaca e masureana, tarântula e tarantela (de Taranto, Tarento). As gramáticas

modernas registram já numerosos exemplos da espécie, o que nos escusa de insistir.

Cousa mais pitoresca é a confusão e arbitrariedade das origens geográficas. A ave que os ingleses chamam Turkey (Turca), os franceses dizem “Dindon” e “Dinde” (“d’Inde”, da Índia, entende-se talvez a América), os alemães “Calecutish” (de Calecut), somos nós os únicos a designá-la – “peru”.

Entre pintores, a cor que os franceses chamam “bleu de Prusse”, os alemães reciprocamente alcunham de “Pariser blau” (azul de Paris).

Para terminar essa estafada conversa, vou saindo sem me despedir, “à francesa”, como dizemos nós, ou “à l’anglaise”, como dizem os franceses.

Lá se entendam.

O FRANCESISMO

Um dos temas mais apurados da gramática militante é o dos galicismos.

Há um horror inexplicável diante de qualquer expressão suspeita de francesismo.

Esquecem, porém, o principal de todos os galicismos e que basta para explicar todos os outros e é o do pensamento e do estilo, que governam sem contraste a língua moderna.

Pensamos em francês, com vocabulário vernáculo, adotamos todas as maneiras de dizer do povo e da língua de quem somos satélites, involuntários, descontentes talvez, mas obedientes e subalternos.

Dom Américo Castro faz notar a atitude do romanista Leo Spitzer, recordando as palavras do professor de Marburgo: “Declaro-me partidário do patriotismo e do atento cultivo da língua alemã, porém não da *patriotite* linguística dos que querem tudo germanizar.”

Essa deve ser a atitude imparcial do filólogo.

Daí, as intermináveis discussões e polêmicas, desarrazoadas frequentes vezes, por se esquecer o fator preponderante.

Um exemplo típico é das controvérsias acerca do pronome *se*. É sujeito ou não o é? Discute-se, forma-se um catálogo de casos especiais, anormais ou excepcionais, esquecendo-se, todavia, o mais importante, que é o da tradução mental ou escrita do *On* francês, razão de todas as discórdias.

A diferença fundamental entre o estilo clássico e o contemporâneo consiste em que aquele é mais latino e italiano, consoante às influên-

cias literárias do tempo, e este é mais francês, conforme é o influxo das correntes modernas desde o século XVII.

Com o francês perdeu-se o hábito da ordem inversa em quase todos os casos e renovou-se sob moldes novos o vocabulário.

Os numerosos helenismos, acatados por todos, são de pura ciência... francesa. Não inventamos mais que dois ou três, de uso nacional (necrotério, sílogeu).

À parte, porém, a questão vocabular, o exame da semântica, das imagens e metáforas demonstra claramente que as ideias sofreram igual contágio e certamente ainda mais que os vocábulos.

Não percebemos com grande nitidez essa ordem de fatos, porque as preferências do espírito são muito sutis e escapam à férula rústica e grosseira dos gramaticantes profissionais.

Mas quem quiser edificar-se com exemplos exaustivos, basta ler o eruditíssimo ensaio de F. Gohin – *Transformation de la langue française de la deuxième moitié du XVIII^e siècle*.

É um trabalho admirável como se poderia esperar do esforçado filólogo.

Levantou ele um catálogo das *elegâncias* da língua que se processaram do século de Luís XIV até à revolução.

É justamente para nós outros a época malsinada dos galicismos que entraram torrentuosos e incoercíveis na língua vernácula.

A reação foi improficua, e quando ela se fez sentir, tardia e impotente, verificou-se que apenas conseguiu algumas escassas vitórias na escaramuça contra uma ou outra palavra, mas deixou intacta a *semântica*, isto é, as formas de pensamento, as metáforas e as analogias fixadas pela literatura francesa.

Hoje, espanta-nos saber que muitas das frases corriqueiras, triviaíssimas, chapas e *clichés* de uso vulgaríssimo foram imaginadas por escritores do tempo, no livro e no jornal.

Em última análise (en dernière analyse) foi um modismo criado por Desfontaines. Dizíamos em casos tais: por último, enfim, no fim de contas, em suma, etc.

Fazer época é um pensamento francês de Séguier (*faire époque*). A expressão agradou, os próprios alemães, tão distantes, adotaram-na e marcam constantemente com um adjetivo as cousas “que fazem época”.

Quem acreditaria que a “voz do dever” (*la voix du devoir*) fosse apenas uma frase feliz de Loiseau, escritor de segunda ordem? Entretanto, cada um de nós parece estar convencido de que ninguém o está plagiando.

Outros *clichés* interessantes são os que, de uso ou abuso, empregamos com a palavra *esfera*, que substituiu a roda, o mundo: *La sphère des arts, des idées*, etc. É de Voltaire e depois dele de toda gente: *Nul à Paris ne se tient dans sa sphère*.

O homem do dia – (*l’homme du jour*) é de Marmontel e, desde então, corre mundo.

Enfim, todas essas chapas que fazem o lastro do estilo comum e popular e que se não encontram nos velhos clássicos, são puros francesismos de ideias que se incorporaram suavemente à linguagem cotidiana.

É guerra inútil a que, contra si próprios, poderiam fazer os escritores mais escrupulosos. Equivaleria a quebrar os próprios moldes do pensamento.

Seria, aliás, impossível estender ao pensamento a tática fácil de extermínio aos vocábulos.

XXVII

ENCRUZILHADAS

Um fenômeno característico na formação das línguas romanas ou latinas foi a perplexidade na escolha dos termos usuais, no tempo das invasões bárbaras.

A onda germânica inundou o império, e, aceitando a civilização latina, limitou-se a impor os termos militares e heráldicos que conhecia e que eram próprios da sua ascendência sobre os povos conquistados que entretanto permaneceram fiéis à antiga cultura romana.

Desse misto de correntes diversas originou-se, por vezes, um compromisso ou transação entre vencedores e vencidos, com a criação de expressões *médias* que participavam a um só tempo de uns e de outros.

Esse processo mesclado teve o seu momento na Idade Média, na formação da língua bárbara que se chamou o *baixo-latim*.

Assim, os romanos designavam o fogo pela palavra *ignis* de pronúncia talvez difícil para os godos que tinham palavra própria de que restam os radicais conhecidos do inglês *fire*, do alemão *feuer*.

Instintivamente o povo misto resultante das invasões achou um vocábulo latino, melhor que *ignis* e foi *focus*, que deu fogo (*fuoco*, *fuego*, *feu*) adotado nas terras românicas.

A palavra convinha excelentemente, porque era uma onomatopeia de soprar – *ff* sibilantes e no latim *focus* propriamente era a lareira, o lar, onde não falta o fogo. Assim, germanos e latinos estavam de acordo e foi destarte que *ignis* desapareceu do vocabulário.

Ainda hoje, *fogos*, em uso especial, conserva o sentido antigo de lares ou casas habitadas: uma povoação de *duzentos fogos* quer dizer de duzentas habitações.

Não foi essa a única transação entre os bárbaros e os latinos. Estes conheciam a palavra *alto* que designava a extensão vertical, correspondente a profundo, e assim dizemos ainda: *alto mar* e sono *alto*. Mas não tinha esse vocábulo o sentido de parar: *alto!* fazer *alto*, que é todo germânico.

A palavra latina adquiriu mais esse novo sentido (*hoch e halt*), daí o absurdo gráfico do *b* francês *haut*.

Ainda mais curiosa é a formação da palavra francesa *contrée* (a italiana *contrata*, no inglês *country*, tomado ao francês) que deriva da preposição *contra*, isto é, em frente e por isso a terra que vemos, e depois o país, a região. Essa derivação, à primeira vista anômala, provém de que os bárbaros, de *gegen* (contra) tiraram *gegend*, região, país e transferiram esse processo ao baixo-latim. Citamos esse caso porque em português temos o exemplo num peregrinismo muito familiar: *contradança* que deriva de *country danse*, isto é, dança do país, dança rústica ou do campo, originariamente inglesa.

Disse eu que, no português, a palavra *contra* significava “em frente” e assim era no uso antigo.

“E ele falou *contra* el-rei.”

Entende-se: em frente ou para el-rei.

Morais registra: “Dizer alguma cousa *contra* alguém”, isto é, para alguém.

Esta relação é hoje obsoleta, e *contra alguém* equivaleria em oposição de sentimento a alguém.

De uma feita, estudando o étimo da palavra *fechar*, achei que no vocábulo havia um influxo germânico evidente.

Não quero agora repetir a minha argumentação que não pareceu convincente a alguns dos nossos mestres. Evito nestas linhas quanto

razoável a matéria contestável, ainda que não me pareça possível escapar às críticas e censuras que as há de todos os tamanhos e quilates.

Outro exemplo do influxo germânico sobre o vocabulário latino é o do termo *bastardo*. Realmente os antigos latinos careciam dessa palavra; segundo o testemunho de Quintiliano, adotaram para o caso a expressão grega *nothos* ou ainda *espurius*, também de procedência helênica. Os invasores da Idade Média (por “allusion des rapports des muletiers avec des femmes des auberges”) escolheram essa designação tomada ao nome dos arreios (*bastus*) das cavalgaduras.

Processo análogo deu-se com a palavra *mulato* que designava, a princípio, o híbrido do cavalo e da mula. Até os quinhentistas, *mulato* ainda era o nome do macho asneiro.

Os invasores, constituindo a nobreza, de grado e de força, enriqueceram, e eis por que o epíteto de *rico*, que é deles, suplantou as formas latinas (*dives* e *locuples*), caídas em desuso.

O latim desapareceu nos termos militares: *guerra* é uma voz germânica (*werra*) e *batalha* é apenas uma acomodação latina de *bater* (batualia) em lugar de *prélio*.

Assim são de fonte germânica o *elmo*, o *guante*, o *arnês*, *bridas* e *esporas*...

Não é realmente simpática essa contribuição de brutalidades guerreiras, onde quase não se encontra uma só palavra de suavidade e doçura dos sentimentos ou das cousas.

XXVIII

A FAMÍLIA

A família romana desagregou-se da tribo e da *gens* que era um grupo mais numeroso de pessoas menos domésticas e de longe aparentadas.

Contudo, a *família* romana primitiva era ainda assim muito maior do que o grupo que tem hoje esse nome e abrangia todos os que viviam sob a tutela e autoridade do *pater familias*.

Abrangia igualmente os escravos sob diferentes nomes, os fâmulos, servos e mancípios (mancebos).

Destes, o nome mais antigo que se confunde com o da própria *família* era o *fâmulus* (*de fama*, que no dialeto osco significava a *casa*).

Havia distinções sutis nos parentescos que não possuímos ou não queremos discernir. O fato geral, entretanto, é que em sua fisionomia linguística a *família* conserva as mesmas feições, diminuídas a autoridade paterna, enorme e excessiva, e a série de apaniguados e escravos.

Ainda conservamos a expressão *pai de famílias*, e esse aparente plural (que é apenas um genitivo: *pater familias*, pai de família) fez com que em certos lugares, entre nós, em Minas Gerais, a palavra *família* se tornasse um sinônimo de filho: “Fulano tem quatro *famílias*”, entende-se, quatro filhos.

Os nomes de parentesco divergem por vezes da nomenclatura romana, exceto os de pai e mãe.

Preferimos irmão (*germanus*) a *frater*, e irmã, a *soror*. As palavras latinas foram apenas aproveitadas na hierarquia da Igreja: frade, freire e frei e sóror, ao lado de *padre* e *madre*, das ordens, congregações e institutos religiosos.

Daí por diante diminuí o parentesco linguístico: *avô* provém de um diminutivo *avulus* por *avunculus* com os seus ascendentes *abavus* (trisa-vô), *atavus* (*quadravô*), *proavus* (bisavô).

Vê-se que os nomes vernáculos obedecem a outra formação, *bis*, *tris*, (*tetra*, *tátara*, tataravô). De *atavus*, conhecemos a palavra erudita hoje em voga atavismo, e de *avus* derivamos avito (ancestral).

Ao irmão do pai, *patruus*, e ao irmão da mãe, *avunculus*, simplificamos, dando-lhes um só nome, *tio*, que foi tirado do grego. E ainda usamos da mesma palavra *tia* para designar a irmã da mãe (*matertera*) e a irmã do pai (*amita*).

A simplificação foi enorme e, ao que parece, muito sensata. Não havia necessidade dessa complicação: *patruus*, *avunculus*, *matertera* e *amita*; todos, enfim, eram tios.

Os próprios *sobrinhos* sofreram daquela complexidade, porque o que chamamos *sobrinho* etimologicamente é só o filho de irmã (*sororinus*, *consorinus*); o filho de irmão era *patruelis*.

As línguas modernas não quiseram enveredar por esse labirinto, próprio de um povo de legisladores e juristas que amavam distinguir todos os matizes de pessoas e cousas. Pelo contrário, adotaram simplificações razoáveis como *grand-père* em vez de *avô*.

Aliás, esse método também era romano que o usava em três graus, *magnus* (grande), *maior* e *maximus*. Destarte havia o *patruus*, tio paterno, o *magnus patruus*, tio-avô, o *major patruus*, tio-bisavô, o *maximus patruus*, tio trisavô.

O cunhado ainda se distinguia, se era de irmã (*lævir*) ou de irmão (*glos*, *gloris*). A lei mosaica preceituava o *levirato*, isto é, o casamento de cunhados; do irmão do que morreu com a viúva.

Deixemos, pois, esse mosaico tão embrechado de sutilezas da família romana.

A palavra — *pai* — na língua vernácula está ainda representada por termos de línguas estranhas: *ab* e *abba* dos semitas, adotado pelos

primeiros cristãos, com a forma *abade*. A forma árabe é *abu* e temo-la no vocábulo *pataca*, que deriva de *abu-taca*, literalmente o “pai da janela”. Assim chamaram os mouros de Espanha às moedas antigas em que vinham gravadas as colunas de Hércules, que imaginavam ser uma janela.

As formas gregas *patêr* e *metêr* deram derivados literários: lembremos aqui apenas *metrópole* (cidade-mãe) e *patriota*, palavra helênica (*patriotes*, habitante da mesma pátria).

Em resumo, da *família* romana herdamos as feições essenciais e só rejeitamos o que pareceu demasiado sutil e inútil na sociedade moderna.

E, ainda assim, guardamos, mais que outros, fidelidade à tradição latina porque chamamos *neto* (nepos) ao que indevidamente chamam *sobrinho* (o italiano *nipote* ou o francês *neveu*).

Conservamos a qualidade e o nome de *sogro* (*socrus*) que outros recusam (*beau-père*). As perdas não foram de grande monta: as *janitricas*, duas irmãs esposas de dois irmãos e os *tios* gregos (thios) que inexplícavelmente preferimos aos latinos, nas duas penínsulas do Mediterrâneo. Deve ter sido uma astúcia de Ulisses.

XXIX

ONOMATOPEIAS

A linguagem começou naturalmente pelo gesto, que é a mais elementar de todas as expressões, animais e humanas.

Ao gesto ajuntaram-se as vozes e ruídos quase verbais de maior expressividade.

Essas vozes elementares são as *onomatopeias*. Delas nasceram inúmeras palavras mais ou menos sutilizadas, mas ainda reconhecíveis pelo exame atento de sua formação imitativa.

Não queremos cair na teoria tão ridicularizada por Max Müller, a teoria do *wauwau* como lhe chama, do nome com que as crianças designam o cão.

O mesmo seria adotar a chamada teoria do *abal* que deriva as palavras dos gritos interjectivos, ou ainda preferir a teoria do *Kling-Klang* do próprio Max Müller, pela qual se estabelece o princípio de que todos os corpos em movimento produzem um som que lhes é próprio, sendo, pois, a linguagem um *som* de gente diverso, mas análogo ao som peculiar do sino, do vento ou da água que corre.

São todas doutrinas exclusivistas que dão à acústica um significado preponderante.

Não convém, certamente, levar ao abuso a teoria da onomatopeia como fonte precípua do vocabulário. Mas é inegável que há pelo menos uma *preferência onomatopaica* nas palavras de uso comum, em todas as línguas, sem dependência de grupos e famílias em que estão divididas.

O primeiro fato geral é o da *reduplicação* que parece de origem infantil: *papá, mamã*. Vemo-la ainda na apreciação do tempo; o passado tra-

duz-se por uma reduplicação de que conservamos vestígios. No latim do de *dare* é no passado *dedi* (e assim *tetigi* de *tango*, *cecini* de *cano*, *fefeci*, arcaico, de *facio*, *steti* de *sto*). A reduplicação quer indicar o fato realmente realizado pela repetição.

No dialeto português diz-se *já come* por *comeu*.

A repetição é notória nos fenômenos duradouros e contínuos: *sussurrar*, *murmurar*, *ciciar*, *pipilar*, *cacarejar*, *balbuciar*, *cochichar*, *titilar*, *chuchurrear*, *quiquiriqui*.

Outra formação onomatopáica é a de ruídos fortes e ininterruptos, expressos pelos grupos imitativos *br*, *cr*, *tr*, *fr*; *crac*, *trovão*, *trom*, *trombeta*, *quebrar* (por *crebar*, *crepare*), *brotar*, *tremor*, *britar* (quebrar pedras), *broca*, *trilo*, *fragor*. Não é desarrazoado supor que esse habitualismo influísse pelo menos na preferência de outros vocábulos: *crime*, *trabalho*, *cravo*, *traquinas*, *brecha*, *gravar*, *pregar*, *flor por fror* e *fruto* (*rebento*).

É curioso notar que quase todas as palavras que se referem à garganta contêm a gutural – *g* – (= *gh*), como o poderiam atestar as vozes: *gago*, *guelras*, *goela*, *gole*, *garganta*, *engolir*, *glutão*, *gula*, *grito*, *gogo*, *grunhir*, *gralha*, *grasnar*, *gorja*, *gorjeta*, *gages*, *gorgomilho*, *gargalhada*, *gargarejo*.

Um pouco mais sutilmente podemos ajuntar ao influxo do *g* gutural: grego (como tipo de língua difícil, “isto é grego para mim”), gringo e gregotins (de *igrego*, *til*, últimas letras), *esgorouvinhar*, *esgravatar*, *gravata*, *galo*, *guri* (dialeto), *gumitar* (alteração de *vomitar*), *grude*.

Com um pouco de condescendência talvez, se relacione à garganta: a glória (em sua origem remota *kalla*, chamar com grito, em comum com *glossa*, língua e *gallus*), a graça (da mesma fonte de *garrido*, *gargallar*, voz e risada; *gracillare*, dizia-se dos galináceos).

Como vimos, em anotações já passadas, a palavra *fogo* foi preferida a *ignis* pela presença da sibilante *f* que, como o *v*, exprime o sopro: *fogo*, *vida*, *vela*, *fugir*, *fumo*, *favônio*, *facundo*, *falar*, *fábula*, e talvez *fama*, *fome*.

A ajuntar: filho (de *felare*, sugar, mamar) e assim também *fêmea*, de igual étimo, e fama (gr. *phemê*, tradição oral, voz pública).

Outro fato de observação é o constante consonantismo do *l* ou *fl* nas cousas instáveis: fluir, dilúvio, líquido, fio (filum), filtrar, lágrimas, lama, leite, lago, luz, linfa, lavar, lamber, floco, fraco (por flácido), lodo, além das palavras perdidas por alteração, *chuva* (pluvia), *flúmen* (rio), *chorar* (plorare).

Não seria excessivo ainda acrescentar em favor do *l* líquido: lascivo e lúbrico e lóbrego, que guardam até certo ponto o sentido de úmido, molhado.

A discrição é o primeiro cuidado a observar no estudo de tais origens. Uma onomatopeia característica, como, por exemplo, *trom*, começa por criar um habitualismo de derivações novas: *trombeta*, *trovão*, e depois vem a série de arremedos nasais: tom, bombo, bomba, zabumba, etc.

Assim, as derivações menos aceitáveis à primeira vista reduzem-se a imitações e ecos cada vez mais longínquos da voz e fonte primitiva. Nada, nestes casos, exclui o exame das etimologias, ficando entendido que a música de cada língua tem a sua harmonia tradicional e consuetudinária.

As pessoas mais rudes ou positivas não lobrigam essas sutilezas porque lhes falta aquele – *terceiro ouvido* – (das dritte Ohr) a que se refere Frederico Nietzsche, que é um sentido delicado e espiritual, a todo momento maltratado pelos maus escritores sem ritmo, sem tom nem som, na sua prosa ou poesia de pedregulhos.

ONOMATOPEIA INFINITESIMAL

Quando, há pouco, tratamos da onomatopeia, deixamos perceber que, além da imitação nos casos por assim dizer mais grosseiros e intuitivos, havia a tendência para os *harmônicos* dos tons fundamentais, equivalente a uma aproximação mais sutil, na preferência de letras e vozes ou palavras mais adequadas à expressão.

Deixamos para a anotação de agora, sem sair do mesmo tema, o valor semântico das letras, tomadas como simples elementos infinitesimais, quase inconscientes, e, todavia, ainda ativos na interpretação das ideias.

Em outra ocasião apreciei uma breve polêmica acerca do valor da expressão das vogais.

Realmente, os sons A E I O U não se compreende que sejam inteiramente inertes na formação das palavras. Para demonstrar essa atividade, basta considerar o fenômeno conhecido na linguística por *alternância vocálica*, o *ablaut* e *umlaut*, segundo os termos alemães familiares aos estudiosos da questão. Os franceses costumam traduzi-los com as palavras gregas *apofonia* e *metafonia*, respectivamente. No primeiro caso, há mudança da vogal como quando *fuge* e *destrues* de Camões substituímos por *foge* e *destrói* da linguagem corrente.

No segundo, altera-se apenas a tonalidade: *alamêda* e *alaméda*. Este é o caso mais comum nas flexões gramaticais.

Na escala do vocalismo, estabeleceu W. Koehler, segundo as medidas mais delicadas, que o U se produz com 260 vibrações, o O com 520, o A com 1.050, o E com 2.100 e o I com 4.200. Essa escala é de

vogais, porque o M – é mais grave que o U, e o F chega a atingir 17.000 vibrações e é a letra mais aguda que pronunciamos.

Sem questionar acerca do valor desses números, é inegável que tamanha variedade de tons e vibrações deve corresponder a intenções imperceptíveis e imanentes ao uso da palavra.

A verdade é que basta uma leve alteração da ideia para impor novas e diversas vibrações da voz.

O que nós chamamos *plural* ou *feminino* frequentemente não passa de matizes na morfologia dos vocábulos. Entretanto, é de observação constante que nesses casos a alteração vocálica se faz sentir com grande assiduidade: o *ô* se altera em *ó*, o *ê* em *é*, o *u* em *ó*, etc.

Parece que o U é realmente grave e lúgubre (luto, tumba, surdo), e que o I é agudíssimo, estreito (esguio, fio, grito), e esses são os extremos da escala vocálica.

Há, pois, uma misteriosa contaminação entre o som elementar e a ideia. Se não fosse verdade, para que alterar os vocábulos em composição?

Em certas formações de palavras negativas estava no gênio da língua latina alterar a vogal tônica: *inermis*, sem armas, *imberbe*, sem barba, *inoptus*, não apto, *inerte*, sem arte. E essa alteração da vogal sempre se observou nas palavras compostas, de *annus* (ano) *biênio*, *perene* (por todo ano), *solene* (cada vez, cada ano), *solerte* (de *solus* e *ars*). Por quê?

Essa alternância vocálica, como dissemos já, temo-la na prosódia das palavras mudáveis pela flexão dos plurais: *ô* = *ó*: *formôso*, *formóso*, *ôvo*, *óvos*. E também pela flexão dos femininos: *formósa*, *óva*.

Do fato originam-se dificuldades prosódicas e questiona-se habitualmente se se deve dizer *almóços* e *bólsos*, seguindo a regra habitual observada em *osso* e *óssos*, *carôço* e *caróços*. Um meio disciplinar adotado para alguns desses casos é conservar no plural a mesma vogal do feminino: assim, dizendo-se *espôsa* deve dizer-se *espóso*s e dizendo-se *bólsa* parece melhor dizer *bólsos*. Isto é apenas um conselho de retores e nada mais.

Nos verbos, a flexão altera o valor da vogal: parêço, *parêce*, merêço, *merêce*, dêşço, *dêşce*. Os portugueses em grande número pronunciam *esquêço* em vez de – *esquêço* – que é a prosódia normal e brasileira.

Contudo, dizemos todos, cá e lá, *pêço*, (pido), *rêzo*, *mêço* (mido), que se afastam da regra como igualmente se afastam *vêjo*, *desêjo*, *fêio*, por influxo do agudo *i* ou *j* da sílaba seguinte.

A flexão também sofre a alteração vocálica *i* – *é*: visto, *vêste*, sinto, sente, minto, mente. Semelhantemente, altera-se o *u* em *o*: – fujo, foge, destruo, destrói, – antigamente *destrue*, *fuge*, como ainda hoje *ruge*, *estruge*.

Essa alteração vocálica é outro tema constante de disputas gramaticais: premia ou premeia? odia ou odeia? incendia ou incendeia? etc. Apenas escapam ao litígio os pequeninos verbos: *mia*, *fia* e outros poucos.

Para os contendores contumazes, inventam-se sutilezas e raciocínios que explicam regra e exceção em cada caso.

Mas esse valhacouto de regras da gramática ordinária não passa de feios sofismas que se fundam na incompreensão do fenômeno.

Certamente, é difícil assinalar a razão dessas alterações, mas não é tolice imaginar que, correspondendo a vibrações mais ou menos numerosas, deixam de ser o puro arbítrio dos cartapácios gramaticais.

O que nos importa conhecer é que o *tom* da vogal altera-se com qualquer sentido novo ou matiz de sentido.

O – *a* – tem uma expressão muito pálida diante do – *e* – que soa com dobrada veemência. Daí a ênfase de *imberbe* em oposição a *barba*. Do mesmo teor é o *jantemos* por *jantámos* ontem (pron. normal: *jantahmos*).

Igual veemência é a do *é* – em relação a – *ô* –.

Por igual razão diz muito mais que *u*: foge, destrói. O som *i* é sonoro e agudo e por isso mesmo proferido em palavras que se relacionam à voz e ao som: *ria*, *assobia*, *mia*, *esfugia*, *rodopia*.

É certo que explicações de ordem são falíveis e contestáveis, mas despertaram o interesse dos fisiólogos e poetas que veem no vocalismo um grande recurso de expressividade.

Experiências foram feitas, numerosas, e embora sem resultados muito exatos e precisos, todavia com razoável aproximação. Se A, E, I, O, U representam uma escala de tons, e se de tons se compõem as palavras, como poderia ser indiferente o emprego desses elementos primordiais do vocábulo?

Na *Ursprache*, como dizem os alemães, na língua primeva, deviam ter as vogais, cada uma, o seu sentido adequado e decisivo. As próprias interjeições, que são sobrevivências, atestam que não é indiferente dizer *Ab!* ou *Ob!* ou *Eh!*

Assim parece, com toda verossimilhança.

XXXI

H'm

Escrevi, em outro capítulo, que a negativa era, em regra, uma expressão nasal. Não, ou nunca, *no* ou *nein* ou *nicht* ou *non* e entre os judeus *abin!* são vozes nasais. Parece que a boca reparte com o nariz o desejo e a expressão de repulsa. Os árabes dizem *la* e também *lam* e *lan*.

É, pois, uma onomatopeia sutil, já muito estilizada. Ainda mais o é a quase palavra *h'm* que não possuímos e que talvez seja difícil explicá-la com a nossa prosódia. Sucede que entre alemães e ingleses uma pessoa pensa em replicar, abre a boca com a aspiração *h'* e logo a fecha com a labial *m* e destarte não diz cousa alguma. Isso produz certa pequena sonoridade que podemos representar por *hum!* mas eliminando o mais possível a vogal *u*. Representa-se por *h'm*.

É a palavra que não se disse e que se queria dizer.

Observei-a aqui numa mocinha brasileira descendente de avós alemães. Não conhecia ela a língua alemã e naturalmente aprendeu esse gesto no convívio doméstico, transmitido por seus pais e avós.

H'm – também existe no inglês no diálogo familiar. Notou-a e colheu-a Jespersen numa peça dramática de Pinero.

É um gesto nasal.

Lembro-o agora a propósito de uma negativa popular em todo o Norte que me ocorreu num meu romance – *Recordações de D. Quitéria* – que uma excelente revista está reproduzindo.

Lembro-a, não porque seja apenas um gesto de feição nasal, semelhante ao *h'm*, germânico, mas porque saiu com erro tipográfico sob a forma – *não era* –, quando a expressão é:

– *Na era!*

Diz-se assim quando se nega uma conta de idade, alterada, como é costume entre pessoas vaidosas que não querem envelhecer.

– Fulana diz ter vinte anos...

– *Na era!*

Equivale a uma negativa menos plebeia que a da resposta – *fora os que mamou!* – igualmente de uso vulgar.

A negativa – *Na era!* – um pouco nasal, deriva de um fato histórico da cronologia portuguesa.

Os anos até o século XV contavam-se pela era de César, que principiou uns quarenta anos, precisamente trinta e oito anos antes de Cristo.

O povo e com ele os tabeliães e escrivães julgavam ser essa a *era* de Cristo; daí os erros numerosos de datas nos antigos documentos.

Uma lei de 1422 estabeleceu que não se devia contar pela *era* (de César) e sim pelo “nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Desde então, foi preciso na diplomacia e na história portuguesa corrigir todas as datas inspiradas pelo velho calendário juliano.

Acresce que os mouros, também numerosos em Portugal, contavam pela *Hegira* (pronuncie Hégira) que facilmente podia confundir-se com a *era* tanto melhor quanto vinha designada por – *era mourisca*. Aí o erro era de séculos!

De uma data errada, portanto, só se podia admitir a certeza se fosse “*da era*”, isto é, dado o desconto.

Esse costume passou ao Brasil e explica o sentido da réplica e resposta:

– *Na era!*

Nunca a ouvi no Rio de Janeiro, mas é provável que exista no interior onde se conservou melhor a tradição portuguesa. Nas terras do Norte é usual e ninguém, quase, a desconhece.

No *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral –, encontro o adjetivo – *erado* – no sentido de avelhantado ou velho: *bois erados*, bois velhos – a que se pode aplicar o lapso da *era* antiga.

Não costumo fazer correções tipográficas, mas essa envolvia o estudo histórico de uma expressão nossa, lançada e esquecida pelos conquistadores em grande parte do Brasil. Sem essa história, seria difícil ou impossível compreendê-la no seu sentido exato.

XXXII

TABU

A etnografia é uma espécie de aparelho telescópico: traz para bem perto de nós os fatos da remota pré-história.

Estudando a vida selvagem e bárbara por onde existe, descobre involuntariamente o nosso longínquo passado de que só guardamos algumas raras sobrevivências.

Dois dos grandes fatos apurados pela etnografia foram o *tabu* e o *totem*, e ambos deixaram influxos e vestígios na linguagem.

Examinaremos agora o *tabu*.

Esse nome é de origem polinésica e designa, em geral, as cousas proibidas. É uma expressão da magia, do feticismo e do animismo, enfim, das religiões das tribos mais rudes. Como é um fenômeno geral, verificável em todas as gentes selvagens de qualquer clima e lugar, a ciência adotou o termo como expressão generalizada para todos os povos.

Realmente, estudando a linguagem dos povos cultos e a sua civilização, descobrimos os restos que sobreviveram dos *tabus* da superstição antiga.

As línguas indo-europeias, como as semíticas, que são as que mais conhecemos e também são as mais cultas, atraíam o antigo costume que vedava o uso de palavras e de coisas sagradas ou infernais.

Entre os judeus não se podia pronunciar o nome de Deus: *Iaveh* e *Jehovah* são palavras simbólicas que ocultam o verdadeiro nome. Por igual, todos os nomes do diabo foram meros epítetos equivalentes ao *mau*, o *mentiroso*, o *inimigo*.

Outros vestígios na história ou no *folk-lore* atestam o receio de pronunciar certos nomes de animais. Entre romanos não se falava no *lobo* porque ele podia aparecer. Era uma superstição que passou às histórias infantis (*Lupus in fabula*) como passara a Loba do Capitólio, que era o *totem* maternal do grande povo. No provérbio – falar no mau, preparar o pau – este *mau* é o diabo, como é o da oração dominical mal traduzida (*Libera nos a malo* livra-nos do *mau* e não do mal).

O nome de Maria é também evitado por excessivo respeito. Examinamos já como as mulheres espanholas preferem a designação dos oragos nos nomes próprios: Dolores, Remédios, Rosário, invocações de Nossa Senhora. Assim o faziam polacas e húngaras.

O mesmo nome de *N. Senhora* ou *Notre-Dame* ou *Madonna* ou a *Virgem* é preferido naturalmente ao de Maria.

O mesmo sucedeu a Jesus e Cristo, que não são nomes batismais, sendo preferidas algumas derivações: Jesuína, Cristina ou Manoel que foi também nome de Jesus, em lendas primitivas.

Como não se pode jurar no nome de Deus, por facécia vulgarizaram-se ditos como o italiano *per la matina*, ou, *juro por dedo*, os franceses dizem *parbleu corbleu* (par Dieu, corps de Dieu), os ingleses em vez de *God* dizem *gog*; são todos esses casos exemplos de palavras ridículas e convencionais que traduzem, entretanto, o respeito pelo nome intangível da divindade.

Pelo norte do Brasil chamam ao diabo: o *cão*, o *canhoto*, etc., por um sentido oposto de terror e desagrado. Nas terras árticas o urso não é chamado pelo nome, mas por perífrases: o comedor de mel, o rei da floresta.

As doenças mais terríveis acobertaram-se com os nomes propiciatórios dos santos: mal-de-são-lázaro, mal-de-são-guido...

Os próprios sábios tiveram de mudar para – *avaria* – o nome, aliás moderno, da sífilis.

Esses *tabus* criaram grandes dificuldades para a investigação das palavras. Um fato que todos os filólogos registram nas línguas arianas é a absoluta disparidade de origens da palavra — *esquerdo*. O vocábulo, a cousa em si é evitada como desagradável e funesta. Cada língua tem o seu nome distinto: *gauche*, fr. que se liga a um radical germânico *walkan*, o inglês diz *left*, que é um particípio de *leave*, abandonar; o latim dizia *sinistra*, que entre nós designa defeito (sestro, sestroso) ou *scæva* (quase grego; lembre-se aqui da história de Mucio Scevola que deixou queimar a mão no braseiro) e essas duas designações latinas nem correspondem ao grego nem têm etimologia clara ou certa; o português e espanhol, em comum, dizem — *esquerdo* e derivam o termo do bascuense *ezquerria*.

Enfim, todas essas línguas romanas ou germânicas (no alemão, *link*) empregam palavras inteiramente diferentes, o que indica a repugnância a datar da forma primitiva.

Igualmente, foi-se tornando *tabu* o nome da mulher *errada*, apelidada geralmente com o mesmo nome antigo de virgem; por igual, *dirne* no alemão usava-se até designando Nossa Senhora, e degradou-se hoje. Em França, *fille* já não corresponde à decência de origem. É um *tabu* que se generaliza por todas as línguas cultas.

Enfim, o respeito sumo e o horror em extremo oposto criaram expressões proibidas.

Falamos de moléstias, acima. Ajuntemos aqui a verificação feita por Meillet e outros linguistas, que o *cego*, o *surdo*, o *coxo*, nas línguas arianas não acusam, como se podia supor, identidade nas respectivas origens. Os nomes eram evitados e cada estirpe da raça criou os seus designativos.

Essas interdições de palavras como a de alimentos (a carne de porco) remontam aos velhos *tabus* da tribo primitiva ou pelo menos ao costume de interdizer e evitar a designação das cousas divinas ou das cousas malélicas e odiosas.

São derivações do *tabu* as linguagens dos sexos em várias tribos (os Caribas falam *cariba* e as mulheres *aruak*, línguas distintas), os *calós*, geringonças de vagabundos, a *germania* (na Espanha) e certas gírias exclusivas da gente de *mala vita* na Itália.

No Brasil algumas expressões de gírias clandestinas correm já no uso geral: *muamba* (contrabando), *cáften* (rufião), etc.

XXXIII

TOTEM

O *totem* é como o *tabu*, de que falamos anteriormente, um fato geral de todas as tribos selvagens.

O homem primitivo convencia-se de um antepassado remoto de que supunha descender ele ou sua tribo. Esse antepassado era, ordinariamente, um animal, o *lobo*, por exemplo; os outros grupos ou tribos, como foi o caso do antigo Egito, tomavam outros avós: o gato, o rato, o crocodilo. Daí a adoração que tinham a esses animais, tidos como sagrados, espécie de divindades avitas que se confundiam no culto religioso.

Ao passo que a religião se tornava mais pura e espiritual, os animais iam descendo na hierarquia dos Deuses, mas conservavam-se ao lado das divindades maiores. É o caso do *rato* que acompanha o Apolo da Tróade, o Apolo Smintheus de Homero (o Senhor do rato).

Bárbaros e selvagens, na fase do animismo revelam essa teologia primitiva.

Na África, os Bechuanas repartem-se em Bacuenas, filhos do crocodilo; Bacuenenguas, filhos do macaco; Batalus, filhos do elefante, etc.

Cada grupo tem e venera o seu *totem*, o animal progenitor.

A palavra *totem* foi tomada a certas tribos aborígenes do norte da América e adotada por todos os etnólogos.

Começou a divulgar-se pelos fins do século XVIII, mas ainda nos primeiros tempos da conquista da América, o costume foi indicado entre os incas por um cronista de sangue incásico, Garcilano de la Vega, no século XVI: o nome equivalente a *totem* no Peru era *pacarissa*. Aí, como no Egito, na Grécia e alhures, os totêmicos figuravam ao

lado dos deuses como divindades tribais ou domésticas, vestígios do grosseiro culto, do animismo primitivo.

Na Grécia, Apolo Smintheus, como já vimos, segundo a *Iliada*, I, 39, representava-se acompanhado de um rato.

É pelo *totem*, primitivo animismo, que se explicam vários nomes de animais que ficaram ligados aos nomes de família: Lobo, Tigre, Coelho, Carneiro, Raposo, etc. Esses apelidos, hoje sem importância de conteúdo ou significação, foram determinados pelo animismo primitivo do *totem*.

É certo que os Lobos e Coelhos já não respeitam o seu sagrado *totem* e podem manducá-los ou exterminá-los serenamente. Esses antepassados problemáticos não inspiram agora nenhum temor de sacrilégio. Mas, não era assim.

O *totemismo* constitui a teoria ou hipótese explicativa em todos os povos das denominações: Hipócrates, Filipe contêm a palavra *hippos*, cavalo, de que foram derivados. Hipócrates é o domador, e Filipe o amigo do cavalo. São antigos *totens*.

O *lobo* (*lupus*) tem o correspondente grego em *Lycos*, donde se tirou *Licurgo*, o caçador de lobos.

O *lobo* nas línguas germânicas é *Wolf*, *ulph* e formou uma considerável família de nomes: Adolfo, o lobo nobre, Ataulfo, o pai lobo, Rodolfo, o lobo glorioso (abreviado em Raul): Ulfilas, godo.

Também as árvores por vezes eram *totens* e isso explica a enorme flora dos Carvalhos e Albuquerque (*quercus*, no latim, carvalho), Perceiras, Nogueiras, Oliveiras, Pinheiros, etc.

O *totem*, vegetal ou animal, indicando o antepassado, ao mesmo tempo designa o sangue comum e o parentesco. E esse é o sentido principal dos cognomes de hoje.

Entre os romanos Fábio (de *faba*), Catulo (de *catus*), entre os germanos e escandinavos os derivados do urso, *baer*, que vemos em Bernardo, Bernardino, Bjorn, Bern, etc., atestam o mesmo fato.

No Brasil, os índios tinham, cada tribo, o seu *totem*: uma o papagaio, outra o jaboti, outra a onça (os baicairis descendiam da onça-pintada), e entre os nomes de chefes encontramos frequentemente o de *Jaguar*, de *Piragibe* (espinha de peixe) e *Poty* (o camarão), e notados por Claude Abbeville. *Oyrapiue* (*ybira-yipi*, árvore seca), *Ouyra-essa-ouassou* (*guiráçá*, *guaçu*, olho do pássaro grande) e outros.

Fica entendido, já se vê, que esses fetiches pré-históricos nada influem hoje na escolha dos nomes e cognomes e não representam outra coisa senão os *survivals* de remotíssimo passado.

O estudo do *totem* está estreitamente unido à história da família, da *gens*, do *clã* e da tribo. E é realmente curioso que no estudo das lendas heroicas dos povos sempre aparecem os animais ao lado dos deuses e heróis, como o é o caso da *loba* que amamenta os fundadores de Roma, o pica-pau (*picus*), dado como criador dos Pícenos, o urso (*arctos*), pai dos Arcádios, e as metamorfoses de Júpiter em animais na sedução de Europa, Leda, etc.

Essas lendas aproximadas do que conhecemos nas raças americanas e oceânicas parecem indicar no *totemismo* a designação dos grupos humanos mais antigos e ao mesmo tempo explicar a extensão da exogamia na família primitiva, e, conseqüentemente, a guerra e o rapto das mulheres.

Temas de tal importância são muito árduos e complexos para o teor dos pequeninos estudos que, de caminho, apenas tocamos com discreta moderação os problemas antropológicos e só com o intuito de esclarecer as origens dos nomes.

FALSAS APARÊNCIAS

Relendo o que escrevi sobre os nomes de pessoas, pude verificar muita coisa esquecida que devia caber sem estranheza neste lugar.

Os neógrafos aconselham escrever sem *th* o nome de Theresa, já porque a forma antiga portuguesa é *Tareja* e já porque no espanhol Teresa, o nome da santa, basta para autorizar aquela grafia fonética. O fato, porém, é que o nome aparece pela primeira vez em Barcelona; batizou-se aí uma mocinha grega chamada Therasia por ter nascido na ilha de Thera (Santorim, hoje) e depois de convertida foi ela a esposa de São Paulino no ano de 390. Essa história pode tranquilizar os etimologistas que persistem em escrever *Theresa*, com o *th* do nome grego.

Os romanos tinham os nomes Maximino e Maximiano. Um imperador alemão, porém, aparece com o nome de *Maximiliano*, que nada tem que ver com os precedentes. O pai do imperador amigo das letras clássicas formou esse nome de dois outros, *Maximo* (de Fabius Maximus, o cunctator) e *Emiliano* (Scipio Aemilianus) e destarte criou a forma nova e compósita: Maximiliano, hoje vulgar.

Parece também a primeiro exame que *Regina* é o feminino de *Rex*, o rei. Assim, é conforme a noção que hoje damos à palavra.

Mas a verdade é que começou por ser um nome da mitologia germânica e escandinava: *Ragin*, o anão companheiro de Siegfried, a que se juntou o feminino Rajina ou Regina.

Também não é latino, mas franco-germânico o nome *Pia* (ou Bia), a abelha, designação e ideia que figura em outros nomes de abelha no grego, *Melitta*, no hebreu *Debora* e ainda no antigo alemão *Emma* e *Imma*.

Os germanos davam frequentemente às mulheres laboriosas e ativas o nome de abelhas, como supra, ou de formigas que se traduzem na expressão *Amala* (hoje, Ameise) em Amália, Amélia, Amalasunta e outros.

Susana é um nome bíblico e hebraico (Chuschan) que significa o lírio; a forma arábica da mesma palavra é *Sucen*, *Sucena*, *Assucena*.

Talvez o nome de mais variada prole seja o de Luís. Primitivamente foi Chlodwig, abreviado em Clóvis, rei dos francos. Depois Ludwig, latinizado em Lotichius (grego Lotychos) e Ludovicus, Alviso, Aloísio, Alois, Lutze, no inglês Lewes e Lewis, no italiano Luigi (contraído em Gigi); não precisamos aqui indicar as formas femininas He-loíse, Ludovina, Luísa (e com assimilação, espanhola, Lola).

Os acidentes morais e políticos desterraram nomes comuns e estimados. Em França ninguém depois de 70 queria ser *Guillaume*, em Portugal, depois do infeliz Afonso VI, o nome desapareceu da dinastia.

PAI E MÃE

Tivemos já ocasião de falar dos patronímicos como *Paes*, filho de Pelágio, Rodrigues, de Rodrigo, *Martins*, de Martinho, na onomástica proto-histórica portuguesa que tem hoje apenas valor arqueológico.

Cumpre lembrar agora que também existem metronímicos, isto é, nomes de herança materna, ainda que sejam raríssimos. Parece que em português Brites é um derivado de Brígida ou Beatriz e deve indicar a filiação. É, todavia, uma etimologia contestada.

O beato *Suso*, tão conhecido pela tradução de sua vida de Frei Luís de Souza, trouxe o nome materno, *Susa*. Os holandeses que trazem no apelido o prefixo *Ver*, indicam com isso a ascendência materna: Theodor Vernaleke, com esse nome indica ser filho de uma senhora Aleke.

O nome Webster é um feminino antigo *Wbst* e quer dizer a tecelã. Foi na origem nome materno.

No espanhol e também no português costuma aparecerem dois apelidos juntos pela partícula *e*.

Este fato indica o patronímio e o metronímio. Um espanhol ilustre, Francisco Pi y Margall, traz com o primeiro apelido o nome do pai e com o segundo o da mãe, como lembra a propósito Kleinpaul. A mulher espanhola com o casamento não perde o nome de família, transmite-o à prole, associando-o ao do esposo. Assim também na Alsácia e na Suíça: um Vogt casado com uma Maier, passa à prole os nomes conjuntos Vogt-Maier (Kleinpaul).

Temos alguns nomes ligados pela partícula *e*, e damos o exemplo que todos conhecemos – Medeiros e Albuquerque.

Creio que esse uso deixou de ter a expressão que tinha nos primeiros tempos.

Às crianças expostas davam em França certos nomes circunstanciais do tempo e lugar, *Dimanche* e *Champi* (achado no campo), daí o improprio português de “filho das ervas”, dado aos filhos de pais incógnitos. No Brasil dizem igualmente por inculto *filho da folha*, quando esta era o designativo honesto dos operários que ganhavam pela folha ou registro oficial.

ALOTROPIA

Os estudiosos de linguagem conhecem a concorrência de formas que derivam de uma só fonte original: são as *formas divergentes*, denominação portuguesa ou *doublets* da língua francesa. Exemplificando, o latim possuía a palavra *legalis* que corresponde a *legal*, segundo a lei, mas esse vocábulo é moderno e literário. A derivação primitiva foi – *leal* – e também se entendia segundo a lei. Dizia-se *ouro leal*, açúcar *leal* ou *lealdado*, puro, bem purgado de qualquer impureza. O fisco do outro tempo ordenava alealdar as mercadorias.

Entende-se, pois, que as formas divergentes, ordinariamente *duplas*, derivam da mesma origem: uma, transformada no correr do tempo ao nascer das línguas romanas; outra, transportada sem quase alteração pelo influxo da literatura. Desta sorte, ocorrem formas pares como capital e cabedal, medalha e mealha (mealheiro), meio e médio, litania e ladainha, palavra e parábola, cátedra e cadeira, tímpano e timbre, mácula e mancha.

São *formas divergentes* porque saindo da mesma fonte, em tempos diversos, receberam cunho diferente.

Algumas delas por muito curiosas merecem demorado exame.

O latim *copŭla* passou ao português antigo com a forma *cobra*, não o animal, mas a estrofe de alguns versos. Como acontecia por vezes haver nesses versos alguma maledicência – lançar ou deitar *cobras* (echar coplas, no espanhol), equivalia a dizer mal, injuriar, em verso.

Quando a palavra *cobra* (copla, versos) se confundiu com o nome do réptil, começou-se a empregar a frase *dizer cobras* no sentido de maldizer.

Mais tarde a frase alongou-se em – *dizer cobras e lagartos* de qualquer indivíduo.

Tratei desse caso nas *Frases feitas*, livro, ao que suponho, esgotado. A *cobra* não passava de uns versos satíricos “de maldizer”, como era de estilo e aparecem nos antigos cancioneiros.

Essa curiosa metáfora é conhecida. Lembramo-la agora para exemplificar a dupla expressão: *cobra* e *copla*, ambas do latim – *copula*. E também a lembramos para retificar uma curiosa passagem do dicionário de Moraes que diz assim:

“O vulgo do Brasil crê que há *cobras mandadas* por feiticeiros a morder alguém, e figuradamente chamam *cobra mandada* o sujeito que algum inimigo insinua a vir-nos fazer algum mal, empecer-nos, provocar-nos a mal”, etc.

Percebe-se o engano do lexicógrafo.

O Brasil aí apenas, como em outros casos, conservou a forma antiga *cobra*, versos satíricos, confundindo a palavra com a outra que designa a serpente (*cobra*, de *colubra*). E por isso a expressão atraiçoa a verdadeira origem: *cobra mandada*, entende-se, enviada por escrito, e assim se chamavam as *cartas mandadas* ou *mandadeiras*, que ainda têm algum uso com esse mesmo epíteto.

É possível ainda explicar que o sonho com *cobra* que anuncia a gravidez da mulher venha da forma originária *copula* e não da consideração do réptil. O folclore poderá esclarecer o caso.

O vocábulo *zéfiro* de uso poético é, logo se vê, um termo da mitologia grega.

Esse vocábulo foi por mero artifício adotado no latim medieval nos tratados de ciência como tradução razoável do árabe *cifr*, que nos deu *zero* e *cifra*, ambos com o sentido de coisa nenhuma.

Os árabes, cultores quase exclusivos da matemática, no período da Europa barbarizada, acharam a palavra *cifr* como expressão da forma circular que se depara em algumas tábuas de Ptolomeu, nas quais a letra – ó – re-

presentava a ausência de qualquer valor e era tomada por abreviatura à inicial de um termo grego (ouden = nada). Assim a letra tornou-se símbolo e também palavra, *cifr*, zero ou *cifra*, nas línguas modernas.

Em português, o sentido antigo de *cifra* era o mesmo de zero, conforme pode ver-se em Bluteau, mas, por uma antinomia que não é rara, passou nos tempos clássicos a ter o sentido oposto, de totalidade, como em Rodrigues Lobo: “Seja isto uma *cifra* do que se pode dizer dos seus poderes.” Exemplo colhido pelo mesmo Bluteau.

Citamos acima as duplas: *timbre* e *tímpano*. Os gregos deram o nome de *tímpano* a um instrumento marcial dos persas em que se martelava uma placa metálica, a modo de tambor de guerra. A forma *timbre* é de origem francesa, e temos ainda de igual fonte: timbales e atabales, usados na guerra com o mesmo intento que os clarins e trombetas.

Para mostrar a fecundidade das formas divergentes, bastaria citar as derivações da palavra *romano* nas línguas modernas: romano (correspondente a *romain* et *roman*) romance, nome da língua (originariamente um advérbio; *romanicé* = a moda romana) *romão*, forma medieval, *rumes*, nome no Oriente dado aos ocidentais; *romande* (Suisse *romande*), *rumeno* (da România), *romanbol* (da Romanha pontifícia) e por deplorável confusão *romaico*, que é o grego moderno e nada tem que ver com a România ou Rumênia; *romã*, fruta da romeira, *romance* e *romanza*, cantiga e poema, em língua romana, *romana*, balança (palavra duvidosamente de origem arábica).

Exemplo de contágio regressivo é o de *marrano* com o sentido de porco ainda novo (pois eram chamados injuriosamente de *porcos* os judeus e mouros), quando o epíteto tomado ao árabe pode só significar o excomungado.

Na língua brasileira por vezes duas formas, uma tupi outra africana, confluíram simultaneamente em certos vocábulos: *quilombola* (afr.) ou *canhembova* (tupi), *caatinga* (tupi) e *catimba* (africano). São formas *convergentes*; procedem de fontes diversas.

XXXVII

APÓLICE

Não sei até que limite podem agradar ao leitor comum as questões de origem das palavras.

Creio que é possível satisfazer à curiosidade do maior número, evitando o abuso de vozes técnicas, por vezes enfáticas e pedantescas, quando é possível e razoável dispensá-las.

É uma glosa e comentário às anotações que escrevi sobre a moeda primitiva da nossa civilização latina, toda rural: a “pecúnia” e “pecus”, o gado, no tempo das trocas em cousas da natureza.

Talvez à memória dessas antiguidades se relacionem as “peles” e “pelegas” da gíria moderna conforme a sugestão de Constâncio Alves.

Vamos falar de vocábulo mais culto.

A palavra – “apóllice” – de uso agora tão vulgar, suscitou em certo momento uma questiúncula curiosa acerca de sua derivação.

Em outro tempo, nos começos do comércio de grande curso e intercâmbio de mercadorias, apareceu o instituto e a palavra – “polícia” – para indicar um título de seguros contra riscos e perdas possíveis.

Os transportes eram então cheios de riscos; por terra os fidalgos e senhores exerciam um banditismo irrefreável; daí nasceram as caravanas armadas, e as feiras que se reuniam para defesa comum.

Pelo mar, principalmente os italianos combatendo os piratas faziam o trato do Mediterrâneo e acharam essa fórmula e título de segurança comercial a que chamaram “polizza” e assim o diziam os provençais, “polissa”.



Os franceses adotaram a forma – “police” – que veio trazer enorme confusão aos primeiros investigadores de origens verbais.

De fato, “police” ou “polícia” era uma voz já conhecida e tomada à cultura greco-latina: queria dizer o governo da cidade (politeia), a ordem pública.

Tão convizinhas e semelhantes as duas expressões, era natural que as identificassem em um só termo, imaginando que o instituto judiciário era a mesma coisa que o contrato de seguros.

E aí estava o erro. A “polícia” governo da cidade (politeia) nada tinha de comum com a “polícia”, título de seguros.

Esta última provinha igualmente do grego – “apodeixis” – que desde a ínfima latinidade dizia-se “pollice”, bula que era a prova ou recibo de contribuição para segurança do contribuinte.

Destarte nas línguas modernas confundiram-se as duas formas gregas já apontadas numa só expressão: polícia, polissa, police, e no inglês “policy”.

A acentuação francesa dificultou o exame da palavra que se pronuncia: pólice ou pólissa, como era no italiano, segundo Torreano e Florio.

Frederico Diez e, depois dele, Koerting afirmaram sem fundamento que a nossa língua portuguesa não possuía a palavra. Evidentemente foram desorientados pela expressão comum – “polícia” – das línguas romanas. O português, porém, foi mais fiel à origem grega e em vez de pólice diz – apólice.

O vocábulo grego “apodeixis” latinizou-se em “apodixa” e “apódissa”, como aparece em Ducarge e nos glossaristas medievais, tendo sempre o sentido de título ou recibo de contribuição em moeda.

Quem primeiro mostrou que a Diez e Koerting não assistia razão, excluindo o português da difusão geral da palavra, foi o professor W. Skeat, nas suas interessantes e eruditas anotações de etimologia inglesa.

Os espanhóis pronunciam “policía” a palavra que, entre nós, corresponde a “policia”, mas possuem outro vocábulo, “póliza”, que tem o mesmo sentido e acentuação de “apólice”.

Deste modo, duas palavras gregas, inteiramente distintas, “apodixa” e “politeia” vieram confluír em uma única expressão “poliza” ou “police” ou “policy” nas línguas modernas, exceto na língua portuguesa, que guardou feição mais helênica dizendo “apólice”.

Essa é a origem da “apólice”.

Entretanto, seguindo um pouco de longe o conselho camoniano (IX, 93), o melhor é não discutir da origem das apólices sem o mérito de as possuir.

Graças a Freud, os pobres no seu mundo inconsciente guardam tesouros maravilhosos que por vezes escapam em frioleiras verbais e em sonhos de ouro em papel.

XXXVIII

GRANADECES

Examinei, de outra feita, como a riqueza e a moeda se originaram dos rebanhos e dos cereais, formas primevas da propriedade e da fortuna privada.

Os termos “pecúlio” e “pecúnia” (de “pecus”, gado) ainda hoje representam os “survivals”, os remanescentes dessa concepção primitiva. Outras expressões viveram em seu tempo que desapareceram do uso.

Vamos estudar uma dessas sobrevivências que só se deparam na literatura arcaica.

O Padre Augusto Magne, que conheci na Academia, é um dos grandes estudiosos da filologia e acaba de publicar vários excertos anotados do poema – “Cantigas de Santa Maria” – de Afonso X, o sábio.

O rei-trovador escreveu estas famosas “cantigas” no século XIII em dialeto galego-português. É, pois, um grande autor, como foi Dom Dinis, da época medieval dos nossos trovadores.

A edição do Padre Magne que será reduzida a livro é a primeira tentativa nacional, portuguesa ou brasileira, da vulgarização do poema em louvor da Virgem Santa.

Num dos seus excertos alude-se à Virgem que abate os corações soberbos e ao mesmo tempo eleva os humildes.

... provezendo
Tas santas “granadeces”,

quer dizer “argumentando as tuas santas excelências”, diz o poeta.

Assim explica o Padre Magne, em nota, apontando outros exemplos do poema em que ocorre a palavra “granadece” sem, todavia, nos dizer donde ela se formou.

E é o que vou explanar agora.

A palavra “granadece” deriva de “granado”, por sua vez derivada de “grano” = grão.

Uma messe “granada” era a messe já em grão e, portanto, valorizada, de grande preço.

A “granadece” é a preciosidade e excelência ou perfeição.

No antigo livro de “Buen Amor” do Arcipreste de Hita que é do século seguinte ainda encontramos o termo.

De comienço “chico” viene
“Granado” fecho.

Isto é, de um pequenino começo vem um feito acabado ou grande, perfeito, excelente.

O anotador do Arcipreste de Hita, na minha edição (“de la Lectura”), é o saudoso Cejador y Frauça que junta em nota:

“Hecho granado”, perfectó, bien en sazon, com la mies que granó bien.”

E ainda o exemplo que atesta como evoluiu o sentido primitivo para o de grande:

“Ni presentes ‘granados’ ni pequeños” – “Orden. ‘Sev’. II”.

Destarte, vê-se que o grão nas searas é o símbolo da riqueza e do valor.

Um cousa “granada” é a que atingiu o seu máximo valor. E daí natural significação que se deve dar às “granadeces” da Virgem Santa, isto é, o preço “paramount”, de suas excelências e virtudes.

É evidente que das cousas rurais é que se tirou esse conceito da perfeição, grandeza e valia.

A palavra parece acusar um dos espanholismos arcaicos das “Cantigas de Santa Maria”, escritas em português pelo rei de Castela e

Leão. A forma portuguesa de “granado” seria “grado” e não é difícil descobri-la. Os lexicógrafos registram-na de envolta com “grado” (lat. “gradus”, passo, degrau), tal se vê em “de bom grado, mau grado”.

Com o sentido de valor, vemo-la com escritores antigos quando dizem a propósito das justas e torneios: o cavaleiro ganhou o “grado” (o prêmio) como está numa abonação de Morais.

Viterbo registra este exemplo da Crônica de Afonso V: “Venceu entom o ‘grado’ que foi ua rica ‘copa’.”

Assim, recapitulando essas considerações de “grano” ou “grão”, formou-se “granado” ou “grado” e por fim “granadece”, com o sentido de riqueza e perfeição.

É certo que, com as acrobacias fonéticas de que abusam alguns etimologistas, poder-se-ia tirar “grandeza” através de “garandeza”.

Tudo isto poderia passar como razoável se não fosse absurdo tirar “grande” de “granado”. Portanto, a série normal é “grano”, “granado” e “granadece”, exemplificada na literatura antiga.

O intuito dessa anotação é o de apenas ajuntar mais um caso semântico em que a ideia de valor, preço e riqueza deriva dos rebanhos e dos campos. Foi dessa origem bucólica que nasceu a moeda universal.

GAÚCHO

As palavras americanas, quase todas de uso moderno, sendo moderna a América, oferecem, entretanto, não raras vezes problemas que desafiam inutilmente a perspicácia e agudeza dos melhores engenheiros.

Uma, muito nossa conhecida, pode servir de exemplo característico dessa difícil indeterminação.

É a palavra “gaúcho”.

Devia ser fácil de lhe entrever ou achar a verdadeira origem. No entanto, não há outra que tenha proporcionado tantos disparates e tanta incerteza aos mais hábeis investigadores.

Desde logo, ninguém sabe ao certo se é um vocábulo indígena ou se é transporte europeu adaptado a um fato americano. E nessa vacilação fundam-se as mais estranhas hipóteses.

O “gaúcho” é o habitante quase nômade da vasta planície platina de um lado e de outro do grande rio. É argentino, é uruguaio e é brasileiro. Em toda a extensão o “gaúcho” é quase internacional, tipo étnico, branco ou mestiço (mas frequentemente mestiço de sangue indiano); não é, todavia, pelos seus caracteres étnicos que ele se define, mas diversamente pelo seu viver errante, de aventura sem pouso certo. Pelo menos era essa a condição primitiva.

Depois de formada a população de “gaúchos”, os cronistas mais antigos deram-lhe o nome de “gaudérios”, palavra, sem dúvida alguma, latina, a qual, de algum modo, caracterizava esses homens sem lar, alegres, cavaleiros errantes, amigos de beber e folgar. Por esse tempo

nada testemunha a existência da palavra “gaúcho”, desconhecida dos cronistas primitivos.

Daí, a presunção e hipótese de que “gaúcho” seria uma derivação de “gaudério”, coisa difícil de acreditar.

“Alfana vient ‘d’equus’ sans doute”, dizia o autor do famoso epigrama.

Realmente, as duas palavras só têm de comum a sílaba inicial “gau” e ainda assim só para os argentinos, que pronunciam “gaúcho” em vez de “gaúcho”, pronúncia oriental e brasileira.

O sr. Arturo Costa Alvarez reuniu 25 etimologias de autores grades, numa curiosa e interessante monografia recentemente publicada e que teve a gentileza de enviar-me, a meu proveito.

Essas 25 hipóteses são todas entre absurdas e tolas e inaceitáveis, no melhor caso.

Tais desse último feitio as de Rudolfo Lenz e Paulo Groussac, ambos notáveis, um como filólogo, outro como historiador e crítico de grande cultura.

Ninguém acertou, ninguém convenceu; e o “gaúcho”, com a rapidez e habilidade que lhe é própria, evitou a operação “in anima vili”.

Uns dizem que “gaúcho” vem do guarani “huachu”, palavra inventada por alguns curiosos.

Rud. Lenz diz um pouco ceticamente que o étimo araucano “cachu” talvez possa servir... mediante alguns “passes” fonéticos.

Groussac prefere “gaudério” através do hipotético “gauderucho” com perdas formidáveis nas sílabas centrais.

Vicente Rossi faz conjecturas.

Na Argentina, houve e ainda há uma “literatura gauchesca” que corresponde mais ou menos ao sertanismo das nossas produções regionalistas.

O “Martin Fierro” é uma epopeia gaúcha que agrada a muitos paladares argentinos, como entre nós os versos de Catulo Cearense. É um

gênero pseudopopular, semiculto ou semibárbaro que se aproxima talvez de uma mistificação.

Não quero, com isso, diminuir a sinceridade de semelhante literatura que flui entre duas águas.

Como quer que seja, o “Martin Fierro” é uma gauchada popular ou popularizada pelos instintos do nacionalismo ou do modernismo platino.

O fenômeno é menos obscuro que o do “gaúcho”, que continua a suscitar o engenho dos etimologistas.

Essa mesma literatura será um incentivo constante para a pesquisa do vocábulo que a define nas histórias literárias.

Voltando ao vocábulo “gaúcho”, recomendo que leiam a monografia de Arturo Alvarez, onde há muito que meditar e que aprender, tanto mais agradavelmente quanto é escrita com elegância e suavidade.

Intitula-se – “Las etimologias de gaúcho” – e é de encantadora brevidade.

AINDA O GAÚCHO

A palavra – “gaúcho” – que tanto nos interessa, pois que designa, quase como nome gentílico, os rio-grandenses, deve ainda ocupar-nos por alguns minutos.

As vinte e tantas etimologias achadas ou inventadas pela fecunda imaginação dos estudiosos são lamentavelmente falsas e incapazes de traduzir qualquer resultado definitivo.

São meros jogos de diletantismo.

De todas elas, cumpre-nos, entretanto, distinguir duas hipóteses, ou conjecturas, que trazem a seu favor a autoridade incontestada de dois nomes respeitáveis.

Um desses nomes é Rudolfo Lenz, o outro é Paulo Groussac.

Rudolfo Lenz é um filólogo de origem e de educação alemã que tem já produzido trabalhos notáveis da filologia espanhola e americana. É o presidente da – “Sociedade de Folcloristas chilenos” – à qual imerecida e obscuramente pertencemos, por graça e camaradagem de amigos que se entretêm com os temas do folclore.

O professor Rudolfo Lenz tem estudado, com grande afincamento, provento e penetração, a língua araucana e seu influxo na linguagem de Chile, sendo por isso grande autoridade filológica na matéria.

Dele é a sugestão de que a palavra – “gaúcho” – provenha do araucano “cachu” ou talvez “cauchu”, como chamam os índios da região ao “gaúcho”. O “cauchu” é sinônimo de esperto, fino, arteiro e astucioso, e essas qualidades convêm de algum modo ao cavaleiro errante dos pampas. Mas, tem algumas vacilações diante de certas dificulda-

des fonéticas e sugere que as formas colombianas “huacho” ou “gualcho” tenham confluído com aquela primeira “cauchu”.

Tudo isso é difícil de aceitar por falta de elementos e testemunhos históricos que corroborem a conjectura.

Há muita obscuridade na argumentação.

Como se está vendo, essa hipótese de R. Lenz é, contudo, uma das mais razoáveis em falta de outras.

O segundo escritor de autoridade a que me referi é Paulo Groussac, o erudito historiador e crítico, diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

É um nome assaz conhecido e para o qual não necessitamos inútil e supérflua recomendação.

Paulo Groussac não é propriamente um filólogo, mas a sua vasta cultura literária basta para que não o consideremos estranho a pesquisas de qualquer espécie.

A princípio, em 1893, em conferência no Congresso Universal de Folclore, reunido em Chicago, sugeria o étimo “guacho”, palavra incásica que também existe no sul do Brasil. Chamamos “guachos” os animais desamparados que são criados longe das mães, pelo cuidado de outras que não a sua.

É um termo que todos os criadores conhecem.

Paulo Groussac admite uma possível metátese que fizesse de “gualcho”, “gáucho”.

Não é fácil a hipótese tanto mais quanto as duas palavras coexistem no mesmo “habitat”, e, segundo afirma Costa Alvarez, não há exemplo dessa transformação fonética no castelhano.

O próprio Groussac acreditava tão pouco na sua conjectura que mais tarde engenhou outra, em verdade pior: “gauducho” de “gaudério”...

Não convém prosseguir.

A verdade é que tanto a hipótese de Lenz como a de Groussac absolutamente não satisfazem e deixam o problema, como estava, sem solução alguma.

A interessante monografia de Costa Alvarez, que reúne os vinte e cinco (fora as repetições) étimos, termina com uma série de reflexões históricas que podem servir de orientação aos pesquisadores futuros.

Um estudioso alemão, Frederico Sommer, envia-me de Lausitz uma conjectura nova tomada ao vascuence.

O problema continua insolúvel.

XLI

AS TERRAS

Os nomes de lugares, cidades ou países, lembram geralmente aspectos e acidentes naturais, quando não recordam alguma curiosidade da história e da lenda.

Os antigos imaginavam heróis epônimos para as cidades e para os povos. Assim para a fundação de Roma imaginaram um certo Rômulo, que foi o primeiro rei. Da Lusitânia é responsável eponímico um *Luso*, companheiro de Baco. O nome de Lisboa podia lembrar o de Ulisses, que peregrinou pelos mares clássicos até o rio Oceano. *Olisipona* ou *Ulyssipo* crismaram posteriormente na lenda a povoação céltica ou ibérica que os romanos conheceram.

Personalizar, antropogeizar constituía a fórmula de todas as lendas de fundação.

Em certas crônicas antigas e nossas, *Tupi* e *Guarani* são dois irmãos, pais de imensa prole.

Estudamos já alguns aspectos das origens de várias denominações geográficas. Não intento repeti-las. Queremos apenas insistir, a outras luzes, na tendência a fixar um acidente natural, como orientação rudimentar dos vocábulos.

O nome *Finisterra* designa adequadamente um promontório, o *cabo* da terra, e com o mesmo sentido e intento há o *Landsend* (o fim da terra) na corografia inglesa.

Os índios do Brasil seguiam idêntico método com as suas designações y (rio) *pe* (caminho ou passagem), etc. *Tape*, *Jacuype*.

A expressão vernácula *Entre-Rios* é literalmente a mesma dos gregos *Mesopotâmia*. O nome *Coblentz* pareceu latino *confluentia*. A antiga *Trinacria* lembrava a forma triangular da Sicília.

Enfim, seria de nunca acabar a relação de nomes geográficos que recordam o relevo, a forma e tradição épica dos lugares.

Constantino, o imperador, queria que a sua capital do império no Oriente fosse a nova Roma (*Rômê Nea*) e assim mandou esculpir em mármore. Os seus pósteros, lisonjeadores, preferiram denominar de Constantinopla (cidade de Constantino) a povoação que se levantou no sítio da Bizâncio.

Na época dos descobrimentos apareceram *Nova York* (antes Nova Amsterdam), *Nova Orleans* e hoje estamos quase esquecidos de que houve uma *Nova Espanha*, que era o México.

Cartago (de *Cart*, cidade) é a cidade nova em relação à *Utica* (utik, atikvelho), que foi o primitivo núcleo dos fundadores fenícios. *Nápoles* (Neapolis) é a cidade nova em oposição a *Palaepolis*, cidade antiga, dos gregos.

A variedade dessa riqueza toponímica é inumerável. Ora uma *cidade* é branca e chama-se *Belgrado* (*bjel* em eslavo e *grad* correspondem a branco e cidade), ora é vermelha pelas suas telhas e torres *Alhambra* (*abmar* e *hamra*-vermelho), ora é negra a floresta (Schwarzwald) como é branca *Alba*, latina, o Líbano, hebraico (*eban*-branco) e *Winchester* (de origem céltica, *win*, *guent*-branco).

O nome *Stambul*, que os turcos e árabes deram a Constantinopla, deriva de uma frase grega mal pronunciada: Constantinopla era a cidade por excelência, como Roma era a *urbs* do império, da frase — à cidade (vamos à cidade) *eis tén polin*, os árabes fizeram Estambul e habituaram-se a esse modismo.

Negroponte é outra formação análoga. O lugar denominava-se Egrippo, do antigo estreito Euripus. O *N* inicial explica-se por idêntica frase *eis ton Egrypón*. Os navegadores venezianos apelidaram a escala de

n'Egroponte ou Negroponte, da geografia moderna, desde o tempo das caravelas venezianas que traficavam no Mediterrâneo.

No antigo Brasil apareceram etimologias burlescas sob a forma de frases, como *Olinda* (Ó linda!) *Maranhão* (mar? ah não) que ninguém tomou a sério. Entretanto, muitas vezes representam compostos curiosos que entraram na nomenclatura geográfica: *Itapuan* (pedra redonda), *Pernambuco* de *Paraná-buc* (onde o mar estoura), *Niterohy* (escondida-água) e numerosíssimos outros.

XLII

ANALOGIAS

Os fanáticos das leis fonéticas desdenham com fingida altivez as derivações populares.

A evidência das deturpações populares entra pelos olhos ou antes, pelos ouvidos. Mas, os fonetistas recusam terminantemente qualquer condescendência...

Ficam nos seus coturnos.

Enchem a boca com as leis imutáveis, mas desde algum tempo essa inflexibilidade ficou desmoralizada e reduzida com o progresso dos estudos de palavras aliadas às cousas, *Woerter und Sachen*, e com a entrada em cena da geografia linguística e da dialetologia.

Houve, pois, que endireitar alguns tortos e não insistir demasiado nos rigores dos *neogramáticos*, hoje antiquados inimigos das exceções. Por esse tempo das leis inflexíveis, Gonçalves Viana, sábio sem dúvida entre os que mais o eram, comprometera-se aprovando uma conjectura de Júlio Moreira, que tirava o dito popular *uma tuta-e-meia* de certa moeda africana e sem curso na Europa, a *macuta*, alterada adrede para *macuta e meia*.

Não quis de modo algum convir com a explicação que propus mais tarde, tomada a uma frase ouvida no início do sacrifício da missa:

– *Introibo ad altare Dei* (diz o padre).

– *Ad Deum* (ajunta o sacristão), *ad Deum qui loetificat juventutem meam*.

Em geral o sacristão engrola o latim e só deixa ouvir bem as últimas sílabas:

– *Tutem meam...*

E como o sacristão é o que menos ganha, a *tute mea* simboliza o pagamento insignificante por qualquer serviço. Serviço de sacristão.

Entretanto, a suposta origem *macuta e meia* tinha contra si o nome de moeda quase desconhecida na mesma Europa, a supressão da sílaba *ma* e a transformação da gutural *c* em *t* (*cuta = tuta*), cousas essas inverossímeis, senão absurdas e até antifonéticas.

Mas, convinha sustentar a palavra e alegar a prosódia *tutê* e *méão* para dificultar o pobre latim do sacristão.

O texto da missa, aliás, já havia fornecido outras derivações humorísticas e populares conhecidas: “*quod ore sumpsimus*” ao beber pelo cálix, que se tornou o *codório* do linguajar plebeu.

Há, sem dúvida, etimologias cômicas que repugnam a quaisquer leis e princípios. Conhecemos a *missa de libra e meia*, que é a de *libera me*, e outras deteriorações do latim clássico ou macarrônico, preferido para semelhantes e numerosos dislates que enchem o anedotário popular.

O inglês procede por iguais métodos na adoção da língua francesa, e *chover gatos e cães* (*rain cats and dogs*) dizem que vem de *catadoupes*, o que parece realmente incrível.

A deturpação fonética mais sensível verifica-se nos nomes ou nos sons intraduzíveis segundo o nosso alfabeto.

A voz dos pássaros, por exemplo, não se coaduna com as articulações da linguagem humana. Representa sonoridades de outro grau, inexpressíveis pelo alfabeto.

Daí as variedades de nomes que se fundam no gorjeio das aves e que dependem em cada povo do ouvido que as apura.

Para nós, o *bem-te-vi* parece dizer essas três sílabas assaz significativas. Os argentinos, que conhecem a mesma ave, ouvem-na dizer: *Bien te veo!*

Quase coincidimos no apelido; *veo* (vejo) ou *vi* estão muito próximos.

Mas o povo do interior daquela República conhece a ave com a denominação de *Pitojuan*, que é já uma onomatopeia assaz remota: é o João que assobia.

Essa forma, todavia, deriva do nome guarani do mesmo pássaro: *puítaguá*, conforme o registrou Felix Azara. O *puítaguá* é o parente mais próprio do *Pito Juan*.

Não é mister muito trabalho para os identificar, foneticamente.

O *saci-pererê* do Brasil é o *yaci-yaterê* do Paraguai, com a mesma lenda fatídica que varia em torno da ideia da morte.

Bem se vê que em todos os casos dessa natureza seria esdrúxula cousa apelar para a fonética, onde ela não cabe e donde sairia malferida.

Para significar o silêncio, que nunca é absoluto na floresta cheia de ruídos apagados e longínquos, o índio achou um termo admirável — o *kiriri*.

Os ruídos naturais não são alfabéticos, nem musicais; produzem-se segundo vibrações próprias e inefáveis.

O povo procura imitá-las quanto pode e às vezes com êxito.

Entre as gentes do Norte, nas festas de S. João, chamam *jabu* ou *xabu* a explosão do *busca-pé* quando malfeito ou mal temperado. *Xa* ou *já* expressa o ruído da escorva e *bu!* a explosão, por vezes perigosíssima.

Esse é o único método de articular os sons da natureza.

A nossa palavra *turumbamba*, que tão bem expressa o conflito de pessoas, barulho e desordem, acomoda-se perfeitamente à fórmula de Schuchardt (*Brevier*, 185):

$$\textit{Explosiva} + r + \frac{o}{u} + \frac{n}{m} \left(+ \frac{t, d}{b} \right)$$

como *trambolhão*, queda ruidosa, *tarampantão*, voz do tambor.

XLIII

ONOMATOPISMO

Continuando as reflexões anteriormente feitas, não nos parece inútil apresentar alguns exemplos clássicos e antigos da onomatopeia.

Gil Vicente, nas suas farsas e comédias, oferece algumas onomatopeias vulgares.

De chamar:

Hio! bio! barca...

Rachador d'alverca, *hu ha!*

I, 222.

De apressar:

Hufa! bufa !

A la fiesta!...

II, 103.

A primeira *bio!* aproxima-se do uso moderno *psiu!* ou *chio!* muito mais que a forma clássica de quinhentos e seiscentos *cê! cê!* que ocorre com grande frequência nos escritores daqueles dois séculos.

Onomatopeia mais curiosa é a que achou Gil Vicente para rima da palavra *mãe*, então impossível no seu tempo:

Hã! hã! hã!

.....

Ah! Pesar de minha *mãe*.

III, 16.

Hã ou *ãe* é a voz de cães perseguidos, como se figura na farsa de *Quem tem farelos*, e é a única rima que nos depara a literatura quinhentista.

Gil Vicente pronunciava como nós brasileiros diferentemente dos portugueses de hoje que rimam *mãe*, *também* ou *tem* (*tambãe*, *tãe*).

Por outros índices, assaz expressivos, sabemos que a prosódia brasileira é a mesma do século de quinhentos.

Gonçalves Viana fez notar que vários versos de Camões só com a prosódia brasileira podem considerar-se corretos.

Em Camões *merecer* e *deante* são palavras de três sílabas, como entre nós brasileiros. Na poesia portuguesa de hoje têm apenas duas sílabas e nenhum poeta se julga obrigado a recorrer à onomatopeia *ãe!* para achar a rima de *mãe*, como o fez Gil Vicente.

Além dos casos, por assim dizer, de imitação *direta* e *mediata*, há as onomatopeias seguramente mais delicadas e formosas que resultam de combinações de vozes, consonâncias e ritmos adequados à expressão literária mais sutil do pensamento.

Sirva de exemplo o verso do soneto de Camões em que traduz o *chilrear* ou o *pipitar* do passarinho, com o concurso da sibilante *s*:

Está o lascivo e doce passarinho

Análogo efeito produzem os *rr* que ocorrem no verso:

Bramindo o negro mar de longe brada

Lus. V, 38

Os exemplos dessa espécie poderiam ser fartamente abonados em prosadores antigos e modernos. Muito é de ler-se o capítulo das interessantes *Notas e Perfis* (série quarta), onde Laudelino Freire reúne copiosos exemplos, escolhidos e comentados com acerto.

Convém não esquecer que a onomatopeia, assim como todas as vozes interjetivas, contribuem largamente para a criação das palavras.

Otto Jespersen, aludindo ao influxo da linguagem infantil, reproduz e de qualquer modo autoriza a opinião de que o francês *feu*, embora derive de *focus*, foi palavra influenciada pelas consoantes *ff*, que exprimem o sopro tão apropriado a espevitar a chama da lareira.

Não é disparatada a analogia entre o *bau bau* infantil e o *bund* alemão, vozes que designam o cão e têm nas origens formação idêntica.

Os vocábulos *arrulhar*, *berrar*, *urrar*, *enxotar* são vozes onomatópicas que perderam o sentido interjetivo *ru! bé! ub! xô!*

O *ru-ru* ou *rô-rô* ainda aparece nas cantigas de acalantar, nas *berceuses* do folclore infantil.

Ru, ru! menina, *ru, ru!*
Morram as velhas e fiques tu.
Gil Vic. II, 26

Para *enxotar*: *xô, chi e cha*. Assim uma pastora a tanger o gado:

Cha! cha! cha! reira de morte!
Id. I, I 29

O *hurrah!*, introduzido do inglês nos banquetes primitivamente nos idiomas germânicos, indicava o pedido de pressa (*hurrên*).

A ajuntar o *chap!*, ruído do líquido espargido em *chapinhar*, e assim outros numerosos vocábulos.

O ouvido não parece ainda sofrer com essas formações por vezes deselegantes e cacofônicas, embora dotadas de expressividade aceitável.

No dizer de O. Weise, na sua *Estética da língua alemã*, desesperavam a Schopenhauer, Nietzsche e Wagner palavras bárbaras como *Letztzeit Strickstrumpf*, “vozes que só se explicam entre gente sem ouvido”. O ouvido alemão não é muito exigente no léxico, embora seja apuradíssimo na arte da música.



O estrangeiro acha intolerável um monossílabo como *schlecht* com uma só vogal e sete consoantes.

Os nossos aborígenes decompunham os grupos consonantais e de *cruz* faziam *curuçu*; por sua vez, os civilizados de *Aquiri* ou *Akiri* fizeram *Acre* e de *carauatá* fizeram *gragoatá*.

XLIV

OS NÚMEROS...

Os números ofereceram-nos já anteriormente algumas reflexões aproveitáveis.

Entretanto, a matéria é de si mesma fecunda e inesgotável.

Os romanos nos seus algarismos adotaram certo hieróglifo rudimentar, representando cada unidade por um traço, de um a quatro; cinco – V – é a grosseira imagem da mão e daí por diante recomeçavam VI, VII até dez, que são dois – V – superpostos pelo vértice – X.

Poder-se-ia concluir desses símbolos que o seu sistema era quinquel, mas a linguagem latina acusa a numeração decimal, pois que só depois de dez recomeçam a contar os números (*undécimo*, *duodécimo*, onze, doze).

O número – *um* – deu extraordinária quantidade de derivações: uno, unidade, único, união, unir, reunir, alg-um, nen-um, cada um, etc. Parece esforço inútil dar a explicação dessas formas tanto são elas triviais, fáceis e conhecidas.

Contudo, a semântica em nossa língua acusa uma curiosidade na evolução de sentido de *União*.

No antigo português *união*, *onion*, era o mesmo que rebeldia, ajuntamento sedicioso, e as leis proibiam as *uniões* de vassalos.

O absolutismo não simpatizava com as *uniões* dos súditos tanto mais fiéis quanto metidos consigo e separados.

O número – *dois* – *duo* – de que há derivações numerosas, oferece um ou outro caso digno de nota: a *dúvida* que está entre dois estados de alma e isso acontecia ao homem *dubius*.

A guerra entre os romanos também deriva de *duo*; realmente, *bellum* é uma forma nova e posterior de *duellum*, a luta entre dois. Nos antigos combates o duelo era o meio habitual de decisão.

Assim é na *Ilíada* e na lenda dos Horácios e Curiácios.

O número *três* originou a *tribo*, uma das *três* estirpes em que se dividia a sociedade – romanos, lúceres e sabinos, segundo a tradição.

E daí veio o *tributo*; o comício de tribo, a *tribuna*, *tribunal*. E com o tributo veio também *atribuir*, que era dar o que parecia justo.

Pela forma grega as sacerdotisas profetizam sobre a *trípode* (três pés) e como auguravam males futuros disseram depois que *tripudiavam* sobre as desgraças humanas.

O *tríambos*, o triunfo era também um grito e aclamação tríplice a Dioniso.

Enfim, não esqueçamos o *trevo*, que também vem das suas *três* folhas (*trifolium*).

O vernáculo achou que *três* não era digno de estima e menos digno que a repetição: *reler* é aceitável, mas *tresler* é não perceber o que se lê. O sentido depreciativo de *três* observa-se em *tresandar*, *tresler*, *tresvariar*, *tresnoitar*.

Explica-se essa tendência pela confusão de *três* (número) com *tras* de *trans*; *trespassar* e *traspasar*.

Três conseqüentemente em casos tais expressa o excesso, o exagero, além da medida.

O número *quatro* é estéril quanto ao pitoresco das suas derivações, todas ao primeiro aspecto, compreensíveis: quaresma (quadragesima), quadro e quadra, quarto, quartejado, quadrícula e provavelmente *cadeira* (cátedra, em origens mais remotas, inacessíveis ao nosso estudo).

XLV

O CINCO

Continuando as reflexões anteriores, ainda são os números dígitos que nos fornecem o ensejo de interpretar algumas curiosidades do vocabulário.

O número *cinco* no léxico ariano difundiu variadas formas hoje esquecidas quanto ao sentido primitivo.

A *quintessência*, admitidos os quatro elementos (ar, terra, água, fogo), era o corpo livre de todas as impurezas elementares — o *éter* —. Parece que não escapou aos antigos romanos essa concepção tanto quanto se pode deduzir da *quinta pars* de que fala Horácio (I, I3) na ode em que diz ter Vênus cedido a *quinta parte* do néctar divino; mas não era certamente a *quintessência* de Pitágoras nem a dos alquimistas. Alguns intérpretes do poeta venusino (Joh. Bond, entre outros) descobrem naquela *quinta parte* um sentido torpe e obsceno, porque *quinque sunt partes amoris*.

Outra derivação é a *quinta*, propriedade rural em que o rendeiro tinha a quinta parte dos frutos. Essa tributação dos *quintos* também foi aplicada à exploração dos metais preciosos.

A palavra *quitanda*, de origens obscuras, parece pertencer à família. Nas legiões romanas estavam os legumes e as munições de boca situados na *via quintana* do acampamento. Daí teria derivado a *cantina* italiana, *cantine* francesa e por fácil alteração a *quitanda* portuguesa. Contudo, não é líquida a etimologia da palavra que dizem ser proveniente da África.

O antigo *quinal* dos vinhateiros correspondia a cinco *puçais* ou vinte e cinco almudes. O *puçal* foi uma medida do século XIII, hoje obsoleta.

Derivação mais curiosa do número cinco foi a palavra assaz conhecida, o – *quinhão* – que não argui agora a razão da quinta parte que era a primitiva. Hoje o *quinhão* não mais depende do divisor cinco e é um quociente qualquer.

Com igual indeterminação entendem-se – *aquinoar* e *quinboeiro* – nos proventos e benefícios.

De *cinco* e *quinto* há outras formas, como a grega *penete* (pentâmetro, *pentateuco*, cinco livros, *pentecostes*, quinquagésimo), a sanscítica *panth* (*pantschatantra* ou cinco livros) e o persa que deu *ponche* (*punch*), que significa cinco, quantos são os ingredientes dessa espécie de bebidas, tomada aos orientais.

Quinau parece equivalente a *quinas* em certo jogo de dados. Daí *dar quinau* ou fazê-lo. Os franceses *têm quinaud* com igual sentido, mas alguns etimologistas duvidam dessa procedência e acusam de obscura semelhante origem.

Outros argutos pesquisadores referem *quinau* (*quinaud*) ao antigo francês *quine*, certo gesto em que se coloca o polegar sobre a bochecha e se agitam os demais dedos, em sinal de irrisão ou remoque. Neste caso, o *quinau* equivale à repreensão simbólica.

De um dialeto grego, o eólio, veio *ponp* (cinco) e deste número o nome de família *Pompílio* e *Pompeu*, que querem dizer o quinto filho.

Ao quinto filho os Romanos por vezes davam os nome de Quinto ou Quintino, e os oscos *Pontius*, Pôncio. Uns e outros figuram na onomástica portuguesa.

Houve em outro tempo *quinterno*, uma coleção de cinco, como houve e há ainda *quaderno*, ou *caderno*, coleção de quatro (folhas de papel).

É conhecido o nome de um vento do deserto, o *Khamsin*, que significa literalmente cinquenta porque sopra durante cinquenta dias; *kbramsin* é um derivado de *kbrams*, cinco, na língua arábica.

Aqui, ficamos com as derivações do número cinco no latim e nas línguas que confluíram para o cabedal vernáculo.

É escusado dizer que julgamos inútil rememorar as derivações normais e as eruditas mais familiares: quinze (*quindecim*), quinhentos, quántuplo, quinzena, quindênio, quincôncio, etc.

Advertimos, entretanto, que cada povo tem as suas preferências verbais; para nós *quinzena* equivale a quinze dias, quando a intenção é declarar duas semanas, precisamente quatorze dias. Entre alemães e ingleses as publicações quinzenais são declaradamente de quatorze dias, e saem à luz nesse período, *vierzehnte*, respectivamente, *fortnight*.

Concluo essas reflexões com a frase brasileira que corre nas terras do sul: “*ir para os quintos*”, que vale mandar para o inferno.

Explica-se pelo bárbaro costume de *quintar* os regimentos para sujeitar um soldado ao castigo, em caso de indisciplina coletiva.

Análogo método era o de *dizimar* ou fuzilar um de dez prisioneiros, em tempos mais grosseiros e incultos.

AINDA OS NÚMEROS

De *cinco* em diante, os números esmaecem e apagam-se perdidos entre as abstrações.

O povo primitivo dificilmente contaria além de *cinco* que representa a mão.

Daí a pequenina prole dos números a partir de seis, a não ser em formações eruditas e cultas, jurídicas e sociais em estádio da maior civilização.

Notemos, entretanto, que seis produziu a *sesmaria*, que era a data de terras estéreis e maninhas (o sésimo, isto é, a sexta parte) mais tarde aplicada aos domínios coloniais incultos que convinha desbravar.

Derivação curiosa é a da *sesta*, dedicada ao sono e repouso do meio-dia. Realmente na computação antiga das horas, a começar do nascer do sol, a *bora sexta* era a do meio-dia ou às doze horas de hoje.

Da sexta parte do círculo *sextante* se serviam os atiradores da besta ou de arcabuz para regularizar a arma e o tiro: desse emprego resultou o verbo *assestar*, fazer pontaria ou colocar a arma em posição conveniente.

Há um derivado técnico do antigo calendário Juliano, o *bissesto*, dia que se intercalava a 25 de fevereiro como segundo sexto dia antes das calendas de março (*ante diem bis sextum Cal. Mart.*)

O número *sete* é igualmente infecundo na língua popular.

Notemos, todavia, a palavra *semana* do *septem mane*, sete manhãs ou sete dias, e a forma do português antigo, *doma* e *domãa* tomada ao grego *hebdomas*, o sétimo, ainda hoje temos derivado *hebdomadário* de uso na literatura ou na ciência.

Ainda a *sete* podemos referir o *setestrela*, nome popular da *plêiade*, grupo de constelação do Touro, e nele contavam os antigos *sete estrelas*, não parecendo, entretanto, que existam mais que seis.

Não é muito razoável supor que a vista na gente moderna tenha diminuído.

Por metáfora, chamou-se *plêiade* um grupo de poetas líricos de Alexandria em que era Lycophron o mais notável.

Também em França houve uma *plêiade* de poetas, entre os quais fulgura em primeira grandeza o velho Ronsard.

Os povos semíticos, caldeus, judeus e árabes sempre tiveram grande consideração pelo número *sete*, e, com ela, vieram os *sete* dias da criação, as *sete* pragas do Egito, os *sete* pecados mortais e a versão dos *setenta* hebreus de Alexandria que fizeram a primeira tradução da Bíblia dois séculos antes de Cristo.

Os hebreus falavam em *sete setenta* e *setenta vezes sete* como em números simbólicos. Os *setenta* hebreus tradutores eram cerca de cem.

Lembremos, ainda, segundo a tradição judaica, o formoso soneto de Camões:

Sete annos de pastor Jacob servia

.....

e a espera de Noé duas vezes sete dias, na arca que flutuara *sete* meses sobre o dilúvio. (*Expetavitque nihilominus alios septem dies*).

De caminho parece-nos digno de nota Setentrião, um dos nomes do Norte, tomado aos *Septem triones*, isto é, os sete bois, nomes dados pelos antigos lavradores às sete estrelas da constelação da Pequena Ursa.

O número *oito*, como os antecedentes, carece de derivações populares. Não merecem notícias de interesse as derivações semicultas: oitante, oitava, outubro, oitenta, etc.



Nove ficou igualmente sem prole vulgar. Em fase remotíssima da língua ariana verifica-se a afinidade da estirpe entre *nove* e *novo*, pois que *nove* marca o começo de uma numeração tetrádica, de quatro a quatro. Esse tema excede o âmbito das nossas reflexões limitadas naturalmente a campo mais restrito e compreensível. Deixá-la-emos para as anotações finais no capítulo seguinte, destinado ao número dez e seus grandes múltiplos nas línguas arianas, sem abuso de transcendências inadequadas aos nossos modestos propósitos de vulgarização.

XLVII

MAIS NÚMEROS

O número *dez* culmina com o sistema de contar pelos dedos, que foi naturalmente o primeiro que ocorreu à inteligência do homem primitivo.

O sistema decimal é o das línguas arianas, mas não foi o preferido pelos assírios, babilônios e semitas, em geral, que contavam por *doze*, e a tradição que deles vem conserva esse número de extrema divisibilidade nas horas, nos minutos, no tempo e nas divisões do círculo e da esfera. Foram eles os primeiros astrólogos, astrônomos e magos da mais remota antiguidade.

Os arianos, adotando o sistema na prática, não o introduziram na linguagem e *doze* foi sempre *dois + dez* ou *duodecim* (na língua latina).

Deixou, porém, outros vestígios de que falaremos depois.

Dez produziu derivados de fácil compreensão: dezembro, dezena, décima (imposto) e *dízimo*, década (a décima parte). Teve a princípio o nome de *Décio*, o décimo filho. *Dinheiro*, denário, era dez vezes a unidade ínfima, o *as*. Outro derivado é o *deão* ou *decano*, o mais velho num capítulo de dez frades e hoje apenas o mais velho em qualquer corpo civil ou religioso.

Ainda há que notar um derivado curioso e pouco conhecido: *decumano*. Os nossos clássicos, e entre eles Vieira, referiram-se à *onda decumana*, a décima onda, a mais terrível que podiam experimentar os navegantes, e era quase sempre a causa de naufrágios. Não só havia a *onda*, mas também o *ovo decumano*, o décimo da postura e que gozava de estranho prestígio.

Dos múltiplos de dez, vinte deu lugar a conhecidas amplificações: *vintém* (vinte réis), vintaneiro, dar no *vinte* (no jogo da malha) e os husardos, que querem dizer *vinte* na língua dos húngaros.

Os outros múltiplos não parecem oferecer particularidade notável, até chegarmos a *cem*.

Cem ou *cento*, no latim *centum*, no grego *hecaton*, tem variegada prole: o *centão*, que era uma antiga espécie poética em que se compunha à maneira de colcha de retalho ou mosaico, qualquer poesia aproveitando versos avulsos de autores célebres.

Um *centão* latino e brasileiro foi o que compôs Castro Lopes, numa descrição do trem de ferro, toda feita com versos de Virgílio.

De *Sentafolbo* e *Santafolbo* deu o povo o nome aos folículos do estômago dos ruminantes (de *centifolium*), por influxo da palavra *santo*.

Hecatombe, palavra grega, significa *cem bois*, e a hecatombe era um sacrifício de cem animais imolados ao poder dos deuses. Dizem que Pítágoras, em ação de graças por haver resolvido o teorema que tem o seu nome, ordenou uma *hecatombe*.

De *cem* passamos a *mil* com seu séquito, milhar, milhão, bilhão, que todos promanam da mesma fonte.

O termo *militar* deriva do soldado latino *miles*, que seria talvez um membro dos mil combatentes.

Milhão é um aumentativo de criação moderna. Os portugueses preferiam outrora dizer um *conto* por um milhão. Ainda hoje o conto especializado para a moeda equivale a um milhão de réis. Em outro tempo, porém, até o século XVIII podia Manuel Bernardes escrever que a biblioteca de Alexandria continha mais de *um conto* de livros.

E havia na administração portuguesa a *casa dos contos*, que era o que é hoje o tesouro, mais ou menos.

Um *bilhão* está por *bimilhão*.

Os franceses, hoje em dia, dizem *milliard* por bilhão, e, se não dizemos *milhar* neste sentido, adotamos, entretanto, o adjetivo *miliardário* com muito mais frequência que *bilionário*.

Essas cousas são sem conto e sem conta. Escurecem a vista. Tais números astronômicos, fora do uso e quantificação matemática, são inteiramente vagos e indeterminados: *mil* cousas, *mil* diabos, uma *miríade* (dez mil) são estimações arbitrárias.

O número redondo é uma convenção útil: a *guerra dos cem anos* durou mais de *cem*; vimos já que a famosa versão dos *setenta* incluía número muito maior de exegetas e, como dizia A. Karr, os *sessenta* professores da Ópera lírica francesa orçavam por uns quarenta a mais dar.

O mesmo deve suceder às *centopeias*, ao *milípedes* de pés incontáveis.

Voltando, porém, aos sistemas de numeração, os linguistas mais notáveis revelam que há no fundo das contagens arianas uma fórmula *tetrádica* inegável na composição dos números.

O número *oito* (*eight*, inglês; *acht*, alemão; *octo*, latino) é um nome primitivamente dual *octons* e como dual deve significar o plural de quatro. Esse étimo explica um certo número de fatos nas línguas modernas.

A preferência, por exemplo, de *doze* na unidade superior, que é a *dúzia*, expressão vulgar e generalizada, sem embargo da natureza decimal de doze. Recordemos os 12 pares de Carlos Magno.

Essa ideia tetrádica encontramos mais modernamente em outras formações: a *pataca* = 16 vinténs, o *cruzado* = 20 vinténs, todos múltiplos de quatro, apesar de serem expressões de origens diversas.

Os alemães, como os ingleses, possuem o *grande cento*, que chamam *das gross-hundert*, o *great hundred*, que é igual a cento e vinte. Ainda hoje pescadores ingleses contam os arenques e outros peixes miúdos aos *cento e vinte*, o *great hundred*. Na Alemanha do Norte contam assim os peixes, nozes e ovos pelo *grande cento*. A antiga lei sálica registra a expressão *tualepti*, no sentido de dez dúzias ou cento e vinte.

Não temos o *grande cento* dos germanos, mas não é menos certo que não sabemos contar *ovos* e *bolos* (de castigo), senão por dúzias.

XLVIII

VOZES ESCOLARES

No intervalo das horas mais graves cabe um momento de repouso que exige a eurritmia da jovialidade.

Os estudantes conhecem essa arte de espairecer após as longas contensões do espírito.

Deles é que tratamos nestas breves reflexões, quanto a algumas formas de gíria.

No estudo da formação da linguagem há casos de humorismo popular. Não é fácil atinar com os germens dessas criações espontâneas que não parecem obedecer às leis comuns ou normais da derivação.

Numa contribuição jovial sobre o que ela acertou em chamar o *vegetabilismo exuberante* do vocabulário, Carolina Michaëlis propôs algumas explicações desse *humor* e capricho da linguagem universitária.

É conhecido, por exemplo, o *chispeteó*, leitura das letras XPTO que representam o nome abreviado de Cristo (o *X P* representam as letras gregas *χ ρ* com que casualmente se parecem, sem relação entre as letras latinas e as gregas).

O *mouco*, segundo a mesma autora, vem de *Malchus*, que, na história evangélica, teve a orelha cortada.

Desses acidentes etimológicos nota C. Michaëlis a formação de *Piegas*, de origem obscura e que presume ser o *Pio Egas* (à semelhança do *Pio Eneas* de Virgílio). Aqui a alusão é a Egas Muniz, o aio de Afonso Henriques.

Se esse aio era *Piegas* não o sabemos, mas a imaginação escolar tudo pode. Como a palavra é moderna, não será acaso uma alteração de *Pe-*

gas, o jurisprudente? Ou não terá sido amplificada do famoso *pi* grego, segundo a fórmula geométrica? São considerações que ajunto a título de *humor*, sem coordenação apreciável.

Outro capricho descobre ou entrevê a sábia filóloga na palavra *caturra*, que presume ser em depreciativo de *Catão*.

“*Caturra*” designa a pessoa, em regra idosa, que, aferrada a ideias antiquadas, gosta de censurar todas as modernices.

Ora, é sabido que *Catão*, o velho, era inimigo acérrimo das novidades helênicas que no tempo dele começavam a invadir a antiga austera civilização romana.

Parece bem achada essa etimologia. Todos os *caturras* são *Catões* ridículos.

Carolina Michaëlis distrai-se ainda a conjecturar a formação da palavra provavelmente escolar e universitária: *cábula*. O *cábula* é, ao parecer dela, um contranome de *rábula* (com a reminiscência quanto à forma das expressões rítmicas e vulgares – de *cabo a rabo* ou de *rabo a cabo*).

O *Cábula*, que jamais estuda, nada sabe e nada diz por nada saber, é o contrário do *rábula*, loquaz, artificioso e inexaurível.

Por serem da mesma fonte e do mesmo meio escolar, as derivações aparentam igual tendência: *rabulice*, *pieguice* e *caturrice*.

Realmente são graciosas e persuasivas essas humoradas etimológicas que não foram as únicas da sábia romanista. A sua explicação de Caloiro por *Calvorio* é inaceitável.

A linguagem das escolas produz incessantemente vocábulos e neologismos. Entre os nossos estudantes circulam expressões de gíria como *prompto*, *grog* ou *grogue*, *cascabulho*, etc., que começam a generalizar-se por outros meios sociais.

As lendas populares contribuem com os seus nomes legendários. *Galalau*, sujeito alto e magro, é um dos paladinos de Carlos Magno, a *Galalon* ou *Ganelon*. E também para a frase vulgar – *ir de roldão* – não pa-

rece haver outra origem que a da retirada de Roland em Roncesvalles. A forma vernácula de *Roland* é Roldão nos antigos escritores.

Despautério, como estudamos nas *Frases feitas*, é sabidamente o nome de um antigo gramático flamengo conhecido nas escolas e de fama pouco lisonjeira. Van Pauteren escreveu em latim os seus tratados e, como era moda, latinizou o próprio nome em *Despauterius*.

Estava muito perto de disparate com que a malevolência o associou.

A esses exemplos podemos ajuntar que em várias terras do Brasil chamam de *regristas* as crianças espevitadas que falam demais, em honra provavelmente do famoso jurisconsulto, o doutor João das Regras.

XLIX

JUNGLE

Um nosso homem de letras fixou na expressão – *Inferno verde* – as insídias da floresta amazônica, não tanto porque fosse malsã, doentia e infensa ao homem, mas principalmente pela formidável tragédia e pelas misérias morais da ambição na luta pelo *ouro negro*.

Foi bem achada a palavra, e dela agora me lembro com a sugestão do *Jungle* indiano perpetuado na civilização ocidental pelos *Jungle books*, de Kipling.

Li pela primeira vez um dos livros do *Jungle* por um gentil presente que há vinte e sete anos me fez Graça Aranha, então em Londres conjuntamente com Joaquim Nabuco, no serviço do nosso litígio com a Guiana Inglesa.

Foi o primeiro conhecimento que fiz com esse livro admirável que nos evoca os antigos jatacas da Índia.

Falta-nos ainda o nosso grande poeta para os mitos amazônicos que povoam o *Inferno verde*. Tocou-o, de leve, Gonçalves Dias e outros seus epígonos que se inspiraram nas lendas do *curupira*, da *iara*, do folclore indiano.

Escrevendo do *Jungle*, adotei o neologismo, à maneira de outros povos europeus que o aceitaram.

Causa certa estranheza que os antigos portugueses que dominaram a Índia e dela tomaram numerosos vocábulos e deixaram uma espécie de *língua franca* que ainda hoje é falada na península do Decan, não sentissem a necessidade de naturalizar o vocábulo, o *Jungle* dos hindus.



Só modernamente, na Índia portuguesa, apareceu entre os escritores a palavra *Jungle* ou *Jangla* com o fim de indicar a mesma causa já apropriada pelos ingleses, conforme se registra no *Hobson Jobson*, o erudito glossário de Yule e Burnell a respeito das coisas da Índia, familiares entre os europeus que lá residem.

Nesse glossário e no do Monsenhor Dalgado encontramos alguns documentos da difusão da palavra.

Assim, da literatura francesa que naturalmente nos é mais conhecida, há os versos de Theophile Gautier:

L'hippopotame au large ventre
Habite aux *Jungles* de Java...

Não podia faltar neste registro o nome de Leconte de Lisle, que diz:

La bête formidable habitante des *Jungles*
S'endort le ventre en l'air et dilate les ongles.

Os portugueses do outro tempo não se deixaram impressionar pela floresta, ainda que a palavra *Jungle* não só designe o mato virgem, mas também toda a terra inculta, deserta e impérvia ao homem.

E a razão talvez se encontre em que ela é mais própria da região gangética que os portugueses não ocuparam, tendo assentado o seu império no Malabar, na costa do ocidente.

Como quer que seja, Monsenhor Dalgado acha que a palavra, desconhecida dos antigos cronistas, é um neologismo e acrescenta ao seu glossário esse exemplo moderno, de Alberto O. de Castro, nas *Cinzas dos mirtos*, pág. 181:

“Uma floresta selvagem, que Fernando Leal chamou *Jungle*; mas deve dizer-se *Jánga*, que dá quase a prosódia da palavra em língua guserate.”

Realmente, segundo Yule e o próprio Dalgado, a palavra no sânscrito é *Jánga*, com o acento na primeira sílaba.

Os italianos dizem *Iungle*, como os franceses e alemães, provavelmente por seguir a lição inglesa. Podemos, todavia, nós outros dizer *Jangla* ou *Jángala*, como fazem os portugueses de hoje no resto do seu antigo domínio asiático.

Tenho dúvidas, porém, quanto a essa tardia adaptação que não tem prestígio suficiente para se impor no conceito e no uso dos povos cultos.

Como quer que seja, aí está a resposta a um curioso correspondente que estranhou o *Yungle*, aliás *Jungle*, entre as palavras que escrevi acerca de Rudyard Kipling, referindo-me a um dos mais característicos dos seus livros.

A questão é pouco importante e pode só interessar aos amadores do léxico, que só existe e subsiste à custa da literatura.

(Nos dias de visita de Rudyard Kipling ao Rio de Janeiro, 1927.)

L

METEOROS

Os fenômenos meteorológicos apresentam enorme variedade de nomes, conforme as terras em que se passam.

Os portugueses antigos conheciam vários nomes de vento, hoje esquecidos: o *aguião*, V.^a Barros Moraes (aquilone), do norte; o *suão* (solano), vindo de leste; o *ábrego*, da África; o *Noruega*, das regiões boreais; toda essa variedade parece já arcaica, só deixando vestígios na literatura.

No Brasil, além dos nomes mais compreensíveis, há o *aracati* (da língua geral *aracatu* = tempo bom), que refresca o anoitecer das praias áridas do Ceará; e no sul, o *minuano*, nome de tribo aliada aos charruas, o vento que parece vir da região andina através do Paraguai e Uruguai. Contudo, a expressão com tal sentido é desconhecida de argentinos e uruguayos, onde é familiar o *pampero*.

Nessa ordem de fenômenos um dos vocábulos mais curiosos pela sua longa história é o do *tufão*.

A palavra, sabe-se hoje, era conhecida e usada dos gregos nas navegações mediterrâneas e aparece com a forma helênica em Aulo Gélio ao transcrever uma passagem de Aristóteles.

Essa investigação é recente, porque foram os portugueses que primeiro empregaram o termo *tufão*. Experientes, como eram, dos mares orientais, onde o fenômeno é frequente, divulgaram o vocábulo.

E um dos clássicos, Fernão Mendes Pinto, divulgou-o, insinuando uma etimologia errônea quando diz que experimentaram “a tormenta que os chins chamam *tufão*”.

Atribuindo-o aos chins, desde logo apareceram hipóteses novas como a de J. Barrow, que diz haver entre os chineses a expressão *tá-fung* (grande vento), que explica o tufão. Mas a expressão *tá-fung* não passa de duas palavras reunidas adrede para autorizar a derivação, e, ao revés, não é usada no Império Celeste.

A verdade pode ser agora encaminhada diversamente. Os pilotos portugueses nos mares do oriente foram a princípio os mouros, tomados na Índia e na África. Falavam eles o árabe, e da língua arábica *tufan* é que os navegantes portugueses colheram e adotaram a expressão. O *tufan* ou *altufan*, vento violentíssimo e súbito, figura no Alcorão várias vezes e era palavra familiar a todos os muçulmanos.

Os árabes por sua vez teriam tomado aos gregos, autores que liam e cuja ciência cultivaram e aumentaram, no oriente e no ocidente.

Assim, pois, recapitulando a longa história da palavra, vemos que o *tufão* dos portugueses e da época das grandes navegações foi aprendido dos pilotos mouriscos e árabes e por sua vez esses o tomaram das letras, das ciências e das artes gregas que assimilaram, teórica e praticamente, como intermediários que foram entre a ciência antiga e a nova, no período medieval.

Cumpre dizer que a palavra conservou as mesmas feições materiais: *typhon* e *tufão*; e também conservou o sentido primitivo, que era o de vento e aguaceiro diluvial e súbito. A translação, todavia, durou mais de dois mil anos.

Em certa época, ainda das navegações dos mares da Índia, os portugueses conheceram uma espécie *tifônica* a que chamaram de *rabo da elefanta*, de explicação obscura e difícil.

Depois, porém, da descoberta da América, o *tufão* entrou a competir com o *furacão*, que é o *hurricane* dos caribas.

Lá se avenham, enquanto passamos a tratar de outros meteoros mais interessantes.

LI

MONÇÃO

Resta-nos agora concluir a nomenclatura do capítulo anterior, apontando algumas curiosidades que se nos afiguram dignas de nota.

Os nomes de ventos na antiga língua eram, como notamos, o *aguião* ou *guião* (aquilone-latino), o *abrego* (África) ou sul, o *soão* de leste, do lado do sol (*solano*) e o *travesso* ou de travessia que designava o oeste, e antes das grandes navegações eram usados no tombo das terras. A arte náutica mudou e quantificou os diferentes rumos, adotando vozes novas e expressivas como *nordeste*, *sueste*, *sul* etc., para indicar a orientação dos ventos.

O povo, porém, não aceitava de bom grado as indicações da bússola.

Contudo, cabe aqui tratar uma questão: por que chamavam *travesso* o vento que soprava de oeste? Porque atravessava e impedia e obrigava a arribar os navios que saíam dos portos portugueses. Era vento de proa e daí mais tarde chamaram *travessos* todos os ventos contrários, sobre a proa, qualquer que fosse o rumo do navio. São ventos *ponteiros* ou opostos.

Não é muito difícil explicar a história da palavra: é o latim *versus* que aparece em alguns documentos antigos com a forma *vesso*, como ainda em *avesso* (adversus) e *vestre*. A forma *travesso* é uma derivação normal, como se vê.

A arte náutica vulgarizou outras expressões menos técnicas, sob formas acessíveis. Assim tornaram-se conhecidos, sem precisão, o *ponteiro*, de ponto, em contrário, o *vento largo*, o que em sua direção se apro-

xima do vento em popa, o *mareiro*, o *terral*, o *fresco*, que vem do mar ou da terra ou sopra com grande força.

Nas *Lendas da Índia* sempre se chama o *terral* de *viração*, vento propício à saída das naus e caravelas, paraus e juncos.

Entre todos esses fenômenos o mais importante é o da *monção*.

Monção era o tempo e correr do vento mais próprio e oportuno para as navegações de longo curso. Em geral, as monções eram na primavera e no outono, e por essa oportunidade é que partiam os navios para o Brasil e para a Índia. Contava-se com o auxílio dos ventos periódicos para viagem mais próspera e segura.

A nossa cronologia atesta esse costume. Entre fevereiro e maio, chegavam ao Brasil as caravelas de Cabral, as de Tomé de Sousa e Mem de Sá, as frotas holandesas inimigas e a esquadra libertadora de Fradique de Toledo Osório.

Ainda hoje, a navegação a vela, e, provavelmente, no futuro as dos rotomotores devem utilizar essa antiga experiência.

A *monção* que, ao primeiro exame, parece uma expressão latina (*motio-nē*), é diversamente um termo árabe que os portugueses aprenderam dos pilotos mouriscos orientais.

A palavra arábica é *mausim* e tem o sentido literal de tempo fixado para qualquer solenidade.

A prosódia primitiva que encontramos ainda em Garcia de Rezen-de é *moução*; a primeira sílaba da palavra ficou inteiramente nasalizada por se iniciar com a nasal *m* (assim sucedeu a *mim* por *mi*, *muinto*, pronúncia usual de *muíto*, e *mancha* por *macha*, *mácula*).

Destarte, *monção* formou-se de *moução* — *mounção*.

Os árabes marcam com o vocábulo *mausim* e *mausam* o tempo próprio de qualquer coisa. No Líbano, segundo informa Yule, há a *monção* dos trabalhos da seda.

Garcia da Orta, nos *Colóquios da Índia*, emprega a palavra *monção* para designar o tempo das mangas:

“A *monção* delas he nas terras temporans em abril e nas outras terras serodias em maio e junho” – II, I00.

O erudito anotador Conde de Ficalho (como já o fizera Yule) assegura que esta frase de Orta é a única em autor português em que *monção* se acha com o sentido próprio do *mausim*, árabe, isto é, o de estação do ano (e mais especialmente os meses de peregrinar a Meca).

O termo generalizou-se naturalmente entre os navegantes e mesmo entre os que jornadeavam em terra. Sabemos pela história do Brasil que os nossos bandeirantes partiam na *monção*, que vinha a ser a época mais propícia às longas investidas pelo sertão. Parece mesmo que o vocábulo passou a designar a própria expedição já reunida e organizada no momento de partir.

Do sentido primitivo, por um desenvolvimento semântico de fácil afinidade lógica, a *monção* dos navegantes é hoje usada e sobrevive no sentido de oportunidade qualquer.



Tratando especialmente das questões que interessam ao nosso idioma, deixamos em silêncio as designações exóticas do *sirocco*, do *semum*, do *foehn*, *mistral*, etc., que acaso nos deparam as obras literárias ou técnicas do assunto.

Pantaleão de Aveiro, no seu itinerário, fala do “*vento vendaval*”, vento sul (*vent d’aval*, de baixo) que se tornou expressão comum e imprecisa de vento forte, venha de um rumo ou de outro.

Segundo Viterbo, *vendaval*, na demarcação das terras, designava a parte do sul.

Nas *Rimas* de Diogo Bernardes registram os léxicos os dois versos expressivos:

Vente d’aquém ou d’além,
Corra Norte ou *Vendaval*..

LII

ESPÉCIES

Tentemos um pequeno excursão considerando o pecúlio de vozes estrangeiras que entraram para a linguagem comum.

Não diremos novidade que mais ou menos não seja encontrada nos autores que se consagraram a esse estudo. E ainda assim pouco diremos nos limites destes *suelos* legíveis nas horas vagas.

As palavras estrangeiras, ao contrário das outras que se desenvolvem lentamente desde as origens da língua, têm contudo a sua história interna que se processou nos lugares de procedência.

Vieram feitas, mas é curioso saber como se formaram.

O físico flamengo van Helmont criou a palavra — *gás* — para designar o estado aeriforme dos corpos, quando extremamente aquecidos. Ele imaginava a existência de certa substância sutil unida a todos os corpos, e, um pouco arbitrariamente, designou-a *gás* — talvez por influxo de *geest* (*geist*), que significa espírito, no seu idioma. Outros supõem que o famoso alquimista queria recordar o tecido *gaze*, oriundo da cidade de Gaza, na Síria, e é possível acreditar no influxo e confluência de ambas as ideias. Desde a antiguidade se conhecia aquele tecido finíssimo que se disse por metáfora ousada *ventus textilis*.

A palavra, que se tornou necessária com o progresso das ciências físicas, universalizou-se e entrou para o vocabulário das línguas cultas.

Menos necessário, mas de grande êxito, foi o termo *restaurante*, que resultou de uma frase do Evangelho de S. Mateus (XI v. 28).

Um estalajadeiro de Paris, em 1765, fez gravar sobre a porta as palavras do evangelista: *Venite ad me omnes qui stomacho laboratis et ego restaura-*

bo vos. Desde então se tornou vulgar entre os fregueses a expressão *restaurant*, que era só conhecida dos médicos, estudantes e boticários para as mezinhas.

Quando Garcia da Orta escreveu os “Colóquios dos Simples e drogas da Índia”, havia já entrado para a nossa língua o termo holandês *droog* (no alemão, *trocken*), que significa *seco*. As especiarias eram *drogas* e ainda hoje na Itália a *drogheria* é a venda de secos e molhados.

Em nossa língua a *droga* confundiu-se com os *simples*, tal os unira Garcia da Orta e mais se aplica ao material das boticas.

Café é uma palavra francesa, de origem arábica *Qabwa* ou antes, turca, *kabwe*. A palavra portuguesa seria *cafeto*, como há no espanhol para designar a planta, e é a única que pode explicar a derivação *cafeteira*. O *café* era no antigo árabe o nome de um vinho. A primeira loja ou botequim de café apareceu em Constantinopla (séc. XVI).

Não é difícil, mas pode parecer inconveniente explicar por que a *coquette* se origina de *Coq*, galo, dono ciumento do seu terreiro. Os italianos preferem dizer *una civetta* (coruja, propriamente uma *chama* para caçar passarinhos) e agora com sentido semelhante, por influência do cinema americano, fizemos de *Vampiro* o apelido da mulher rapace, ainda pior que a *coquette*, entre a gente inglesa.

O *vampiro* é uma espécie de lubis-homem cuja doença e superstição data de época pré-histórica revelada pelos crânios que os supersticiosos cravavam com um prego, a fim de evitar o malefício desses desgraçados.

A palavra *missa* deriva da frase – *Ite, missa est* (ide, o sacrifício ou oferenda foi mandada) pronunciada no fim do sagrado sacrifício. E dela se originaram *missão*, *missionário*.

A importação das palavras frequentemente as deturpa e altera, emprestando-lhes às vezes sentidos opostos ao que tinham. Assim chamamos *sótão* à parte superior e último andar (a *mansarda*), confundindo esse termo com *soteia*, que é o terraço, sobre o teto, como é de uso entre

a gente mourisca e árabe. O *sótão* (de *soto subtus*) é exatamente a parte inferior do edifício, a que damos o nome de *porão*.

Já agora é difícil corrigir o engano.

A palavra *viva!* ou *vivat!* é latina, bem se vê. Hoje concorrem outras como *hurrab!*, que foi tomada aos cossacos na guerra da libertação alemã. Os japoneses dizem *banzai!* e o vocábulo começa a tornar-se conhecido.

Temos latinismos vulgares de que perdemos a consciência: *de fato*, *interesse*, a par e passo (*pari passu*), *veto*, etc., como temos francesias: *rosicler* (*rose clair*), *oboé* (*haut-bois*), *petipé* (*petit-pied*), *pundonor* (*point d'honneur*, ponto de honra), embora este último vocábulo se possa explicar com o recurso do vernáculo (*pun-d'onor*).

LIII

JANGADA

Nas páginas anteriores, a glosa versou acerca de alguns estrangeirismos que ofereciam qualquer curiosidade anedótica.

Agora falarei de outro vocábulo adventício que de tal modo se naturalizou em nossas terras que passa por ser um genuíno brasileirismo.

É a palavra *jangada*, que quase todos os léxicos de vozes nacionais registram como de origem brasileira.

Há uma certa razão para isso. Nos mares do Norte e nos grandes rios a *jangada* é uma embarcação comum, antiga e até conhecida dos índios.

Estes, porém, não conheciam o vocábulo hoje usual e às suas *jangadas* fluviais davam o nome de *igarapeba*, canoa chata.

A *jangada*, porém, conheceram os portugueses nas suas relações com os mouros da África, que davam o nome de *almadia* a essas primitivas balsas com que navegavam no litoral africano.

A palavra *almadia* ficou no léxico da língua. Era uma barca para travessia (*ada* = passar) dos rios.

A *jangada* de índios, vista por Pero Vaz Caminha, foi assim chamada na famosa carta a Dom Manuel, segundo nos lembra Baurepaire Rohan, que, aliás, registra a palavra *jangada* como brasileira.

A *jangada* é de origem asiática. Na Índia os ingleses chamam-na *jangar* e o termo deriva da língua malaiala *xangadam* e mais remotamente do sânscrito *sangbata*, com o sentido de ligadura ou união de tábuas flutuantes ou de canoas ajoujadas.

Os portugueses que serviam na Índia e no Brasil para cá trouxeram o vocábulo que correspondia perfeitamente à *igarapeba* dos tupis do norte, entre a Bahia e o Maranhão.

Não é, pois, um brasileirismo, embora à jangada estejam ligados alguns vocábulos nossos como o *tauá açu*, a “pedra grande”, isto é, o seixo ou poita que serve de âncora.

Outro sinônimo de *jangada* que nunca se me deparou em escritor brasileiro, é a de *catamarão*, também indiana e asiática, conhecida dos portugueses e ingleses.

O *catamarão* (de *cattu-muram*, paus amarrados) há quem diga ser usual no Brasil. A verdade é que num escritor inglês, T. Williamson, autor de um *Vade mecum* do oriente, podemos ler, segundo Yule, a propósito de *cata-maram* que

“he applies the term to the raft of
the Brazilian fishermen”

isto é, aplica o termo à jangada das pescadores brasileiros.

Nada posso afirmar em absoluto. Mas creio que a palavra *catamarão*, se entre nós existe e circula, deve ser muito pouco vulgar.

Os nossos léxicos, em verdade lacunosos, não a registram e parecem, pois, desconhecê-la.

Como quer que seja, tanto a *jangada* como o problemático *catamarão* são vozes estrangeiras trazidas pelos navegantes portugueses.

No estudo de vozes que passam indebitamente por brasileiras não o sendo, é muito de ler-se o excelente livro dos *Vocábulos e Frases*, do professor P. A. Pinto.

LIV

O TATU

Não é novidade alguma na história das línguas, cultas ou bárbaras, a formação de verbos tomados aos nomes de animais.

Entretanto, essas derivações podem parecer insólitas na linguagem contemporânea.

Os animais domésticos ou os mais conhecidos do homem forneceram sempre amplas derivações verbais: *asnear*, *desasnar* (de asno), *engatar*, *engatinhar* (de gato), *encanzinar*, *emperrar* (de cão e perro), *amuar* (de mu), *embezerrar* (de bezerro), etc., etc.

Não deixam de ser curiosas e pitorescas essas derivações populares que datam dos mais remotos séculos da língua.

A capacidade de formações de igual natureza persiste entre as possibilidades dos neologismos modernos, arquitetados segundo o tipo antigo e tradicional. E, por esse processo, adotamos o francesismo *avacalhar* (avachir) e o mais antigo *galgar* (de galgo).

A língua literária não desdenhou jamais essa fonte de palavras novas: serpentear, serpejar, colubrear, empavonar, gralhar, açorar e azuretar (de açor)...

A lista seria longa. Mas vamos ao nosso intento.

Nuns versos agora muito citados de Rudyard Kipling, vemos um verbo neológico formado sobre o vocábulo *armadilo*, o tatu.

I' ve never seen a jaguar
Nor yet an armadill
O *dilloing* in his armour...

Foi também entre nós traduzido o neologismo do poeta por *tatuzar* ou *tatuar*, desprezada a aliteração do verso inglês.

A gente brasileira não hesita em dizer *pererecar*, *acarneirar*, *aboiar* (tanger o gado).

Em relação, porém, ao *tatu*, Rudyard Kipling teve, sem o conhecer, um precursor em Manuel de Cabeceiras, trovador dos sertões do nordeste, insigne nos desafios improvisados ao som da viola.

Num desses *bate-bocas* poéticos, um preto que é o diabo e Manuel de Cabeceiras, trocam-se os versos de desafio:

– Tenho um ninho de *tatupeba*,
Fui eu quem *tatupebei*.
Quem *desentatupebar*
Eu *entatupebarei*.

Tenho um ninho de *tatubola*
Fui eu quem *tatubolei*,
Quem *desentatubolar*
Eu *entatubolarei*.

Essas ameaças afiguram-se terríveis, o que faz dizer o poeta:

Senhora, dona da casa,
Abra a porta, acenda a luz,
Estamos com o *cão* em casa,
Rezemos o credo em cruz.

O *cão* na língua do nordeste é um dos epítetos do diabo. O *tatupeba* (*peba-chato*) e o *tatu-bola* são duas espécies do *armadillo* brasileiro.

O desafio de Manuel das Cabeceiras está registrado no *Cancioneiro do Norte* (pág. 140), colhido na tradição popular pelo folclorista Rodrigues de Carvalho.



Achei oportuno repetir aqueles versos enigmáticos na ocasião em que se recorda o *dilloing* do poeta inglês, hoje hóspede nosso.

Parece verossímil que o sentido de *tatupebar* e *tatubolar* é o de haver descoberto o tatu, quando este tratava de cavar a toca por onde havia de fugir.

Quem se arriscasse a *desentatupebá-lo* ou tirá-lo do esconderijo, poderia ser *entatupebado*, enterrado na mesma cova.

Se não é assim, deve ser cousa parecida a um desses *trabalenguas*, espécie de exercício glótico próprio a desenferrujar a balbuciante prosódia infantil.

A LISONJA

Deduzir ou acompanhar o desenvolvimento semântico de certas palavras é por vezes muito mais fácil do que achar ou inscrever o ponto inicial de suas origens.

É o que acontece a termo tão familiar como *lisonja* e seus derivados.

Podia ser uma voz latina, como conjecturava Frederico Diez, propondo a ampliação obscura da palavra *laus*, o louvor, e lembrando que podia favorecer essa hipótese a forma italiana *lusinga* e *lusingare*, cujo sentido muito se aproxima de lisonja e lisonjear, com a diferença, todavia, de que o termo italiano inclui a ideia de agrado mentiroso, mais um brinquedo e jogo de espírito ou de imaginação.

Essa derivação de *laus*, aceitável como tema primitivo capaz de se ulteriorizar em desenvolvimentos mórficos de difícil formação (*lausin-ga*), não conseguiu impor-se no conceito dos estudiosos.

Outro caminho mais seguro foi o de identificar *lisonja* ao termo da geometria *losango*, no francês *losange*, donde teria vindo o vocábulo.

Efetivamente, nos antigos escudos heráldicos sobre o interior de um losango, inscreviam-se palavras de louvor, uma legenda ou um lema que devia afagar a fidalguia e a vaidade dos donos do brasão.

Essas palavras de louvor ou adulação eram inseparáveis do *losange*, ou da lisonja, como se disse depois.

De fato, na arte heráldica encontramos *lisonja* como designação vernácula técnica do rombo ou losango, quando o há, nos escudos.

Assim, pois, a *lisonja* é um francesismo antigo, *losenge*, equivalente tanto a *losango* como a palavras de louvor.



Parecem até aqui liquidadas todas as dúvidas, pois que *losenge*, *lisonja* e *losango* perfeitamente se relacionam, em sentido normal e pelo desenvolvimento metafórico.

Contudo, a dificuldade subsiste quanto a *losango* termo técnico, conhecido dos geômetras, obscuro quanto às suas origens.

A palavra, na geometria antiga, grega e latina, é *rhombo* e não há vestígio de qualquer forma que se possa identificar com a expressão moderna *losango*.

Destarte, para oferecer solução mais fácil, pode aceitar-se inversamente como palavra inicial *losenge*, isto é, *lisonja* tomada à linguagem do brasão e dela derivar *losango*, que substitui ou concorre com o termo arcaico *rhombo* da geometria.

Imaginamos, pois, o desenvolvimento da ideia e da palavra, como sendo, na origem, o louvor, *lisonja*, e, porque este vinha sempre inscrito ou gravado num *rhombo*, as duas expressões adquiriram sentido idêntico e sinónimo.

Essa é uma solução provisória, falha de maior reflexão até que se esclareça o enigma.

Não é inútil acrescentar que para a palavra *losango* já se apresentou a derivação híbrida de *loxos* (grego), oblíqua, e *angulus* (latim). O problemático hibridismo *loxangulus* seria o étimo de *losango*. Pura fantasia, que registamos a título de curiosidade, como tantas há, na inventiva fértil dos etimologistas.

Não há exemplo nem abonação de tal vocábulo.

O certo é que com *losango* ou sem ele, a *lisonja* transbordou para todos os lados e aspectos da vida humana e não quis ficar encerrada entre quatro paredes.

SAUDADE

Saudade é a palavra portuguesa por excelência. Cantado pelos poetas do pequeno torrão hispânico é o vocábulo tido à conta de um privilégio da língua.

Há, talvez, excesso na exclusividade desse talismã nacional. Mas não é menos certo que os termos equivalentes em outras línguas deixam sempre alguma coisa a desejar na definição do sentimento do *doce-amargo*, como disse Garret a propósito dessa tristeza das longas ausências.

Era a palavra adequada aos navegadores que logo surgiram, dando extrema elasticidade ao domínio lusitano.

E nem faltou quem criasse o *saudosismo* como expressão nacional do parnaso.

Voltando, porém, à prosaica disquisição linguística, é um tanto difícil explicar a origem do vocábulo.

À primeira vista, parece que *saudade* deriva do latim *soletate*, que nos deu *soledade* e *soidade*.

Realmente, no século de quinhentos, em Camões, para exemplo, encontramos os dois termos *soidade* e *saudade* em equivalência perfeita. Daí a suposição de uma origem comum.

Há, porém, alguma dificuldade em aceitar a fácil hipótese. Mostrou-o Carolina Michaëlis na interessante monografia que consagrara ao delicioso vocábulo.

Soidade, que é mais antiga e concorre com *saudade* (como *soidão* com *solidão*), não oferece dúvida quanto ao seu étimo.

Custa, porém, admitir que de *soidade* se evolvesse a forma *saudade*.

A segunda não pode com tanta facilidade vir da primeira.

O ditongo *au* latino podia perfeitamente transformar-se em *oi*, como se vê em *oiro* de *aurum*. Mas o que não se observa no latim ou no português é a evolução ou transformação inversa de *oi* para *au*, e sendo assim é difícil admitir que de *soidade* saísse *saudade*.

Ainda há a notar que a forma *saudade*, que parece moderna e do renascimento tem exemplos, raros, é certo, em documentos antigos do século XIV, na *Vida de Santo Amaro*: “E Velliides lhes disse: Ay amigas, nom choredes ante ell, que auerá gran coyta e gran *saudade*” (fol. II9).

Esse exemplo não é único. Assim, pois, na língua antiga, onde se encontra *soidade* já se depara *saudade*.

De posse desses documentos entendeu Carolina Michaëlis que era possível explicar a estranha forma *saudade*, não por *soledade*, como era hábito fazê-lo, mas por outra origem foneticamente mais aceitável; e então propôs ou conjecturou que devia ter havido confusão entre *saúde*, *saudação*, *saudar* (de *salutare*) com a palavra *saudade*, que derivaria, então, diretamente de uma forma *salutate*, suficiente para explicar.

Essa espinhosa conjectura contornaria as dificuldades fonéticas acima indicadas e, em falta de outra, pode explicar satisfatoriamente a formação da poética palavra.

Os glotólogos podem babar-se de contentamento.

A questão, porém, é que a dúvida suscita explicações novas, uma vez que o antigo paralelismo de *soidade* e *saudade* recusa suavemente a identidade dos termos.



Apresento, pois, uma hipótese digna de exame.

Eis a história dessa conjectura:

Disse-me, não há muitos dias, o professor Ragy Basile, que suspeitava ser a palavra *saudade* de origem árabe.

Interessou-me deveras a questão, porque, conforme escrevi acima, havia da parte de Carolina Michaëlis muita hesitação em aceitar o étimo mais conhecido: a saber, *saudade*, variante de *soidade*, derivaria de *soledade* (soletate).

Não havia nem podia haver repugnância quanto à variante *soidade*, mas não parecia razoável de *soidade* ou *soledade* fazer *saudade*, dentro dos rigores da evolução fonética.

Assim, pois, repito ainda uma vez, um modo de contornar a dificuldade estava em admitir-se a hipótese de casual confusão de *saudade*, *soledade*, com saúde e saudação, sob a forma hipotética *salutate*, de *salute*.

Entravam, portanto, em combinação dois momentos conjecturais.

Em vista desse caso por demais curioso, prestei dobrada atenção ao que me dizia o professor de árabe (de cujas lições sempre me aprovei-to), que tinha e tem na conta de arábica a palavra portuguesa.

Os árabes, em geral, puxam muito para a sua língua materna expressões que se explicam preferentemente pelas origens latinas. Estava eu prevenido contra esse natural exagero. Mas quis ouvi-lo.

Eis o que me ensinou o professor Ragy:

“Em árabe há três expressões que lembram a palavra *saudade* e são elas: *suad*, *saudá* e *suaidá*.

“Têm o sentido moral de profunda tristeza e literalmente do sangue pisado e preto dentro do coração.

“Na medicina *as-saudá* é uma doença do fígado que se revela pela tristeza amarga e melancolia.

“Os árabes dizem: *Qualatni as-suaida*: matou-me a saudade.

“E isso quando a pessoa entristece pela perda de um ente querido.

“E dizem igualmente: *al-mús-suaddat*, os dias pesados e de tristeza.

“São característicos e expressivos os dois hemistíquios do grande poeta *Al-Mutanabbi*:

Azlol awazili haula qabbil tayhi
 Wahauaal ahibbati minhu fi saudaihi

“Cuja tradução literal é: As censuras dos censores andam à roda do meu coração desvairado, mas a viva paixão dos que eu amo está na sua *saudá* (isto é, no fundo do coração).

“Em árabe vulgar *saudana* é entristecer a alguém, e *tasaudana* significa – ficou triste, angustiado. Um derivado desse verbo é *musauden*, melancólico, triste, dolorido, cheio de desgosto.”

Essas reflexões do professor Ragy parece que dão a chave da dificuldade fonética que se encontra na sílaba inicial da palavra *saudade* que realmente pode provir de *saudá*.

Em todo o caso não necessita as formas conjecturais ou hipotéticas.

Poderia objetar-se que devem ser raras as palavras que exprimem sentimento, tomadas no árabe. Convém, entretanto, lembrar que a palavra, como foi dito, designa igualmente uma *doença* e muitas desse teor vieram do árabe: *achaque*, *enxaqueca*, *soda* (dor de cabeça), etc. E também são doenças a *morriña* galega que traduz *saudade* e o *Heimwsh* alemão que migrou do sul para o norte.

E toda a medicina hispânica e europeia foi na era medieval ensinada por Avicena, Averroes e outros grandes mestres.

Há perfeita identidade entre moléstias nervosas e os sentimentos: hipocondria, melancolia, angústia...

De tudo isso, concludo que a conjectura é bem fundamentada e deve servir de tema à cogitação dos glotólogos, a cuja crítica submeto o caso.

Uma conjectura, apenas.

NOTA FINAL

As *Curiosidades verbais* foram colhidas de leituras de grandes autores, Schuchardt, Meyer-Lübke, Leo Spitzer, Meillet, Brunot, Américo Castro, Diego, Pidal, H. Lang, Carolina Michaëlis, para só falar dos que melhor conheço agora, além de muitos outros que já passaram. Não tenho, pois, a presunção de ensinar senão à turba dos mais ignorantes que eu.

Feitas no jornal, dia a dia, refletem essa volubilidade e inconstância do amador e do curioso. Muito pouco me pertencem as anotações de fatos gerais, tomadas a obras alemãs, inglesas, francesas, italianas e espanholas; e tudo me cabe quanto à aplicação e comentário na língua nacional. A minha intenção era a de escrever um livro à maneira do elegante *Romance of Words* (1922), de Ernest Weekley, em várias edições, ou o *The making of English*, de H. Bradley, o contribuidor do dicionário de Oxford; o caráter, porém, do trabalho quotidiano do jornalismo impediu a unidade da obra, mas deu feição mais popular e acessível ao público e aos leitores comuns.

Uma *Página esquecida* é o artigo de crítica acerca das *Lições de filologia* do professor Leite de Vasconcellos, que, em segunda edição do seu livro, sem responder aos meus *desconcertos*, multiplica impropérios e malquerenças contra a minha obscura pessoa. Não tenho e nunca tive o professor L. de V. em grande conta, mas reconheço muitos dos méritos que o fazem digno de respeito e estima, ainda quando se mostra em mangas de camisa.

Ver-se-á que a minha crítica, sem ter muita brandura, conseguiu feri-lo mais do que se podia presumir da inexplicável vaidade do filólogo.

go. Tudo me aconselha, pois, a divulgá-la como defesa própria, mesmo porque o professor L. de V. não respondeu às censuras que lhe fiz e limita-se a dizer palavras desagradáveis na maior parte dos casos.

É a última *Curiosidade* do livro e bem quisera eu suprimi-la, mas não pude resistir a essa pequenina maldade que deve entrar no rol dos meus pecados.

Protesto, entretanto, contra as zangas do Professor. Rio-me às vezes quando ele diz muito sério que, por exemplo, *sêmen* entrou em Portugal por via eclesiástica, o que reduz a cacos a legitimidade e fidalguia lusitana, ou quando agora assevera que os nomes de mulher, *Ananisa* e *Boemia*, são muito saboreados no Brasil (!) e outras patacoadas com que o enganou algum intrujão de má-fé. No mais, tenho-lhe o respeito e consideração que merece como homem de bons estudos e que, infelizmente, ficará separado da minha inútil pessoa por motivo de questões sem importância tamanha. Se estivesse na minha previsão a sua doentia vaidade, nada eu teria escrito; mas, já agora, o remédio não aproveita.

Devo confessar que a minha crítica foi motivada por um sentimento de impróprio e exagerado *patriotismo*. O sr. L. de Vasconcelos escrevera que há um século não se fazia no Brasil coisa alguma que prestasse. Resolvi, pois, retrucar-lhe, pondo em dúvida a sua autoridade que me pareceu excessiva. O sentimento patriótico por vezes incita a atitudes malignas e por isso suprimi agora da crítica a parte final em que aludo àquele móvel que deve estar entre os *ídola* de Bacon, e tanto melhor o fiz quanto o professor L. de V. reconhece já certos valores da terra americana, citando com louvor alguns nomes ilustres, e até dizendo mal de mim, o que é talvez um modo de querer bem.

Acabaremos amigos, espero em Deus.

PÁGINA ESQUECIDA (DO AUTOR) 1912

Dr. José Leite de Vasconcelos
– *Lições de Filologia portuguesa*. Lisboa, 1911

I

Sob o título, pouco adequado, aliás, de *Lições de Filologia portuguesa*, publicou recentemente o conhecido filólogo Dr. José Leite de Vasconcelos um livro miscelâneo de vários assuntos, assaz interessantes quase todos, e onde os leitores e curiosos do gênero acharão muito que aproveitar.

Sem embargo do seu estilo hirsuto, da sua linguagem técnica de ásperas rebarbas, toda entremeada de sinais algébricos (vício alemão de escritores menores, mas muito generalizado entre os seus discípulos e imitadores latinos), o livro de L. de V. foi para mim, e creio que para todos que o leram, uma ocasião de sugestões e de ideias aproveitáveis.

Contudo, muita coisa ali me pareceu inaceitável, falsa, errônea ou absurda. Destas exceções à impressão geral que é agradável foi que compus as *Notas* que se vão ler.

Um livro de valor sempre desperta a crítica ou o comentário. Li-o, anotando-o, com a intenção tranquila de o julgar nos verdadeiros termos.

Apesar desta simpatia, nem tudo me pareceu bom. E seria faltar à verdade, e ao respeito que se lhe deve, fazer aqui um panegírico de louvores que podem ficar subentendidos.

As restrições que ponho aqui não definem, já se vê, o livro que no seu todo é substancioso e aproveitável.

Trouxe-me alguma hesitação o imoderado orgulho do autor, a sua incapacidade de suportar a crítica (tal se entrevê de várias páginas das suas obras); mas entendo que a pesquisa da verdade está muito acima destas frágeis contingências humanas.

E é com essa tranquilidade de ânimo que espero ser lido.



Uma palavra que é pena faltar ao português é o verbo *devenir* ou *devir*, que as filosofias transformistas tornaram agora quase indispensável.

Desde muito o *werden* dos alemães ou o *devenir* dos franceses constituiu tropeço à linguagem dos nossos filósofos.

Não temos a palavra e nunca a tivemos. O sr. Leite de Vasconcelos, sem alarde, julgou descobri-la no *testamento de Afonso VI*; mas, acredito, foi apenas vítima ingênua dos seus processos *rigorosos e científicos*, o que lastimamos sinceramente.

Eis o caso.

Naquele testamento dispõe o rei que fique o reino em poder da rainha e dos vassallos se o seu filho ou filha, herdeiro natural, não tiver ainda a idade capaz ou de *revora* como se dizia então. A disposição é redigida nos termos seguintes:

Ssi no tempo de mia morte meu filio ou mia filia que *deiver* a *reinar* nõ ouver *revora*... etc.

Aquele *deiver* foi submetido a alguns passes fonéticos e etimológicos de rigor; *deiver* por *devier*, futuro de *devir* (lat. *devenire*) análogo ao francês *devenir* (pág. 81).

É errado e absolutamente inexato. Não se trata de *devir*, mas de *dever*. Não há nem houve jamais tal verbo *devir* na literatura arcaica.

Deiver muda-se a *devier* porque, diz L. V., no manuscrito o *u* (ou *v*) está um pouco abaixo do *i*. Não sei em que isto pode aproveitar ao nosso filólogo.

A interpretação verdadeira da frase é esta:

Se no tempo da minha morte o meu filho que *dever* a reinar, não houver revora...

Dever a, seguido de infinitivo, é uma sintaxe muito vulgar no português antigo e seria fastidioso repetir exemplos dessa perífrase comum a línguas latinas e até estranhas.¹

Se ainda houvesse alguma dúvida a este respeito, bastaria para a dissipar a confrontação desta exegese com a primitiva redação em latim daquele *testamento de Afonso II*; essa antiga versão felizmente existe, embora escapasse ao filólogo (deve existir nos arquivos da *Torre do Tombo*) e foi publicada por Viterbo no seu *Elucidário*; aí é que se pode ver se na realidade esse *deiver* é *debere* ou é *devenire*. Eis o texto:

1  Só indicados por H. Lang no *Cancioneiro D. Dinis* há os seguintes: non *dev'en* a lazerar (v. 632) nem *devo a morrer* (v. 633) *deve* muito a crer (v. 2101, repetido mais duas vezes 2107, 2113). A mesma sintaxe *bouver a* ocorre várias vezes no *testamento de Afonso II*.

Esta interpretação *devier* como futuro do hipotético do nunca achado *devir* já se depara na *Crestomatia arcaica* de J. Nunes, a propósito deste mesmo *testamento de Afonso II*.

Este caso do *devenir* português nem mesmo é da autoria plena de Vasconcellos; um exemplo obscuro, único e pouco inteligível de um provérbio colhido no *Canc. da Vaticana* por C. Michaëlis (se me não atraíçoa a memória), deu ensejo a toda essa literatura do *devenire*.

Et si in tempore mortis mesæ et filius meus, et filia qui vel quæ *debuerit* habere regnum, non habuerit roboram...¹

Eis, pois, o *debuerit* a mostrar que o *devenire*, sem exemplos na literatura antiga, é um oco fantasma, sem realidade.



Nesse mesmo testamento (que aliás é apenas um pequeno trecho) comete L. de V. várias cincoas de interpretação, pouco explicáveis. O rei deixa a *meiidade* ou metade dos moveis à rainha, e acrescenta:

Da outra *meiidade solten* ende primeiramente todas as minhas devidas. E do que remanecer... etc...

O sr. L. de V. interpreta a palavra *soltem* como *separem*. É insensato quase.

Dívidas não *se separam*, pagam-se ou quitam-se. *Soltar* de *solto*, como *soluto*, é congênito de *solver*, que ainda hoje significa a mesma coisa.

O dicionário de autoridades da academia espanhola diz que “*soltar la deuda é remitirla ò perdonarla*”.

Separar dívidas! é assombroso. E para que separá-las?

Se ao sr. L. de V. faltava esse esclarecimento por análise comparativa, poderia pelo menos achar no Moraes o exemplo de *solto* (= quite, desobrigado do contrato), colhido em um texto da *Col. de Inéditos*.²

Seria aliás inútil mais detido exame; *separar dívidas* é um disparate, e não merece comentário. Deve atribuir-se à falta de atenção.

1 ∞ Viterbo – *Elucidário* II, pág. 181. E não é só verdade filológica, mas jurídica. A sucessão cabe ao filho por necessidade (debere) e não por casualidade (devenire).

2 ∞ Nas *Ord. Afons. I* III tit. 32 diz-se *absolto* ou *assolto* do que solveu a dívida, ou dela se exonerou.



Outra cincada, quase sofisma do filólogo português, é a interpretação de outra passagem do testamento na qual se ordena a distribuição de quinhões ou partes aos vários servos do rei, padres e leigos, não contemplados anteriormente. Diz o texto:

E den (dêem) aos omeens dordin (padres) de mia casa e aos leigos, assi com' *eles virem por guisado*, que eu nõ galardoei...

O *virem por guisado* foi aqui um terrível *busillis* para o descuidado exegeta. Neste passo, o comentador (pág. 97) entende que *virem por guisado* ou *ver por guisado* equivale a *ver fazer por guisado* (!), isto é, fazer o que é “conveniente e justo”.

A explicação, bem se vê, é atrapalhadíssima e sem fundamento na língua antiga; percebe-se apenas que, segundo L. de V., a distribuição deve ser feita conforme “se tiver por conveniente e justo”. Poderia também ajuntar: “do melhor modo possível”.

Tudo isto é inteira incompreensão do texto.

É claro que o rei não autorizaria *injustiças* e *inconveniências*; mas o que ainda é mais claro é que o sr. L. de V. não entendeu bem o que leu, e foi saindo pela acomodaticia escapatória da *conveniência* e *justiça*. Foi outra desatenção do exegeta.

A verdadeira significação de *por guisado* é a de – por ordem, jerarquia, posição ou qualidade das pessoas – e foi isso o que não percebeu o nosso intérprete.

Trata-se de criados numerosos do rei, clérigos e leigos. As quotas devem ser distribuídas por eles, *per guisado*, isto é, proporcionalmente, com referência à condição e qualidade de cada um.

Sabê-lo-ia o filólogo, se consultasse o valor de *guisado* e *aguisado* nos documentos mais ou menos coevos.

*Guisa*¹ significa ordem, hierarquia, posição relativa de coisa. E é que vamos ver.

Nas *Ordenações Afonsinas* deparam-se exemplos característicos. No *Livro II, tit. 59*, reclamando os vassalos contra os especuladores que por viandas e outras coisas “que valem *menos*, demandam por elas *muito mais*”, respondeu el-Rei ordenando que tais coisas necessárias, viandas, etc. só podiam ser vendidas por *aguisado preço*. Entende-se pelo preço tarifado, proporcionado ao valor verdadeiro.

No castelhano é a mesma coisa. Lê-se no *Dom Quixote* que os cavaleiros andantes devem bater-se pela honra das mulheres *cualesquiera que seam, quanto mas por las reinbas de tan alta guisa e prol*.

De tão alta guisa, isto é, de tão alta qualidade ou hierarquia e posição.

Exemplo português (dado na reimpressão):

“E esta dona era muy filho d’algo e de grã *guisa*”. *Cron. do Condestabre* (séc. XV)

ed. Mendes dos Remédios, pág. 7

O *Fuero Juzgo* diz também: “E se fueren personas de *menor guisa*, faganlo partir luego.”

De *menor guisa*, isto é, de inferior posição ou qualidade.

“Cavaleiros *aguisados*” eram os da antiga ordenança ou de primeira classe, por oposição aos de gineta que eram a cavalaria ligeira, sem arneses e os mais apetrechos.

Assim, voltando ao testamento, a distribuição pelos servos – *per guisado* – era e devia ser pela ordem e hierarquia de cada um. E nem se pode entender diferentemente quando *criados do rei* eram muitos de alta

I ∞ Além do sentido comum de maneira, modo etc., que não são desconvenientes.

ou de baixa posição, desde os da sua câmara e confessionário até os da ucharia e mais dependências.¹

O sr. L. de V. quando editou o seu “conveniente e justo” apenas perpetrou um lugar-comum que caberia a qualquer cláusula do testamento, as quais todas deviam ser *convenientes* e *justas*.

Ainda sem sair das quatro páginas do *Testamento de Afonso II*, poder-se-iam notar muitas das falsas ou duvidosas interpretações do filólogo português, e a sua habilidade no evitar os lugares difíceis sendo tão prolixo e erudito em coisas trivialíssimas.²



Ao concluir o comentário do *testamento* não se despede o ilustre exegeta sem uma nova incúria e irreflexão. Procura ele explicar a data do documento que reza assim conforme o estilo do tempo.

“IIII^{or} dias per andar de Junio”

Isto é, quatro dias por andar de junho; o nosso intérprete, reduzindo a fórmula antiga ao nosso uso moderno, traduz: *26 de junho*.

1  Há ainda exemplos numerosos que definem o sentido de *ordem* ou *disposição* do vocábulo *guisa* e derivados: “Elles *aguisavam* suas doas para darem a Josep” (dispunham ou punham em ordem os presentes...) *Ined.* de Fr. Fort. de S. Boaventura II, 69; e este exemplo foi aproveitado nas ed. modernas do Morais. “Façam vender o pam... e poer *aguisadamente* segundo o pam que for dando-lhe ganho *aguisado*”. *Dissert. chron.* III 2.^a pág. 100. — O sentido de *mancira* que hoje é vago era primitivamente preciso pois que era de *mão* ou *turno* e portanto de ordem. O mesmo sucedeu à *guisa*. Assim é que enumerando uma série podia dizer-se e dizia-se — *por esta guisa*. Veja-se a *ordem* ou *guisa* que se devia observar nos processos nas *Dissert chronol* III. 2.^a pág. 93.

2  Lê-se no testamento: “Rogo que estes aniversarios façam sempre no dia de minha morte”. O sr. L. de Y. não explica o que seja *aniversario* que era a missa de ano, diferente do *trintaio*, a de 30 dias, e de outras espécies.

Dir-se-á que a coisa era fácil de entender; não me parece; mas então para que explicar que *sa é sua* e *teen é têm* (verbo ter) e *fazem é façam* e *do é de* + o e quejandas trivialidades de erudição barata? Dizia-se *trintaio de missas*, *annal de missas* etc.

Mas, não pode ser. O erro é palpável.

Quatro dias por andar de junho é 27 e não 26. Dir-se-á que a diferença é pequena. Um *professor de textos arcaicos* (que em grande número são documentos forenses ou oficiais) deve conhecer com exatidão a fórmula das antigas datas ou se a não conhece desnorteará os seus discípulos. Mas não quero fazer-lhe injustiça.

No modo antigo de contar (convém dizê-lo para os leitores que não têm informação do assunto) era costume designar os *dias andados*, como lhes chamavam, do 1.º ao dia 15 de cada mês na ordem natural; daqui por diante devia contar-se do último dia do mês para trás, isto é, em sentido retrógrado até incluir-se o dia que era intenção apontar, e esses eram os *dias por andar*.

Destarte tendo junho trinta dias, *quatro dias por andar de junho* como diz o testamento, significa que o dia era $30 - 4 + 1 = 27$, isto é, 27 de junho, e não 26 como afirma L. de V. com evidente inexactidão.

O erro de L. de V. porém resultou provavelmente de uma consulta irrefletida e inconsiderada ao *Elucidário* de Viterbo. Por infeliz coincidência, Viterbo exemplifica o uso do antigo calendário exatamente com esta mesma data: *quatro dias por andar de junho* = 26 de junho.

L. de V. copiou o erro por incúria pouco desculpável no seu caso. Cumpria-lhe, pelo menos, verificar a data do documento que apresenta como texto de suas *Lições*.

Cumpria-lhe ainda não ignorar que de há muito aquele mesmo erro de Viterbo se acha corrigido por João Pedro Ribeiro nas *Dissertações cronológicas* (t. II-págs. 62-63) onde se explana a questão e se conclui que houve equívoco por parte do autor do *Elucidário*.

Esta correção serve também para inculcar que nos autores e filólogos que tanto usam e abusam de sinais algébricos e de outras farandolagens pedantescas, há pouca matemática e pouca precisão no que dizem.

Sinais são meras abreviaturas e não significam verdades. Nas *Lições de Filologia* há muitas verdades sem o valhacouto dos sinais, felizmente. Mas, muito erro no meio desse aparato de *engana-meninos*.

A exatidão consistiria aqui em verificar os assertos, mormente tratando-se de lições não já a alunos bisonhos, mas a *professores e escritores*, do que se vangloria não sem legítimo orgulho o ilustre filólogo.¹

Uma crítica exaustiva do seu comentário seria tarefa mais fastidiosa que aproveitáve².

Em outra oportunidade, continuaremos estas notas e reflexões que se oferecem à meditação dos numerosos discípulos do sr. L. de Vasconcelos.

O assunto não é divertido, e não convém aumentar o fastio dos leitores que até aqui chegaram.

II

Depois do documento em prosa que acabamos de analisar, o sr. Leite de Vasconcelos escolheu mais para objeto de suas *Lições* duas cantigas arcaicas cuja preferência não argui a perícia do comentador.

1  Assim o diz no prólogo das *Lições* o autor que confessa ter discípulos tais e haver aceitado uma cadeira na Biblioteca Nacional de Lisboa por seguir o exemplo de Oppert que na de Paris ensinou o sânscrito. (*Excusez du peu*).

2  Deixa-se assim de parte a análise de pequenas imperfeições, erros ou lapsos de menor monta: o de dizer p. ex. que *açuda* e *açude* são do mesmo gênero, comparados a *reposte* e *reposta* que são ambos femininos; o de derivar *exetes* do latim *exceptis*, quando existem as duas formas *exete* e *exetes* que se explicam necessariamente por *exceptè* (o \underline{s} prostético da segunda forma *exetes* é um fato comum nos advérbios e partículas: *ante-s*, *mente-s* etc.)

O exemplo que se encontra em Morais não esclarece o gênero de *reposte*: a palavra ocorre nada menos de cinco ou seis vezes no testamento do *Infante Santo*, apenso à ed. de Mendes dos Remédios, sempre com o mesmo gênero que é o feminino. Não tem, pois, nenhuma analogia com *açude*.

Muito pelo contrário, digamos com franqueza. As obras dos antigos trovadores precisam ser restituídas ao verdadeiro texto e às suas formas métricas definidas; realizada essa tarefa preliminar, por vezes difícilíssima, resta apenas explicar, comentar ou interpretar.

Ora, L. de V. escolheu duas poesias trovadorescas já conhecidas, já restituídas ao seu verdadeiro texto e à sua métrica e já suficientemente glosadas e explicadas. Havendo tão numerosas ainda pelos cancioneiros da *Vaticana* e *Colocci* que não foram restituídas e explanadas, era quase dever do ilustre mestre não vir reeditar, como aluno inseguro, apenas duas canções *já estudadas e explicadas* por H. Lang e Carolina Michaëlis.

Os seus conhecimentos de *textos arcaicos* ficam ainda à espera de qualquer demonstração mais positiva.

Uma das cantigas escolhidas é a de n.º 35 do *Cancioneiro da Ajuda*; acha-se pois já concertada e explicada por paráfrase em prosa pela Dra. Carolina Michaëlis. A outra é uma das mais conhecidas e reimpressas, do rei Dom Dinis, explicada em todos os seus termos pelas notas e glossários que acompanham a edição que do cancionero do Rei poeta fez o professor norte-americano Henry Lang.¹

Nos volumosos cancioneiros que apenas se acham rudemente impressos na sua forma paleográfica havia matéria sobeja para quem não quisesse cautelosamente repetir o que já estava feito e muito bem-feito por aquelas duas autoridades de reputação europeia.

Não temos, pois, aqui nenhuma oportunidade de avaliar os méritos do novo e inútil exegeta.

Trata-se de obras feitas, infelizmente, neste caso.

Contudo, pode admitir-se que o filólogo português, retomando o assunto já tratado de outros, venha alumia-lo sob aspectos novos ou interessantes.

1  Propriamente, como se sabe, não há um *Cancioneiro* de Dom Dinis; aplica-se esta denominação às poesias suas que figuram no *Canc.* da Biblioteca vaticana e que já tiveram duas edições, a de Caetano Lopes de Moura e a de Henry Lang.

Assim, na primeira cantiga, encontramos uma correção:

Como morreu quen foi amar
 Quen lhe nunca quiz ben fazer
 E *de que* lhe fez Deus veer
 De que que foi morto com pesar:
 Ay! assi moir'eu.

pág 108

A cantiga foi restituída e explicada, como dissemos, por C. Michaëlis que, no terceiro verso, propôs a leitura “de quen”.

A este propósito, diz L. de Vasconcelos em comentário:

“*De que*. Pronome relativo a pessoa e precedido de preposição (Cf. Nobiling, *Mel. Chabaneau*, pág. 350). A sra. D. Carolina Michaëlis emendou desnecessariamente em *de que* (*n*).”

Pois bem. A observação nem é de Vasconcelos, nem de Nobiling, aqui metido à força para ocultar o seu verdadeiro autor, que foi H. Lang e que escreveu textualmente:

“In altport. galt *que* auch nach präpositionen in persönl. sinne, wo man jetzt *quem* brauchen müsst.”

O que se traduz:

“No antigo português *que* precedido de preposição também se usa com referência a pessoas, nos casos em que hoje havemos de empregar *quem*.”

Em resumo, a primeira das duas cantigas comentadas por L. V. é tomada a Carolina Michaëlis, que a restituiu e interpretou. O ilustre

autor das *Lições* apresentou apenas aquela pequena correção *de que – de quem* – que lhe não pertence, pois que está em H. Lang.¹

A correção, de si mesma, é insignificante, mas para o sr. L. V. serviu a dois fins – inculcar que podia corrigir ou variar o texto que a eminente Sra. havia adotado, e ao mesmo tempo sonegar a Henry Lang a autoria da correção.

Não queremos aqui, nem de longe, insinuar que o ilustre filólogo intentasse plagiar a observação do professor americano. Mas, a intenção muito do seu temperamento desabrido e pouco gentil, era menoscabá-lo, como poderíamos provar por inúmeros passos das *Lições* e de outras referências. O sr. L. de V. não perdoa a Henry Lang o juízo que este faz da sua *superficialidade* e *mesquinho conhecimento* da literatura e da língua arcaica.

A autoridade de H. Lang servirá aqui no Brasil (onde a ignorância e confusão de ideias é imensa, conforme L. de V. reconhece) para me desculpar e me justificar as rápidas impressões destas *Notas de leitura*. Entre nós, os filólogos algebristas com suas fórmulas e a sua simbólica, são ainda menos lidos que os outros, mas fundam a sólida reputação de monstros inexpugnáveis.

Não para mim, que lhes enxergo pelos buracos do manto a vaidade e pobreza de substância. São bolhas de sabão que se esvaem ao primeiro sopro.

A seu espírito sem imaginação e sem cultura assimilada e incorporada aos seus próprios dotes, de nada ou de pouco lhe servirá um *curriculum* de leis fonéticas. Andando em caminhos sempre transitados, a sua locomoção será confortável e segura, mas nada contribuirá para o conhecimento ou sequer a discussão dos fatos.

I  Está em Lang e o sr. L. de V. não podia ignorá-lo, pois foi feita a propósito da cantiga de Dom Dinis que o próprio L. de V. reproduz em seguida e que não tardaremos a noticiar.

Nos trabalhos de L. de V. em geral, superficiais, como diz Lang, há algumas observações aproveitáveis, apesar da sua falta quase absoluta de imaginação, sem a qual não há ciência possível, pois que tudo degenera em simples catalogia, estéril.

Todavia, inventariar ou registrar não é tarefa desprezível se os inventários e registros podem na sua congêrie imensa oferecer, como as toneladas de minério, algumas palhetas de ouro verdadeiro.

O que desagrada no tabelião de resíduos é a vaidade que faz rir ¹.
Prossigamos.

A segunda cantiga medieval incluída como texto nas *Lições* foi como a primeira já restituída à forma e metro próprios e já explanada em todos os seus termos por Henry Lang.

Há, porém, um ponto difícil em que H. Lang naufragou. O texto diz:

non sei o⁷ eu quen
Possa compridamente no seu bem
Falar, ca non ha, *tral-o seu bem*, al

Henry Lang adotou esse texto, mas não o entendeu bem, pois que supôs ser *tral-o* um verbo (trager) quando é a preposição *tra-lo* (trans); *tralo seu bem*, isto é, além do seu bem, exceto o seu bem.

L. de Vasconcelos corrige magnificamente o erro nestes termos depois de explanar o sentido de *tralo* = exceto:

1  Escrevendo as linhas acima, lembramos-nos dos úteis catálogos de coisas folclóricas, pobríssimos de ideias, mas não raro ricos de fatos, que L. de V. tem publicado sob títulos vários de *Ensaio etnográfico*, *tradições*, etc. Em todos falta-lhes o caráter de generalização ou a erudição de confrontos e de meros paralelismos. Neles o autor, fiel ao seu temperamento, por vezes investe contra a *falta de ciência* nestas matérias em Portugal, deixando entrever que ele veio fundar ciência nova (!).

“Lang na sua edição do *Cancioneiro*, pág. 169, não interpreta bem esta palavra, porque a põe em conexão com *trager*, quando ela nada tem com o verbo – Cf. também D. Carolina Michaëlis na *Zs. f. rom. Philol.* XIX etc.”

Que parece aos leitores?

A mim, pelo menos me pareceu que a correção é de Leite de Vasconcelos e que o erro é de Lang e *também* de Carolina Michaëlis.

É o que se depreende das palavras do autor das *Lições*.

Entretanto, a coisa é diversa e até oposta.

Quem fez a correção desde muito foi Carolina Michaëlis e o sr. L. de V. (aqui lhe transfiro a posição) foi quem *também* muito tempo depois e agora, repetiu a observação da eminente escritora, relegando-a para uma nota equívoca, de má redação e tal que deixa acreditar aos ingênuos que a eminente doutora caiu no mesmo erro de Lang ou pelo menos seguiu a opinião de Vasconcelos – o que tudo é falso.¹

Em resumo: o sr. L. de V., desprezando o manancial inédito dos cancioneiros, apegar-se a duas cantigas, já estudadas e explanadas respectivamente por H. Lang e Carolina Michaëlis. Na de Lang, corrige um erro (*tral-o*) mas a correção é de C. Michaëlis; na de C. Michaëlis propõe uma correção (*de quem*) à custa de Lang, sem o citar.²

1 ∞ Carolina Michaëlis corrigiu o erro ou lapso de H. Lang, na notícia a respeito do *Canc. de D. Dinis* na revista alemã citada.

2 ∞ Em geral as citações de L. de V. são abusivas e equívocas quando encerram correções aos autores. Em nota à pág. 104, diz que “em português devemos dizer *sirventês*”, e corrige o erro de Teófilo Braga e de Cândido de Figueiredo que escreveram *Sirvente*. E acrescenta depois de algumas reflexões sobre a forma *sirventês*: “assim diz já a sra. Carol. Michaëlis”; pode parecer que a eminente sra. o disse por advertência de L. de V.; quando a verdade é que este a acompanha, a repete e na autoridade dela é que se funda para argumentar Contra Braga e Figueiredo, por liquidação talvez de velhas contas. A autoridade de Carolina Michaëlis, com ser grande, e as das formas congêneres, italiana e provençal, pouco aproveitam a este caso que nada tem de duvidoso.

E são estas duas únicas novidades ajuntadas aos textos conhecidos e explicados (!).

Com o *testamento* em prosa e estas *duas cantigas*, mostra o sr. L. de V. seu saber arqueológico e conclui:

“Estes três textos dão ideia da língua usada em Portugal no mais antigo período.”

E dão também ideia de que o autor das *Lições* poderia fazer coisa melhor, mais original e mais digna do seu já tão longo e diuturno versar dos antigos escritores.

L. de Vasconcelos compila excessivamente. Só refuta uma autoridade, servindo-se de outra, sem o trabalho de investigar ou apurar por si mesmo – defeito que atribuo à grave falta de imaginação.

Queremos aqui tocar um caso e exemplo que se depara ainda no espécimen de poesia arcaica que nos dá nas suas *Lições*.

Não é coisa que lhe inteiramente diga respeito, mas é interessante e digna de nota.

Não será demais tratá-lo aqui neste lugar.

Ainda a propósito destas cantigas tomadas aos cancioneiros (ou antes à fácil reimpressão delas), o sr. professor L. de Vasconcelos adota uma opinião conhecida e generalizada entre filólogos estrangeiros que, embora conheçam gravemente as questões históricas e etimológi-

Se L. V. lesse os autores portugueses na obra da versificação de Manoel da Fonseca Borralho (*Luzes da Poesia* 1724), autor inscrito pela Academia entre os clássicos da língua, lá veria e acharia a forma clássica e de uso *Serventesios*, espécie poética a que se consagra um capítulo naquele tratado.

Por ignorar a fonte venácula é que L. de V. diz que “o caso que nos deve regular não é o francês mas o provençal”.

Cremos ingenuamente que o que deve regular é o português quando ele existe, como no caso presente,

Serventesio ou *sermontesio* não é nenhum neologismo; figura em todos os nossos dicionários, desde Bluteau.

cas, são entretanto e não raro, absolutamente incapazes de perceber o sentido íntimo e idiomático da nossa língua.

O conhecimento de coisas fonéticas e de outras exterioridades importantes ninguém o nega, não passa de mero materialismo para o qual não existem matizes nem delicadezas de expressão, sempre imponderáveis para essas balanças grosseiras do objetivismo. Há filólogos pela Europa afora que podem legitimamente dizer “*Sei mais português que o Camões*”, e entretanto não escrevem duas linhas como eu ou como o Vasconcelos.

Refiro-me aqui à opinião daqueles filólogos que sustentam ser a forma perifrástica – *foi amar* – idêntica a – *amou*.

O professor L. de V., que conhece a sua língua materna, repete esse disparate.

Notaram os filólogos a frequência daquela forma perifrástica, tão útil nas amplificações métricas, precipuamente nos romances do ciclo carolíngio que migraram para a península.

Essa migração é do século XV e posterior aos cancioneiros.

Mas, *legem habemus*, em português as duas formas não se equivalem, e classifico de despropósito a identidade que L. de Vasconcelos assinala *foi amar* = *amou*, por mero espírito de disciplinada imitação de frioleiras exóticas.

Assim, diz ele, cortejando com mesura e desmesuradamente aquela opinião material e extravagante:

foi amar – *amou* (cf. *Rev. Lus.* VIII)

Na *Revista lusitana* já se deparava o mesmo disparate, como se está vendo e não vale a pena verificá-lo.

A verdade é que as duas formas são perfeitamente claras e envolvem ideias distintas.

Foi amar não é amou. O verbo *ir* em composição com o infinitivo expressa a ousadia, o risco, a temeridade da ação que se supõe difícil ou impossível.

Registra-se apenas um fato, quando se diz: *subiu a escada e caiu*, mas se se trata de pessoa inválida, doente ou que não poderia subir a escada sem risco, diz-se: “*Foi subir* a escada e caiu.”

Foi subir, isto é, ousou, atreveu-se a subir. A fórmula é, pois, usada quando queremos indicar a decepção ou *fiasco* na interpresa:

“*Foi buscar* lã e saiu tosquiado”

e nunca se dirá

Buscou lã e saiu tosquiado.

O conhecimento idiomático da língua basta para afastar essa estrúxula equação, absurda e insustentável.

Ora, esse é o caso da poesia trovadoresca analisada pelo sr. Vasconcelos:¹

Como morreu quem foi *amar*
 Quem lhe nunca quiz bem fazer
 Assi moir’ eu
 (Assim morro eu)

O sr. Vasconcelos entende que se deve interpretar — “*foi amar = amou*” — quando o próprio sentido mostra que *quem foi amar* quer dizer *quem se arriscou, quem se abalçou, quem se atreveu a amar...*

Indica-se aí o inútil, o inconveniente, o repreensível da ação.²

1  Lições, págs. 108 e 109.

2  H. Lang, para todos os casos, assinalou que essa identidade era insustentável, no português de hoje como no português antigo. São palavras suas: *Wie noch in der heutigen Sprache schon im aport. fuit... mit dem Infinitiv zum Ausdruck der vollendeten stat der nur erstrebten Handlung, also zur Umschreibung des Praeteritums dienen. Zeitschr. f. rom. Phil. XXXII Band (1908) n. 2, pág. 153.* A perífrase tem e tinha usos vários e vários sentidos e não é possível interpretá-la com aquela restrição infiel e absurda. No caso apontado por Lang no *Canc. da Ajuda* a interpretação da Sra. D. Carolina Michaëlis parece-me aceitável.

O verbo *ir* em tais casos expressa um movimento temerário e arriscado, que sempre acaba em decepção.

Como é difícil entender as coisas mais simples!



Se na interpretação e estudo dos textos L. de V. buscou os que já haviam sido estudados por H. Lang, Carolina Michaëlis, entretanto, lá para diante do seu livro vamos encontrá-lo desacompanhado e independente quando faz a crítica do *Auto da Festa*, de GIL VICENTE, não há muito descoberto e editado pelo CONDE DE SABUGOSA.

Não se trata já de um texto arcaico. Gil Vicente é do século XVI; sua língua, porém, é, em compensação, muito mais variada, mais profusa, rica e difícil que a dos trovadores, de alto a baixo estéreis, monótonos e insípidos.

É, pois, uma ocasião excelente de verificar a argúcia de Leite de Vasconcelos, que desde muitos anos está a prometer ou a preparar uma *edição científica* do grande fundador do teatro português.

No *Auto da Festa* aparece uma quintilha evidentemente errada, pelo metro e rima imperfeita. Trata-se, pelo assunto, de corromper um juiz e, diz-se, na quintilha:

Se tu diante lhe deitas
duas dúzias de perdizes
A) e outras semelhantes penitas
farás que as varas direitas
se tornem em coisas fritas.

O Conde de Sabugosa acha e põe em nota que se deve talvez ler em vez de *penitas* a palavra *peitas*.

A correção é discreta porque era fácil confundir na escrita *penitas* e *peitas*, demais convém ao *sentido* que é de suborno, à *rima* (deitas, direi-

tas) no lugar próprio¹ e *melhora* o verso, que tem no texto uma sílaba a mais.

É uma correção excelente e que parece definitiva.

Leite de Vasconcelos aqui intervém com autoridade magistral. Aceita a lição *peitas*, mas acha a correção insuficiente. Parecerá ao leitor ingênuo se reparar na quintilha que vai tratar do único defeito que resta, talvez a rima *perdizes* – *fritas* realmente inaceitável:

Se tu diante lhe deitas
duas duzias de perdizes
B) e outras semelhantes *peitas*
farás que as varas direitas
se tornem em coisas fritas

O que uma exegese sensata pode sugerir é a substituição de *perdizes* por *penitas* que já estava no texto, e então a quintilha se torna irrepreensível:

Se tu diante lhe deitas
duas duzias de *penitas*
C) e outras semelhantes *peitas*
farás que as varas direitas
se tornem em cousas fritas²

1  A disposição das rimas é *abaab*.

2  A ideia dessa correção integral é do próprio Conde de Sabugosa, a quem parece ser *penitas* um diminutivo de *penas* (aves).

E o diminutivo, ajuntamos nós, é de frequente e gracioso emprego quando se quer encarecer o mimo de presentes e dádivas.

Emprega-o Juan del Encina a quem Gil Vicente imita algumas vezes:

Le dé yo mil cosicas...
.....
Y aun daréle pajarillas
Codornices e zorzales
Jilgueritos y pardales,
Pegas, tordos, tortolillas...
(*Ed. da Acad.* 95, 98.)

A melhor correção é a que emenda menos.

Mas o professor Leite de Vasconcelos é um temperamento complicado, e nos seus escaninhos cerebrais não cabe essa modesta descrição sem tortuosidades tenebrosas.

As suas boas qualidades de erudito são estragadas por uma falta descomunal de sutileza.

Assim nem sequer cogita de substituir a rima inaceitável e impossível que envolve a palavra *perdizes*.

O que ao vilão (personagem do auto) interessa (diz L. V.) não é que as *perdizes* se fritassem ou cozinhassem: “Por isso, proponho (são palavras textuais) que em vez de *coisas fritas* se leia *contraditas*, termo jurídico que vinha muito a propósito (*contradita* – alegação em contrário, objeção ao dito ou verdade das testemunhas, como a definem Fonseca & Roquete).”

Veremos depois o erro e insignificância dessa exegese. Mas, por enquanto, basta apresentar ao leitor o texto da quintilha, tal como fica após as emendas de Leite do Vasconcelos:

Si tu diante lhe deitas
 duas dúzias de perdizes
 e outras semelhantes peitas
 farás que as varas direitas
 se tornem em contraditas.

Eis aí o monstrego.

É incrível. Falta à rima e à razão.

Quanto à rima, o defeito dessa restituição não existe, segundo L. de V., porque os versos neste caso “seriam *toantes*”.

Repare-se nesse disparate de considerar *toantes* *perdizes* e *contraditas*. As duas palavras nem toam nem rimam, e evidentemente o sr. L. de V. só poderia dizê-lo por inadvertência, precipitação e

descuido, uma vez que se admita, como admitimos, que lhe não era lícito ignorar nem ele ignora decerto, o que sejam *toantes* e *consoantes* ou rimas.¹

Em Gil Vicente as quintilhas são sempre rimadas, e neste passo do *auto da festa* distribuem-se as rimas por estrofes alternadas, segundo a ordem *abaab* (é o caso desta quintilha) e *abbab*. A correção do sr. Vasconcelos não satisfaz a nenhum dos dois casos, ainda quando se admita o absurdo das suas famosas toantes *perdizes* e *contraditas* misturadas a versos rimados.

Isto quanto à rima e quanto à forma. Quanto ao fundo e substância, a leitura de Leite de Vasconcelos é totalmente indefensável.

Vejamos.

L. de V. pretende que *as varas direitas* do juiz *podem tornar-se em contraditas*.

O termo jurídico *contraditas*, disse ele, vem muito a propósito. Exatamente, e pelo contrário, é despropósito grande.

No processo antigo ou moderno, ao juiz não cabe nunca, e nem se lhe pode atribuir a *contradita*, que é réplica dos interessados, das partes ou das testemunhas.

Temos num documento do século XV, publicado por J. P. Ribeiro, o formulário breve dos processos que eram ordenados perante os

1  Não só é um erro afirmar que *perdizes* e *contraditas* são toantes, como ainda admitir que haja toantes nas quintilhas do teatro quinhentista português. Não há um só exemplo líquido. Nele são sempre rimadas, embora haja casos de imperfeição, e nota-os L. de Vasconcelos, como os há em outras espécies, mas nunca serão interpretados como se foram de versos toantes.

Gil Vicente, que eu saiba, não escreveu auto algum em versos toantes e nem eram de uso; muito menos de mistura com rimas.

Muitas das imperfeições da rima podem ser atribuídas a reimpressões ou a copistas descuidados.

Vê-se que a correção mais aceitável é a que propus, variante C, por sugestão de Sabugosa: passar *penntas* para o 2.º verso, e ler *peitas* no final do terceiro. Concerta-se, com isto, *la rime et la raison*.

juízes, e por ele se compreende melhor como devia ser ainda no tempo de *Gil Vicente* o sentido e o momento das *contraditas*.¹

Contradita é, pois, uma alegação especial, a réplica. Em caso algum, é *sentença* do juiz.

Atribuir *contraditas* ao juiz só na jurisprudência, felizmente inócua, do ilustre filólogo.

Com esses exemplos de exagero muito receamos pela edição crítica há tantos anos anunciada das *Obras*, de Gil Vicente, que será certamente muito valiosa, à parte as prováveis interpretações do texto² que reclamam um espírito mais sutil e arguto e mais lido nas letras clássicas.

É impossível pois evitar-se aqui o fastio de bagatelas e minúcias.

Anotando alguns passos das *Lições de Filologia Portuguesa*, somos também obrigados a demoradas prolixidades, pois que escrevemos para um público que não é de especialistas e por isso preferimos desenvolver as questões de maior interesse geral para o leitor comum, deixando à parte outras que poderiam parecer fatigáveis e de somenos importância.³

1 🌀 Que esses juizes recebam ao Autor a petição, e ao réu sua contestação e dar o Autor seus artigos, e se o Reo ouver artigos contrários sejam recebidos, e façam *as partes suas provas* em esta guisa:

a inquirição da aução sobre si, e a inquirição da contrariedade sobre si, e acabadas estas inquirições da aução e da contrariedade que entom os juízes façam perguntas as partes *se am contraditas* e se disserem que am, que então dem *as contraditas* em escrito, e nomeem logo a elas as testemunhas etc. . . . *Dissert* I, 316 e 317.

2 🌀 A correção *contraditas* de Leite de Vasconcelos muito sensatamente não foi aceita na recente ed. (tomo II) Gil Vicente por Mendes dos Remedios, sábio, e modesto quanto sábio, professor da Universidade de Coimbra.

Parece que a edição crítica de Gil Vicente será feita por D. Carol. Michaëlis. Ainda bem! para Portugal e para o mundo!

3 🌀 É o caso da incompreensão do vocábulo *Noruega* que é também um brasileirismo e dele trataremos em melhor oportunidade.

É também o caso da f. port. *entre* (pág. 92) que só assinalou depois da advertência de Lang, a quem deprecia porque lhe não perdoa este a sua superficialidade. *Zschr. f. com Phil.* 32 n.º 2, em vários lugares.

Uma das investigações mais curiosas (e são poucas, infelizmente) do sr. Leite de Vasconcelos é a que institui acerca da palavra *azoratado*, de etimologia, ao seu parecer, obscura ou difícil.

L. de Vasconcelos dá textualmente a seguinte explicação:

“*Zorates*. Casa dos *orates* = casa *do* (s) *zorates*, donde se deduziu erroneamente *zorates*.”

E em nota:

“*Casa dos orates* quer dizer ‘dos doidos’. De *zorates* ou *zorate* veio o participio *azoratado*, que pressupõe o verbo *azoratar*.”

“A base de tudo é, sem dúvida, *orate*, como prova o espanhol onde esta palavra existe também.”

Não há quase uma só destas afirmativas que seja exata. Antes de tudo, a expressão não é *casa dos orates* que se não depara em texto algum, mas sim *casa de orates* que é o modismo vulgar e conhecido.

Desde logo se percebe que a alteração *dos orates* vai adrede arranjada com o intuito de sutilizar uma etimologia *s-orates* ou *z-orates*.

Esta derivação por esdrúxula e complicada só poderia ser aceita se efetivamente não existisse outra mais simples e de senso comum.

O espanhol tem a forma *açorar* derivada de *açor* (*azor*) e significa perseguir, sobressaltar, encolerizar como o faz o *açor* às pombas, e diz-se por extensão também das pessoas irritadas e molestadas e este é

É o caso das observações muito exatas sobre a linguagem dos escrivães mas que destroem de todo a suposta fase de português *proto-histórico* que seria apenas a gíria tabelíoa. A latinização do romance não o suprime nem pode pois criar um período da história da língua (*Lições* 132).

O que a foi nossa (pág. 319), o *alto-Douro* considerado peregrinismo moderno (pág. 321) a sintaxe dada como incorreta – *um dos homens que lá esteve* (pág. 389) e os nomes de cidades em *as*, *Filas*, quando a regra é muito excetuada (*Siracusa* e não *Siracusas*) e uma infinidade de outros casos de afirmativas contestáveis ou falsas, fora as observações indigestas e fastidiosas sobre nomes de localidades que engrossam inutilmente o volume, reclamariam um infólio de errata.

o sentido do nosso *açorato* que não se aplica à pessoa doida, mas molestanda, perseguida, exasperada.

Os nossos léxicos sempre falhos (calvários da língua como disse Carol. Michaëlis) não registram a palavra correspondente *açorar*, mas é lícito supor que tenha existido ou exista ainda, porque os mesmos léxicos registram o composto *desaçorar*, com o sentido, já se vê, de desembravecer, e desapaixonar o que está irado, *açorado*.¹

Ora, de *açorar* é que deriva naturalmente *açoratar* ou *azoratar* (grafia melhor e mais comum que *asorato* que encontro em Vasconcelos) segundo a analogia de outras formas: *disparar*, *disparatar*, *desbaratar*.

Não há, pois, nenhuma necessidade de engenhar aquele étimo extravagante como o que propôs L. de V., extraindo-o da expressão (casa do-) *s'orates*.

Acresce que para excursos e passes etimológicos em que são férteis os prestidigitadores da fonética não faltariam outros mananciais mais límpidos e cristalinos.² As suas raras sutilezas, como neste caso, são tristemente deploráveis.

O professor Leite de Vasconcelos faz timbre em conhecer o português, por meio de um *curriculum* de publicações estrangeiras, que ordinariamente versam sobre a linguagem medieval e completam a obra notável iniciada por Frederico Diez.

1  É curioso e serve ao nosso intento, lembrar que Morais e Domingos Vieira que não registram *açorar* empregam ambos a palavra que não registraram.

2  Estavam escritas estas linhas quando pude ler o artigo do nosso filólogo Lindolfo Gomes, da Academia Mineira, sobre o vocábulo ali conhecido e registrado, *zoreta* ou *zureta* que se liga a *zoratar*. Deriva-o de *zurita*, pomba bravia (esp. *zorita*; galego *zurita*) e *sura*.

Acrescentamos aqui a seguinte passagem do *Tesoro de la lengua castellana* (I, 601):

Asurar-se queimar *Quij. 2,41*: Y pues no nos *asuramos*, Sancho miente ó Sancho suena. *Torr. Fil. mor. 25, 4*: *Se asuró* los ninos, como las olas, con el calor demasiado.

Mataf inquietar, molestar: *asurado*, inquieto por algum sucesso.

Vê-se que há *açorar*, *azorar*, *asurar* que dispensam o *s'orates* (casa do') de L. de Vasconcelos.

A partir do século XVI, quando se avolumam as caudais da língua e floresce a literatura no seu período áureo, tudo lhe parece insignificante.

Espírito abobrado de arcaísmos e de caraminholas proto-históricas lhes chama, não lhe resta provavelmente o tempo necessário para conhecer a literatura da sua própria língua.

Vimos, há pouco, como se compraz em buscar a forma lídima *serventesios* nos livros modernos e estrangeiros, quando os próprios tratadistas portugueses antigos já conheciam e usavam o vocábulo.¹

Este mesmo desconhecimento das fontes clássicas idiomáticas ainda se confirma no seu estudo imperfeito mas interessante, sobre a frase *passar uma pernetá* que não soube documentar nem explicar como convinha.

Passar uma pernetá, diz Leite de V., é frase provinciana da Beira-Alta e significa passar dificuldades ou trabalhos. Por ex.: “fui a Madrid, mas *passei uma pernetá*.”

Toda a sua explicação consiste em dizer que *pernetá* está por *prenetá*, *praneta* = *planeta* (pág. 405).

Planeta nos antigos escritores é feminino (pág. 406) *pr* está por *pl* como em *preguntar*, *prefeito* (?) e *pernetá* significa sorte em Gil Vicente, Bernardes (407), e assim *astro*, *estrela* (408-409-410) e daí as derivações análogas *jovial* de *jove*, *lunático* de *lua*, etc.

E depois destes excursos banais e longos em que diz que *planeta*, *astro*, *estrela* significam sorte e destino, cousa jamais contestada, e consta de mil compêndios corriqueiros, conclui:

“Voltemos à frase que nos serviu de tema. Vê-se que *pernetá*, isto é, *planeta*, significou, sucessivamente, *sorte*, *má sorte*, *desgraça*, *dificuldades*: a frase *passar uma pernetá* torna-se assim perfeitamente clara.”

Tudo isto é inexato, infiel e errado.

1  Os nossos defeituosos dicionários registraram desde Bluteau a palavra *serventesio*. O Sr. L. de Vasconcelos não a viu nem a achou, apesar do seu saber fonético, por só buscá-la, cremos com a firma *serv...* antivernácula e estranha à prosódia da língua.

Planeta ou *estrela* pode ser mau ou bom e usado em ambos sentidos e daí a necessidade de dizer *mau planeta*, *má influência dos planetas* (BERNARDES) “Do *mau planeta* me defende” (FERREIRA) o “grande castelhano a quem fez o *seu planeta* (neste caso, *bom*) restituidor de Espanha (CAMÕES).

Estes exemplos são os do próprio L. Vasconcelos, que reuniu os documentos da sua mesma incompreensão e inabilidade.

A verdade é que há bom ou mau *planeta*, como há *má* ou *boa* estrela; não há e nem se percebe dos exemplos que sucessivamente significasse *sorte* e depois *desgraça* e *dificuldades*, escala esta de pura invenção, exceto quanto ao primeiro degrau, isto é, o sentido de *sorte*.

A explicação de Leite de Vasconcelos é inaceitável, pelas razões seguintes e óbvias:

A. Documenta o mero uso de *planeta* nas letras antigas, mas não documenta que fosse expressão proverbial.

B. Dado o sentido de *planeta* = *sorte*, *estrela*, não explica a formação da frase que é *passai um planeta*, porque ninguém diz ou pode dizer – *passai uma estrela*. Esta sintaxe e a mesma frase *passai uma planeta* continua ininteligível e sem explicação; e esse modismo era o que necessitava ser explicado.

Não há da nossa parte a intenção de retomar os assuntos tratados pelo professor Leite de Vasconcelos. Mas achamos tão interessante aquele modismo e tão insuficiente e falha a explicação do filólogo, que se nos há de perdoar a prolixidade das ponderações que se vão ler e que lançam nova luz sobre aquele obscuro caso.

Fazemo-lo, propositalmente, por mostrar a probidade e fundamento da nossa crítica. A nossa curiosidade por assuntos tais¹ impede-nos deixar passar a ocasião fugitiva de agora.

Os exemplos apontados por L. de V. não procedem; não indicam que a palavra de uso *planeta*, sinônimo de *sorte*, fosse proverbial ou entrasse em expressões proverbiais.

I  As *Frases feitas* publicadas em duas séries ou volumes.

Atribuo, como dissemos já, à sua insuficiência de leituras idiomáticas portuguesas.

Corre nos léxicos portugueses uma expressão arábica — *nacibo* — tomada aos mouros pelos portugueses navegadores, e com o sentido de sorte, *destino*.

Referindo-se ao *nacibo*, diz GASPAR CORRÊA nas *Lendas da Índia*:

“Diziam a el-rei (de Melinde) que fora seu nacibo grande em conhecer os portugueses.

“Estas palavras de nacibo dizem os mouros *assi como nós dizemos “perнета”*: Foi grande perнета.

Lendas, I, 163

Assim G. Corrêa atesta que esse era um modo de falar nosso (*nós dizemos: foi grande perнета*) e, portanto, era expressão corrente e popular.¹

Este exemplo é aqui muito valioso porque as abonações dadas por Leite de Vasconcelos, segundo se pode verificar, não inculcam a proverbialidade da expressão.²

Contudo, ainda não chegamos à fórmula — *passei uma perнета* — muito distante do “*foi perнета*”, que descobrimos em Gaspar Corrêa.

1  Ainda em outros lugares emprega G. Corrêa a palavra *nacibo*. “Nacibo é uma fala que os mouros falam como quem diz em grande *estrela*.” *Id.* I, 237. Nacibo é sorte na língua arábica.

2  São abonações suas (*Lições*, loco).

E vós mano frei trogalho

Em que *perнета* nascestes

Que má ora cá viestes?

Gil Vicente

É a melhor; as outras são insignificantes.

O teu *mau planeta* não te impida

D. Bernardes

Não a má influência dos planetas

Id.

E claro vi os lúcidos planetas

Id.

Do mau planeta me defende agora

A. Ferreira

São todos exemplos literários ou de uso indiferente para o caso. O de Gil Vicente indica apenas que “se nasce sob um planeta” verdade banal, mas não provérbio. É o melhor exemplo, todavia, porque contém a forma *perнета*.

Não a conhecemos em autor algum antigo. Temos, pois, que conjecturar a origem da expressão portuguesa, pesquisando fórmulas congêneres que se aproximem e não destoem da atual.

O que primeiro ocorre é necessariamente fixar e precisar com exatidão o sentido de *planeta*.

Para L. de V., *planeta, signo, astro, estrela*, tudo diz a mesma coisa.

Essa opinião é insustentável.

Depois que a astrologia, proibida e condenada, foi desaparecendo e se foi obliterando na imaginação popular, é claro que as suas sobrevivências, atestadas pelo uso dos vocábulos, deixaram de ter a importância que primitivamente lhes cabia.

Foi o que sucedeu à expressão *planeta* e foi o que não soube ver o sr. L. de V. na sua infeliz exegese.

Além das estrelas ou *signos* (fixos) que determinavam o destino das coisas, havia os *planetas*, astros errantes, que, pois, podiam intervir e intervinham como modificadores.

Um *signo bom* podia ser perturbado por um *planeta* maléfico.

Dizia-se a propósito de uma empresa ou acontecimento: Auspiciava-se um *signo mau*, mas pode intervir um *bom planeta*.

A astrologia, como as demais superstições, tinha essas complexidades acomodáticas.

O professor Leite de Vasconcelos não podia ignorar a famosa descrição da *Batalha do Salado*, trecho que anda em todas as antologias do português arcaico.

“Disse el-rei:

— Alcarac, sabe que as *costelações do ceo se mudam, segundo o corrimento do ceo das pranetas, ...* e se ora ouvemos *mã costelaçon, ave-la-emos bôa.*

*Portugaliae. Mon. Hist. III Livro de linbagens*¹

¹  Encontra-se o trecho ainda na *Chrest. arcaica*, de José Joaquim Nunes, pág. 143, e na que precede o II vol. do dicionário de Domingos Vieira, e talvez nos próprios *Textos arcaicos* de L. de V., que não tenho à mão.

Assim, temos aqui a chave do sistema astrológico. O signo era mau, mas podia *correr um planeta benéfico*, e tudo se mudaria.

O contrário podia dar-se: um signo bom anulado se corria um planeta mau.

[Este último caso se verifica em D. Couto – *Soldado Prático* – pág. 69: “Não sei q tem a Índia”...].

Correr um planeta, vê-se daquele trecho arcaico, devia ser a expressão própria, como foi ali adotada pelo historiador.

É provável, pois, que se dissesse em dadas emergências: *Correu (ou passou) um bom, um mau planeta*.

De *correu-me* ou *passou-me um planeta* por inversão de sintaxe que não é rara, chegou-se a dizer: *corri* ou *passei um planeta*.

Exemplo dessa inversão sintática está nas frases comuns e conhecidas: *custou-me* fazer e *custei* a fazer.

Não temos dúvida, pois, da origem desse modismo: *correu-me* uma pernetá, *passou-me* uma pernetá = *corri* ou *passei uma pernetá*.

Só assim é possível explicar aquela frase, pois, não é interpretação que valha alegar que *planeta* significa estrela ou destino e que esta palavra ocorre em alguns quinhentistas.

Era essencial explicar não exteriormente a palavra, mas a frase, que foi tomada à linguagem da astrologia, e o sentido preciso e exato que nesta ciência e superstição antiga cabia ao vocábulo¹.

Citei, como abonação principal, o trecho da “Batalha do Salado”, que é, a não poder ser mais, expressivo e claro nesta espécie; e citei-o porque o sr. Leite de Vasconcelos é professor e conhecedor emérito de textos arcaicos.

1  Ainda depois de desacreditada a astrologia judiciária, as *boras planetárias* eram consideradas na medicina, p. ex. nas sangrias segundo o conselho de Avicena e de astrólogos e médicos. *Cronografia e Relatório de Manoel do Figueiredo*, fol. 198, 198 v. e 199. Outro tabelista e cosmógrafo mais famoso diz também que na eleição das sangrias devem ser considerados os planetas. *Cronogr. de Avelar* (ed. de 1594), fol. 164.

Nas letras quinhentistas, que aliás ele pouco frequenta, podia deparar-se o fio dessa distinção entre signo e planeta nos versos de Antônio Prestes:

Olha os planetas
de mi e meu amo são
de mui gentil conjunção;
de planetas são pernetas
no capricórnio grilhão,
Autos, pág. 495

Dou aqui por terminadas estas impressões de leitura que me sugeriram as *Lições de Filologia*.

Nelas aprendi talvez algumas coisas, ou consegui dissipar algumas dúvidas. Mas não pude, infelizmente, estimar o escritor que se me afigura mediano, de palavra difícil e arrevesada e, principalmente, cheio de vaidades grandes, que seriam desculpáveis, se não fossem desproporcionadas ao seu mérito que me não parece tamanho.

Ao meu parecer, o sr. L. de Vasconcelos é um registrador infatigável de fatos do folclore e da linguística. Toda vez que excede os limites dessa tarefa, é um guia inseguro.

Falta-lhe sutileza e argúcia e faltam-lhe as ideias gerais. Sem imaginação, sem cultura clássica ainda incluída a vernácula, terá admiradores no Brasil incapazes de o defender de qualquer destas censuras que formulamos, mas sempre prontos a elevá-lo no altar da admiração pública, propensa a exotismos mórbidos.

(Rev. da Acad. Brasileira, III, abril, 1912)

JOÃO RIBEIRO

NOTA SUPPLEMENTAR (1927)

I

Em setembro de 1927 escrevemos no *Jornal do Brasil*:

Devemos explicar que não vamos fazer trabalho novo. Repetimos a crítica que fizemos há muitos anos, e como ela vai textualmente ser transcrita no livro — *Curiosidades Verbais* —, cujas últimas provas estão em nosso poder, queremos evitar a pecha de má-fé que nos possa ser atribuída por um ou outro leitor curioso que não encontre na segunda edição das *Lições* os lugares apontados nas nossas já esquecidas censuras. É que foram suprimidos ou totalmente reformados.

II

As observações críticas que escrevi acerca do livro em primeira edição do professor Leite de Vasconcelos, principiam mostrando em termos gerais a impressão que me causou o livro.

“Muita cousa ali me pareceu inaceitável, falsa, errônea ou absurda. Destas exceções à impressão geral que é agradável, foi que compus as *Notas* que se vão ler.”

O primeiro erro que notei foi o da interpretação de um velho documento da língua arcaica, o *testamento* de Afonso II que o sr. L. de V. tomou para texto de exegese aos seus alunos. Ocorre no texto:

“Si no tempo de mia morte meu filio ou mia filia que *deiver* a reinar non ouver revora (maioridade)” ... etc.

Diz Vasconcelos “que aquele *deiver* está por *devier* de *devir* (lat. *devenire*, análogo ao francês *devenir*, pág. 81, da primeira edição).

E então escrevi eu: “É falso, errado e absolutamente inexato. Não há nem houve jamais tal verbo *devir* na literatura arcaica.”

E para prová-lo no caso presente aleguei que existia do *Testamento* do Rei Afonso a versão antiga em latim, na qual se lê:

“Et si in tempore mortis meæ et filius meus et filia, qui vel quæ, *debuerit* habere regnum” etc...

Vê-se desse texto que o *deiver* é o *debuerit* e, portanto, não é *devir* nem *devenir* de L. de Vasconcelos. E exemplifiquei a sintaxe arcaica *dever a reinar* com exemplos dos cancioneiros.

O rei quis aludir a um filho ou filha que *devesse* reinar, por sua morte.

Foi-se o *devenir* por água abaixo, apesar dos passes fonéticos.

Leite de Vasconcellos aceitou cabisbaixo a correção. Tudo quanto dissera a respeito de *deiver*, *devir* e *devenir* foi suprimido na segunda edição.

Corrigiu-se, portanto, do erro no que fez muito bem, aceitando a corrigenda de um sujeito “que só diz desacertos”.

Mas como é cabeçudo e intratável, feita a correção deitou a seguinte nota (tendo o cuidado de suprimir o que dissera sobre *devenir*):

“O João Ribeiro foi quem trouxe à colação *debuerit*. Ele, porém, que alardeia tanta sabedoria clássica, só conheceu o *Testamento* pelo extrato de Viterbo, apesar de ter sido publicado na íntegra por F. Brandão e Caetano de Amaral” etc.

Ora, essa!

Bastava-me conhecer a versão latina antiga por um autor qualquer que a produzisse, o que foi, no caso, o Viterbo. E ele que não conhecia nenhuma das que agora tardiamente menciona?

Agora, mas só em nota, acrescenta modestamente que *deiver* “*pode explicar-se*” por *devier* (devir).

Mesmo depois do *debuerit!*

Em todo o caso, suprimiu do texto e do comentário o que lá estava, dogmaticamente, sobre o famoso *devenir*.

Vejam como esse homem é capcioso!

Suprimindo a argumentação primitiva, para confundir os incautos cita apenas: “Cfr. Epifânio Dias – *Sint. Hist.*, pág. 223”.

O que Epifânio aí diz é o que eu já havia dito acerca de alguns verbos que exigem o regime *a*: *ousar a*, *desejar a morrer*, etc., que nada aproveitava ao étimo *devenir* cautelosamente evitado na segunda edição com os tolos argumentos que aduzira como o *de* no manuscrito o *v* estar um pouco abaixo do *i*.

Enfim, o seu costume de L. de Vasconcelos é aceitar a correção, mas respingando com desaforos.



O segundo erro que apontei era mais difícil de iludir com qualquer trapaça ou subterfúgio.

Ei-lo, ainda, no *Testamento do Rei*:

“Da outra *meiadade* (metade) *solten* ende primeiramente todas as mias devidas” etc.

Leite de Vasconcelos dizia no comentário: “*Solten*, igual a separarem”.

Alto lá! gritei. Não é *separar* é *pagar* e esse é o sentido de *soltar*. Citei o espanhol *soltar la deuda* e citei as *Orden. Afonsinas*.

Separar dívidas é um disparate. Dívidas, pagam-se. *Soltar, solto e absolto, absolver* são palavras de fácil inteligência.

Sabem o que fez ali Leite de Vasconcelos?

Emendou-se e escreveu:

“*Soltem*, paguem.”

Aceitou, pois, a correção no que fez ainda bem e evitou mais um dislate.

A tolice de interpretar *soltem* por *separem* era tão grande que escrevi: “deve atribuir-se a simples falta de atenção.”

Entretanto, aceitando a emenda L. de V. põe a seguinte nota:

“João Ribeiro, que se refere a isto, podia ter citado aqui a expressão clássica *solvere pecuniam debitam*” (pagar o dinheiro devido).

O cabeçudo argumenta contra si e diz, algures, que eu “costumo fazer alarido” quando ele é que o faz contra si próprio.

Enfim, reconheceu que *soltar dívidas* não é separá-las. Até agora, está-se vendo, o desacertado não sou eu, mas o irritado professor.

III

Já lá se foram o *devenir* e o *soltar*. Deu-lhes o tangolomango.

O terceiro erro que apontei ainda na exegese do *Testamento* resultou do trecho seguinte do *testamento* do mesmo rei:

“E den (deem) aos omens dordin (padres) de mia casa e aos leigos, assi *com'eles viren por guisado...*”

Toda a pessoa na inteligência desses legados do rei entende que *por guisado* se entende por ordem, qualidade ou jerarquia.

Expliquei largamente o sentido de *aguisado* e de *guisa* contra a interpretação simplória de Leite de Vasconcelos que diz: *vir por guisado* significa “conforme se tiver por conveniente e justo”.

Essa prolixidade revela absoluta incompreensão do texto; *por guisado* significa por ordem, qualidade ou jerarquia de pessoas, tal é o sentido

antigo de *guisa*. Citei a propósito um trecho do *Dom Quixote* “reinhas (rainhas) de tan alta *guisa* e prol”.

Esse exemplo é do castelhano, mas na língua vernácula há a mesma cousa. Lê-se na *Crônica do Condestável* (ed. Mendes dos Remédios):

“E esta dona era muy filha d’algo e de grã *guisa*” (Cap. III, pág. 7).

E então?

Entender-se-á filha d’algo, “conveniente e justa” como quer o escolasta das *Lições*?

Leite de Vasconcelos não quis aceitar a correção, mas atrapalhadamente reformou a redação primitiva, e alega que “*ver por guisado*” é análogo à frase “*ver por directo*” assim o diz, mas é justamente o direito *suum cuique tribuere* que estabelece a distribuição conforme cabe a cada um.

Aqui, nesta edição nova, recorre L. de Vasconcelos à versão latina antiga que neste passo nada adianta porque latiniza o romance “*sicut ipsi viderint pro guisato*”.

Esse latim era para lançar poeira nos olhos, pois que encerra a expressão portuguesa literal e antiga.

Por *guisado* ou *pro guisato* não se distinguem, nem envolve a ideia de “conveniente e justo”.

Para aumentar a confusão diz que Ducange traduziu a frase por à *leur guise*, o que é deslavado embuste, pois que não está nos textos colhidos por Ducange, como inculca L. de Vasconcelos. Ducange dá o sentido comum e que ainda é atual de *guisa* igual a *maneira*, que ninguém de bom juízo contesta.

Enfim, sem recursos para a *chicana*, diz em nota: “Mas João Ribeiro só gosta de barafustar.”

Acho que não entendeu o texto, mas dizendo ter o rei mandado que se fizesse a distribuição “de modo conveniente e justo” não disse grande asneira, embora deixasse à margem o sentido próprio de *pro guisato*.

Estou quase a dar-lhe por agora essa *manteiga*. O homem, porém, não a merece. Vou mandá-lo de novo à leitura da Bíblia no lugar onde os irmãos de José *punham em ordem* os presentes para o faraó “*parabant munera*”, o que na velha tradução dos *Inéditos* de Fr. Fortunato de S. Boaventura está assim: “*Elles aguisavam* suas dôas para darem a Josep” ...

Para L. de Vasconcelos é “ter os presentes por convenientes e justos”, mas para mim, creio que para todos, é *dispor*, pôr em ordem os presentes que iam levar a José.

Enfim, a própria tolice salvou-o embrulhando-o na capa das conveniências.

O erro do homem foi não barafustar, como eu, pelos textos antigos. Inventou e guisou o *pro guisato* com o seu tempero.

Ainda hoje se não temos *aguisado*, temos o antônimo *desaguisado*, que exprime desordem.

IV

Passemos ao último erro que aponte na interpretação do *Testamento*.

É o da data desse documento: “Quatro dias por andar de junho”, segundo o modo antigo de contar. Equivale a 27 de junho, conforme expliquei.

Leite de Vasconcelos diz 26 de junho, segundo um equívoco de Viterbo, corrigido, como eu declarei na minha crítica, por João Pedro Ribeiro nas *Dissertações Cronológicas*.

Sabem o que fez o abespinhado Leite de Vasconcelos?

Corrigiu o erro na segunda edição. Lá está: 27 de junho.

Torno a dizer que o professor fez muito bem, corrigindo-se como convinha.

Mas o eterno cabeçudo lançou uma nota: “O João Ribeiro aqui levantou a voz e fez grande alarido como de costume.”

Diabo de homem! Prestei-lhe um pequeno serviço mostrando o erro em que caíra e de que se corrige agora e em vez de uma palavra amável molesta-se com o meu alarido.

Aqui podia eu terminar as minhas reflexões porque na exegese do *Testamento* de Afonso II estava Leite de Vasconcelos inteiramente desacompanhado.

Do exemplo de prosa, passou a interpretar duas poesias arcaicas muito lampeiro e seguro porque as duas composições poéticas haviam sido restituídas à forma definitiva por Henry Lang e Carolina Michaëlis, dois romanistas insignes.

Claro está que não tive a presunção de contestar os dois grandes mestres da filologia. Quis, entretanto, mostrar a *má-fé* de Leite de Vasconcelos; numa das canções adota integralmente a lição de Carolina Michaëlis, mas corrige-a num ponto e a correção é da autoria de Henry Lang, e na segunda canção restituída por Henry Lang, reproduzida integralmente, apontou e corrigiu um erro aproveitando a correção que já havia sido feita por C. Michaëlis.

Destarte copia os dois mestres, corrigindo um à custa do outro.

Tudo isso deixei bem explícito e documentado na minha crítica.

Folgo de que na segunda edição Leite de Vasconcelos são indicadas as correções e quem as fez, o que não acontece na primeira.

Daqui por diante os esclarecimentos que faço nada aproveitam aos que lerem a minha crítica.

Condeno, por exemplo, a teimosa de L. de V. em adotar o termo provençal *sirventês*, quando já existia a forma portuguesa *serventesio*, a espanhola que é idêntica, e a italiana *sirventese*.

Neste ponto como em outros vejo que tenho por mim H. Lang. Censurei igualmente a despropositada restituição de uma quintilha de Gil Vicente no *Auto na festa*, descoberto e editado pelo saudoso Conde de Sabugosa.

Mostrei que a sua restituição era inadmissível, sem rima e sem razão. Mas não insisto porque o professor Leite de Vasconcelos repudiou o seu próprio trabalho e confessa não concordar agora com o que havia feito na primeira edição. *Tollitur questio*.

Devo dizer que em apêndice às – *Curiosidades verbais* – incluo agora integralmente a crítica que escrevi acerca das *Lições de Filologia*; contudo, não a incluiria se não fossem as picuinhas do professor L. de V. que tanto aproveitou das minhas anotações.

A questão da frase ou dito popular – “*Passai uma pernetá*” – deve ser examinada pelos homens doutos. Não desejo para ela a atenção que não mereço, como diz L. de Vasconcelos. Basta-me dizer-lhe que o único exemplo da forma do vocábulo *pernetá* quem lho proporcionou fui eu, com a abonação de um trecho das *Lendas da Índia* de Gaspar Corrêa.

E imaginei a explicação conjectural que me pareceu aceitável.

Concluindo, devo dizer (como disse na minha crítica) que “as restrições que faço não definem o livro que no seu todo é aproveitável e substancioso”.

Agora posso repetir a mesma cousa com serena tranquilidade.

Arrependo-me um pouco de ter molestado esse homem tão cheio de melindres e de vaidades.

Erros cometemos todos nós, e eu em maior número pela natureza dos meus improvisos de jornalismo.

O que, porém, não se compreende é essa malévola desforra da parte de quem não suporta a censura e a crítica, sacrificando a verdade.
